



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDRSS

Território Metropolitano de Salvador

Bahia, Dezembro 2016

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.....	100
Tabela 2.....	101
Tabela 3.....	102
Tabela 4.....	103
Gráfico 1.....	104
Gráfico 2.....	105
Gráfico 3.....	106
Gráfico 4.....	107
Gráfico 5.....	108
Gráfico 6.....	109
Gráfico 7.....	110
Gráfico 8.....	111
Gráfico 9.....	112
Gráfico 10.....	113
Gráfico 11.....	114
Gráfico 12.....	115
Gráfico 13.....	116
Gráfico 14.....	117
Gráfico 15.....	118
Gráfico 16.....	119
Gráfico 17.....	120
Tabela de Correspondência: Temas Estratégicos do PPA-P x Objetivos do PTDSS.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBANTU - Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu

AG – TER - Agenda Territorial da Bahia

ASN - Associação Sol Nascente

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BAHIATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPPA – Comitê de Acompanhamento do Plano Pluri Anual Participativo

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular

CEDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CESOL - Centros Públicos de Economia Solidária

CET - Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia

CETEP – Centro Territorial de Educação Territorial

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CNDRSS - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

COAS - Coordenação de Articulação Social

CRAS – Centros de Referência em Assistência Social

DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

EBAL – Empresa Baiana de Alimentos

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EES – Empreendimentos da Economia Solidária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias

IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério de Educação

MINC - Ministério da Cultura

MSPB – Movimento Social dos Povos Brasileiros

NAM - Núcleo de Atendimento à Mulher

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBF - Programa Bolsa Família

PLANEHAB

PNAD Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PPA P – Plano Pluri Anual Participativo

Projeto RHOL - Rede de Horto de Plantas Medicinais e Litúrgicas

PSF - Programa Saúde da Família

PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PTDS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

Rede ARSOL - Rede Solidária

RMS - Região Metropolitana de Salvador

RNCT - Coordenação Política da Rede Nacional de Colegiados Territoriais

RPGA – Região de Planejamento e Gestão de Águas

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAFDA - Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SEAGRI – Secretaria de Agricultura

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Média e Pequena Empresa

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

SEMPs - Secretaria Municipal de Promoção, Social Esporte e Combate à Pobreza

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

SERIN - Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Estado da Bahia

SETAF - Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

SETRE – Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda

SPM – Secretaria de Política para Mulheres

SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar

SUPROF – Superintendência de Educação Profissional

TMS - Território Metropolitano de Salvador

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO I	11
1. A ELABORAÇÃO do PTDRSS	11
2. REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E NOVA RURALIDADE	12
2.1. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento.....	13
3. O DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO	18
3.1. A formação do Colegiado do Território Metropolitano de Salvador.....	19
3.2. O Colegiado Territorial do TMS	21
3.3. Histórico do Território	24
3.4. Caracterização do Território	28
3.5. Aspectos físicos e ambientais	29
3.5.1. Clima e geologia.....	29
3.5.2. Biomas e vegetação	30
3.5.3. Recursos hídricos	30
3.5.4. Indústrias	32
3.5.5. Agricultura	33
3.6. Aspectos Populacionais	34
3.6.1. Sistema social organizado.....	34
3.6.2. Capacidade de Governança Institucional no TMS	37
3.6.3. Agenda para o Desenvolvimento dos Territórios da Bahia – AG – TER	39
3.6.4. Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador	40
3.7. Demografia	40
3.7.1. Juventude na Bahia.....	42
3.8. Aspectos Sociais.....	44
3.8.1. Vulnerabilidade Social	50
3.9. Aspectos Econômicos – Produtivos	50
3.9.1. A Economia Urbana do TMS	50
3.9.2. O Desenvolvimento Rural e a Agricultura Familiar no TMS	52

3.9.3. Vocação Turística	64
3.10. Desenvolvimento sustentável do território.....	65
3.10.1. Fontes De Referência Das Informações Sobre Desafios e Potencialidades	69
3.10.2. Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômicas	70
3.10.3. Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural e Educacional	71
3.10.4. Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental	72
3.10.5. Desafios e Potencialidades na Dimensão Político – Institucional	73

CAPITULO II

1. MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....	74
1.1. A 2ª CNDRSS.....	76
1.2. Eixo I Desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioproductiva .	78
1.3. Eixo II Governança Fundiária e Acesso à Terra	82
1.4. Eixo III Formação Cidadã e Organização Social.....	83
1.5. Eixo IV - Infraestrutura e Serviços Públicos	85

CAPÍTULO III

1. GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDRSS DO TMS.....	89
1.2. GESTÃO DO PTDRSS	90
1.3. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDRSS	90
1.3.1 Fluxo metodológico para elaboração do PTDRSS.....	92
1.3.2 Dimensões do desenvolvimento e matriz de planejamento estratégico ..	92
1.3.3 Proposta de modelagem da gestão social do PTDRSS.....	93
1.3.4 Organização do processo de monitoramento e avaliação por eixo.....	93
1.3.5 Articulação das instâncias sócio produtivas no TMS.....	94
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	99

APRESENTAÇÃO

No ano de 2007, o governo da Bahia adotou a abordagem territorial para definir os Territórios de Identidade como unidades de planejamento das políticas públicas do Estado, reconhecendo a legitimidade e operacionalidade da divisão territorial induzido pelo processo de construção social coordenado pelo Governo Federal desde 2003. Os Territórios de Identidade foram configurados a partir do conceito de que o Território é um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, ocupado por uma população com grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural está estruturada a partir dos seguintes pilares: a complexidade do planejamento territorial e a integração de políticas públicas; a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão; e a governança territorial. Esses pilares articulam aspectos como a transversalidade da gestão, o diálogo de saberes e conhecimentos, a efetiva participação da sociedade e a governança integrada entre os segmentos público, social e econômico na construção da territorialidade.

Os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) se constituem no principal instrumento de planejamento de suporte para a gestão do desenvolvimento dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia¹. A elaboração de uma nova versão dos Planos Territoriais decorre da necessidade de atualização desses instrumentos, ajustando-os às orientações da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (CNDRSS) realizada em 2013 em Brasília. Assim, todos os territórios do país terão seu Plano Territorial elaborado em sintonia com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).

¹ A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia foi aprovada pela Assembléia Legislativa da Bahia antes das eleições daquele ano e publicada em 29 de dezembro de 2014 (Lei 13.214).

A 2ª CNDRSS reconheceu a diversidade e a especificidade dos segmentos da agricultura familiar, avançando nas práticas de promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geração. O PNDRSS foi resultado do diálogo e da elaboração conjunta entre a sociedade civil e as três esferas de governo para a construção de um Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Metropolitano de Salvador (PTDRSS) busca representar e conciliar a diversidade de grupos e interesses sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos existentes para que seja reconhecido e legitimado por todos os setores². A ênfase no *rural* não significa a negação do urbano e das suas características. *Trata-se, mais bem, de afirmar a ruralidade existente no território, cuja realidade é muitas vezes invisibilizada, escamoteada e atrelada a paradigmas hegemônicos que associam o rural ao atraso, ao passado e à falta de dinamismo e criatividade.*

A metodologia de elaboração do Plano contribuiu para torná-lo instrumento gerador e estimulador do fortalecimento e da organização do território, tendo como fontes documentos produzidos em atividades territoriais: Oficinas, Diálogos Territoriais, Conferências Setoriais de Mulheres, de Jovens, de ATER, de Cultura, que apontaram objetivos, diretrizes e estratégias de desenvolvimento sustentável. Isto é, a elaboração dessa versão do Plano levou em conta o processo de participação social vivenciado anteriormente, reconhecendo o que já se discutiu e formulou no TMS nos últimos anos.

Em atendimento aos encaminhamentos da 2ª CNDRSS, o PTDRSS compartilha os princípios e diretrizes estabelecidos no PNDRSS, quais sejam:

- **a democracia** como fundamento básico da cultura política e das relações sociais;
- **a sustentabilidade** em suas múltiplas dimensões, como orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais;

²No caso do Território Metropolitano de Salvador, o PTDS incorpora o **R** de rural e também o **S** de solidário, seguindo as orientações da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CNDRSS.

- **a inclusão** como ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira, assegurando a participação igualitária de todos os segmentos sociais;

- **a diversidade** como reconhecimento da importância dos patrimônios ambiental, sociocultural, econômico e político existente nos espaços rurais;

- **a igualdade** como resultado das transformações na dimensão da vida social para superação das desigualdades econômicas, de gênero, geração, raça, cor e etnia;

- **a solidariedade** como responsabilidade individual e coletiva compartilhada em favor da ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação.

A 2ª CNDRSS também definiu as **diretrizes estratégicas** do processo de desenvolvimento rural: “a *potencialização da diversidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional* e a valorização das múltiplas funções desempenhadas pelos espaços rurais; a dinamização econômica, a incorporação de inovações e a democratização do acesso às tecnologias voltadas à construção de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal, pesqueira e aquícola; o fortalecimento dos fatores de atratividade geradores de qualidade de vida, inclusão social e igualdade de oportunidades nos espaços rurais; o fortalecimento de um arranjo institucional integrador das ações do Estado brasileiro e a consolidação dos mecanismos de controle e gestão social, com base no protagonismo das organizações da sociedade civil”. (PNDRSS, 2013)

Na Bahia, os Planos Territoriais servirão para a construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PEDRSS, que será documento de referência para a coordenação da política de desenvolvimento territorial no Estado e para fomentar processos de cooperação e parceria entre os territórios.

CAPÍTULO I

1. A ELABORAÇÃO DO PTDRSS

Em termos metodológicos, o PTDRSS do TMS foi assim construído:

- **1º Oficina:** elaboração do documento base do PTDRSS;
- **2º passo:** realização da 1ª Oficina Territorial. Nessa atividade foram apresentados o objetivo, o conteúdo, a metodologia e o cronograma de realização do PTDRSS. O documento base foi submetido à apreciação do Colegiado Territorial;
- **3º passo:** debate interno do documento realizado pelos grupos construídos em torno às dimensões e eixos e animado pela Coordenação Executiva do Colegiado Territorial;
- **4º passo:** sistematização e agregação das contribuições dos grupos ao documento base e organização de uma nova versão do Plano;
- **5º passo:** realização da 2ª Oficina Territorial para validação do Plano como instrumento efetivo de orientação das ações do Colegiado Territorial;
- **6º passo:** elaboração do documento final com base nas contribuições coletadas na 2ª Oficina Territorial de construção do PTDRSS.

Esse documento do PTDRSS está assim estruturado: I) capítulo relativo ao Diagnóstico; II) outro com a Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas e III) sobre o processo de Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do Plano.

2. REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E NOVA RURALIDADE³

O processo de construção das políticas de desenvolvimento rural e da agricultura familiar no Brasil foi marcado por lutas sociais, por uma agenda de reivindicação por garantia de direitos – como o acesso à terra e ao território, à cidadania e ao desenvolvimento social e econômico – e por avanços na dinâmica de formulação e atuação do poder público.

Diversos segmentos passaram a se reconhecer como agricultores e agricultoras familiares, categoria fortemente **identitária que amalgama a produção com utilização direta da mão de obra da família, a gestão familiar da unidade produtiva e o reconhecimento do espaço de trabalho como local de vida e de reprodução social e cultural.**

Ao mesmo tempo ampliou a visibilidade da diversidade do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão das mesmas no desenvolvimento rural. Passa-se a dialogar com o conjunto dos indivíduos que compõem a unidade familiar, a partir de seus interesses e necessidades, rompendo com a lógica da família como bloco homogêneo.

Como expressões desse processo se institucionalizam políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais e ao fortalecimento de sua organização produtiva na busca dos seus direitos econômicos. O reconhecimento das necessidades individuais intrafamiliares coloca também a juventude rural como foco de ações direcionadas à promoção de sua autonomia e emancipação, abrangendo temas como a sucessão rural, estratégias de qualificação, inclusão produtiva e geração de renda e de emprego.

A diversidade dos povos e comunidades tradicionais também passa a ser objeto das políticas públicas de desenvolvimento rural, reconhecendo e

³ Esse item foi elaborado a partir da sistematização de conteúdos das seguintes publicações: 1) Schneider, Sérgio, CIÊNCIAS SOCIAIS, RURALIDADE E TERRITÓRIOS: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento, in CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009. 2) Wanderley, Maria de Nazareth, A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator Coletivo, in <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/178/174>. (acessado em 08.10.2016) e 3) Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras, IICA – Fórum DRS, Vol. 21, 2013. (pags. 413 – 458).

compreendendo sua lógica coletiva de organização, produção e dinâmica social e suas referências culturais específicas, que ganham visibilidade a partir do conceito de etnodesenvolvimento. Esse processo foi impulsionado pelo reconhecimento e garantia dos direitos territoriais. Destaca-se assim a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.⁴

2.1 A Abordagem Territorial do Desenvolvimento

A abordagem territorial implica o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento dos espaços e das populações marginalizados, valorizando seus recursos naturais, sociais e culturais, sejam eles ou não associados às atividades agrícolas, objetivando i) aproveitar as oportunidades econômicas; ii) assegurar o bem-estar das populações rurais e iii) salvaguardar o patrimônio sociocultural dos povos e comunidades tradicionais.

O território é o espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. O espaço territorial é o lugar da convergência entre o rural e o urbano onde as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, é a fonte da integração e da cooperação.

A perspectiva territorial do desenvolvimento representa o encontro de novas formas de pensar a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas. Neste sentido, a abordagem territorial possibilita a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços) e da dicotomia entre o rural - urbano ou o campo - cidade.

⁴ Conforme Decreto nº 6.040/2007 são considerados Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, povos de terreiro, fundo de pasto, ciganos, faxinalenses, pantaneiros, pomeranos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, ribeirinhos, caçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, geraizeiros, caatingueiros, barranqueiros, catadoras de mangaba, andirobeiras, morroquianos, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas, cipozeiros, isqueiras, retireiros, veredeiros, piaçaveiros e ilhéus, entre outros

É crescente o número de programas governamentais e de agências e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, que estão operando a partir de referenciais tais como: (a) a ruralidade não se reduz às atividades agrícolas; (b) os territoriais são espaços pertinentes para se pensar a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização; (c) o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também culturais e ambientais; (d) a mudança é um processo lento que precisa trazer efeitos práticos como melhor renda e a qualidade de vida, tanto quanto incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e ser capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas.

“para os indivíduos e as organizações, o Território se inscreve sob a forma de marcos, tais como os lugares (rios, montanha, vale, planalto, floresta, mercado tradicional), os trajetos (de caça, trabalho, defesa, esporte, lazer), os símbolos (lutas, heróis, criações, produção), as grandes obras (construções, pontes, portos, arquitetura), os equipamentos coletivos (moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol, áreas de jogo, centros comunitários, salas de espetáculos), que marcavam e ainda marcam o cotidiano vivido... o Território aparece, assim, como o receptáculo da memória coletiva dos indivíduos, das famílias, dos clãs, das tribos, das organizações e das comunidades. Esta herança deve servir de base ao analista, porque não se pode compreender a situação atual de um Território sem se referir a seu passado e não se pode compreender a realidade atual de um país sem se referir ao passado de seus Territórios.” Dimensão importante do desenvolvimento territorial é, por conseguinte, a valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade.

O rural brasileiro tem quase 5,2 milhões de estabelecimentos produtores, dos quais 84% são de agricultura familiar, a qual responde por 74% de um total de 16,5 milhões de postos de trabalho rurais. O número de pessoas ocupadas nesse setor equivale a mais que o dobro das ocupações geradas pela construção civil no país. Para além dos números, hoje se reconhece o rural como espaço de relações sociais, econômicas e culturais, que envolve uma parcela significativa dos brasileiros e das brasileiras, 37% da população nacional.

Para avançar em direção a uma agricultura familiar multifuncional, geradora de emprego e renda, produtora de alimentos saudáveis e fator determinante para o desenvolvimento, faz-se necessário avançar em questões estruturantes e na garantia da segurança jurídica no acesso mais justo à terra, à água e à floresta e a outros recursos naturais. Para tanto, precisam ser

construídos e fortalecidos mecanismos de efetiva governança na ocupação dos territórios.

Todos esses elementos apontam para a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas, pautada pelas transformações acontecidas nas últimas décadas no meio rural e pelas relações deste com o meio urbano, caracterizando o “rural” como espaço singular e pleno de possibilidades e virtualidades e como ator coletivo.

Do ponto de vista sociológico, quando se fala em “rural”, aponta-se para duas características fundamentais. Por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual lidam diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu local de moradia. Por outro lado, relações sociais das que resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família. O “rural” é uma categoria histórica que se transforma.

A dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, está centrada na importância que assumem os processos de industrialização e de urbanização. Para alguns estudiosos, isto significaria o desaparecimento completo das sociedades rurais / camponesas. A agricultura se tornaria um campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento. Sob esta ótica o camponês teria se tornado um agricultor – como profissão específica e cidadão como qualquer outro. A dicotomia campo-cidade, em suas formas tradicionais, seria resolvida com a “vitória” da cidade e cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo.

Mas há outra perspectiva sobre estes mesmos processos: a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura não provocaram o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. O agricultor familiar, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus

antepassados. O recorte rural-urbano permanece e aponta não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma **nova ruralidade**.

A chamada nova ruralidade não significa imaginar uma pluralidade de pequenas coletividades centradas sobre elas mesmas e relativamente autônomas em suas relações com a sociedade abrangente. Até porque isso não é mais possível. O meio rural vem passando por processos de diversificação social e suas relações com o meio urbano tendem a perder o caráter de antagonismo ou oposição, em benefício das relações de complementaridade. O meio rural se torna atrativo para outras categorias sociais de origem urbana.

Daí que se faça referência a uma nova “modernização rural” para indicar as transformações ocorridas nas condições de vida dos habitantes do campo. Ou seja, a percepção de uma “nova ruralidade” que associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser **prioritariamente** produtivos para se tornarem também espaços de consumo, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural e/ou cultural – arqueológico, até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias.

Os espaços rurais passariam a se tornar um “patrimônio” da sociedade acessível a todos e considerados como um bem coletivo, não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não. Em consequência, as sociedades modernas enfrentam hoje uma “questão rural”, que diz respeito à necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade.

Os fatos que deram origem à crise ecológica, especialmente os que ocorrem no meio rural e dizem respeito a práticas agrícolas poluidoras e predatórias “... reintroduziram a noção de natureza no espaço rural”, pelo crescente surgimento da consciência ambiental mais ampla (não apenas rural)

e pela emergência de uma crítica ao modelo “produtivista”, até então dominante nas atividades agropecuárias e responsáveis pela degradação dos recursos naturais.

Os valores rurais constituem aspectos relevantes no mundo de hoje. Os habitantes das cidades pensam que os modos de vida rurais, os espaços abertos e as atividades agrícolas devem ser protegidos e preservados e consideram as áreas rurais como mais acolhedoras, saudáveis e menos estressantes do que outras áreas.

A chamada “nova ruralidade” é extremamente complexa e não pode ser entendida simplesmente como o “fim da agricultura” ou o “fim do rural”. Não se almeja a “urbanização do campo” nem o fim do rural. O mundo rural, em uma sociedade urbana, não é um espaço à espera da urbanização ou da desertificação; é um território com vida socioeconômica específica diferenciada das dinâmicas urbanas. O conceito de *urbanização do campo* privilegia o pólo urbano como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural é visto como o pólo atrasado que seria “dominado” pelo urbano. Portanto, associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu sentido. Assim, trata-se de um processo de “recomposição do rural”. O rural é uma forma de pensar o mundo social. E é sempre importante estar atento a que a ideia do rural e da ruralidade é necessariamente relacional, não podendo haver o rural sem haver o não - rural ou o urbano.

Na América Latina e no Brasil os estudos sobre a nova ruralidade buscam superar a visão do campo reduzindo o agrário ao rural, destacando a multifuncionalidade dos espaços rurais, dada a crescente importância das atividades não agrárias e a mais intensa relação entre o rural e o urbano e as mudanças nos padrões culturais e sociais rurais. Identificam-se mudanças socioeconômicas e demográficas que alteram a definição da ruralidade, bem como questões culturais e da representação, indicando que o espaço rural possui um sentido que vai além das características paisagistas e das formas de uso dos recursos naturais. Trata-se de uma perspectiva que leva a desvincular o rural da sua base físico-espacial, argumentando que a ruralidade é uma

forma de percepção e representação que está relacionada à cultura e à identidade dos indivíduos e atores.

A diferença entre o rural e o urbano já não pode ser encontrada nas formas de produção ou da ocupação da força de trabalho. A mercantilização crescente da vida social e econômica modifica as dinâmicas das relações rural-urbana. A aceleração das trocas e das interações entre o rural e o urbano abre também novas possibilidades, como por exemplo, o incremento dos serviços, do turismo e da pluriatividade das famílias.

Atualmente, já não há divergências quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural - urbano. Há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea.

O grande desafio colocado é construir novas perspectivas, implementando políticas para o rural e a agricultura familiar cada vez com mais qualidade e alinhadas a uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Brasil, superando definitivamente a visão puramente instrumental do rural, que deixava a sua população excluída dos benefícios do desenvolvimento.

3. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO⁵

O Diagnóstico Territorial trouxe as principais informações, problematizando a unidade territorial e não cada município individualmente, embora determinadas particularidades dos municípios possam ser destacadas quando necessário para a compreensão do todo.

O Diagnóstico levou em consideração: i) **o histórico**; ii) **as características** e iii) **o desenvolvimento sustentável no TMS**.

No **histórico** se destacam os elementos centrais que conformam sua identidade, as populações originárias, o processo de ocupação, aspectos culturais e fatos históricos marcantes.

⁵ O capítulo teve como fontes principais PLANEHAB (2012), ZEE (2014), PTDS – TMS (2012)

As **características do território** foram construídas com informações relativas aos aspectos físicos e ambientais e aos aspectos populacionais e socioeconômicos do TMS.

Entende-se por **Aspectos Físicos e Ambientais** a localização e a extensão geográfica, os limites, os municípios que o compõem, o clima, a topografia, os solos, os recursos hídricos, a flora e fauna, as unidades de conservação e proteção ambiental, as áreas reformadas e ocupadas por povos e comunidades tradicionais, as redes de cidades e os lugares e atrativos turísticos.

Já quando se fala nos **Aspectos Populacionais e Socioeconômicos**, as informações são sobre a população (rural e urbana, homens e mulheres, distribuição etária, densidade), a dinâmica populacional (crescimento e redução, fluxo migratório) e indicadores socioeconômicos (indicadores de vulnerabilidade social, saúde e educação).

No item sobre **o desenvolvimento sustentável** o diagnóstico apontou as perspectivas de ação a partir de uma leitura multidimensional do desenvolvimento rural sustentável do TMS: i) dimensão socioeconômica, ii) dimensão sociocultural educacional, iii) dimensão ambiental e iv) dimensão político institucional.

Para cada uma dessas dimensões do desenvolvimento sustentável se identificaram as principais **limitações e potencialidades do TMS**. O objetivo aqui foi focar nas questões centrais para o desenvolvimento sustentável, de forma que delas possam ser extraídas as principais ideias para a formulação de objetivos, estratégias e metas.

3.1 A formação do Colegiado do Território Metropolitano de Salvador

O TMS é considerado o mais importante do Estado pelas suas características de maior concentração de riquezas, maior adensamento populacional, e também porque tem os maiores bolsões de miséria e pobreza.

O Colegiado Territorial nasceu da capacidade de articulação de coletivos urbanos que compreenderam a necessidade do recorte rural para a

elaboração do PTDS. Iniciou sua organização após contatos e entendimentos entre a Coordenação de Articulação Social (COAS) da Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Estado da Bahia (SERIN), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Pescadores, Pescadoras e Marisqueiras de Simões Filho, a Diretoria de Agropecuária da Prefeitura de Simões Filho e técnicos da extinta EBDA de São Sebastião do Passé, junto à Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia (CET).

O Colegiado teve interesse em diversificar sua composição institucional e aceitou o desafio de lutar pela visibilidade da agricultura familiar, sua face urbana e periurbana e a necessidade da articulação com a economia solidária para enfrentar os limites da produção e da comercialização no marco das desigualdades sociais do capitalismo.

Em maio de 2008, depois da 1ª CNDRSS, realizada em Olinda (PE), aconteceram as primeiras reuniões para debater a formação do Colegiado Territorial.⁶

O Colegiado do TMS participou dos Encontros da CET, das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), nos Encontros Nacionais dos Colegiados a partir de 2008, no II Salão dos Territórios Rurais e inclusive uma representante do Colegiado integrou a Coordenação Política da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT).

Em 16 e 17 de abril de 2009 aconteceu a eleição do Colegiado do TMS. O processo de homologação começou em 2011, após a Resolução 002 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), e foi concluída em 30 de novembro de 2012. A primeira versão do PTDS do TMS foi entregue em 12 de dezembro de 2012 à Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Na sua primeira configuração o TMS estava constituído por dez municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz.

⁶ A fragilidade na participação e representação do TMS nas discussões das políticas territoriais na Bahia deve se atribuir, principalmente, ao fato de terem se originado na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), portanto, com fortes características associadas ao desenvolvimento rural, à agricultura familiar e à Reforma Agrária, temáticas quase que totalmente invisibilizadas no TMS e que não foram entendidas nem absorvidas, dada a predominância do urbano no Território.

Entretanto, essa configuração territorial não coincidia totalmente com a Região Metropolitana de Salvador (RMS) ⁷, integrada por nove dos municípios que formam o TMS, mais Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé e com a exceção de Salinas da Margarida.

Para proceder a esse alinhamento, o CEDETER decidiu considerar favoravelmente os pleitos que atendessem aos procedimentos legais, que não tiveram resistências de nenhuma das partes e que apresentarem manifestação favorável dos Colegiados de origem e de destino⁸.

Para o alinhamento com a RMS se fez necessária a inclusão dos municípios de Pojuca (do Território Litoral Norte / Agreste de Alagoinhas), de São Francisco do Conde e de São Sebastião do Passé (do Território do Recôncavo Baiano), além da transferência do município de Salinas das Margaridas para o Território do Recôncavo. O município de Mata de São João já tinha solicitado a sua transferência para o TMS e seu pleito fora acatado pelo CEDETER⁹.

3.2 O Colegiado Territorial do TMS

“O Colegiado é um espaço de discussão, deliberação, implementação e colaboração para o planejamento e a gestão de políticas públicas, e fomentador de programas e projetos que visam contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável, priorizando o fortalecimento da cidadania, a erradicação da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida, através de processos ascendentes de planejamento e controle social, das políticas públicas (saúde, educação, cultura, segurança pública, geração de emprego e renda, moradia, reforma

⁷ Criada pela Lei Complementar Federal nº14 de 1973 e ampliada por meio das Leis nº 30/2008 e nº 32/2009.

⁸ Resolução CEDETER 04 / 2015, em 05.08.2015.

⁹ Outro fator a justificar este alinhamento foi a necessidade de uniformização dos espaços de aferição de indicadores socioeconômicos. A maioria das instituições que produzem e divulgam tais informações (inclusive do próprio Governo Estadual) utilizam a RMS como referência. Um exemplo da distorção gerada por este não-alinhamento é que quando se utiliza a atual configuração territorial como referência observa-se o crescimento da produção industrial no Território do Recôncavo pois a produção da Refinaria Landulfo Alves (localizada em São Francisco do Conde) é contabilizada neste Território contrariando a base de aferição usada pela maioria das instituições de produção de informações socioeconômicas.

agrária, agricultura familiar, agricultura urbana e periurbana, esporte e lazer, meio ambiente e na luta contra as diferenças raciais e de gêneros), nos municípios que compõem o TMS”¹⁰.

As atribuições do Colegiado do TMS são:

I - Representar o conjunto de instituições que integram o Colegiado em assuntos de interesse comum e de caráter socioeconômico, cultural e ambiental; II - Defender as garantias constitucionais referentes ao desenvolvimento humano; III - Planejar, apoiar e acompanhar ações, programas e projetos destinados a promover o desenvolvimento integrado, sustentável e solidário do TMS; IV - Buscar programas ou medidas e promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos públicos e organizações não governamentais, e empresas privadas consorciadas ou não, destinadas à recuperação e preservação ambiental no TMS; V - Apoiar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais no TMS; VI - Sensibilizar, comprometer, articular, planejar e coordenar as ações de desenvolvimento do Território, com vistas à construção, monitoramento e avaliação coletiva do PTDRSS; VII - Promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem implementados a cada fase do PNDRSSS; VIII - Estimular a criação e implantação de Redes Territoriais de produção, cooperação, assistência técnica, capacitação, educação, tecnologias apropriadas, informação, divulgação, dentre outros, bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização; IX - Buscar a prática de intersetorialidade nas esferas locais, Território, Estado e União.

O Colegiado Territorial é composto pelas seguintes instâncias: i) Plenária Territorial; ii) Coordenação Executiva; iii) Núcleo Técnico e iv) Câmaras Temáticas.

A plenária é a instância máxima do Colegiado e é composta por 33 (2/3) de representantes da Sociedade Civil e 16 (1/3) do Poder Público.

As instituições da sociedade civil (titulares) que integram o Colegiado são: STTR Candeias; Associação de Produtores Rurais de Açu da Capivara – Camaçari; Sindicato dos Metalúrgicos - Camaçari; Movimento de Luta pela Terra; Fundação Obadeací Omó Oba; Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas;

¹⁰ Regimento Interno do Colegiado do TMS.

Conselho de Moradores Salvador; Movimento Sem Terra – Candeias; Centro de Desenvolvimento Sócio Comunitário IDE; Movimento de Luta pela Terra; FNDC – BA; Associação em Defesa do Amor – ADAMOR - São Sebastião do Passé; Associação Atlética e Comunitária de Parafuso – Camaçari; Associação Missão Reviver - Dias D'Ávila; Centro de Defesa do Meio Ambiente e Ação Social – CDMA; Jornal O Meio - São Francisco do Conde; Grupo Contra o Preconceito (GCP) - Simões Filho; União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO) - Dias D'Ávila; Nheengatu; Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Salvador; Cooperativa de Trabalho com Resíduo Sólido da Ilha de Itaparica (COOPTRES) - Vera Cruz; Quilombo de Quingoma – Camaçari; Associação Agrícola Novo Horizonte; Fórum Metropolitano de Economia Solidária; Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa de Camaçari; Instituto Internacional Amigos; Núcleo do Movimento de Ação Comunitária (NUMAC) – Mata de São João; ConRural Camaçari; Associação de Moradores Beneficente do Caji; União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO) – Camaçari; Associação dos Estudantes da Ilha de Itaparica – AEITA; UNISOL Salvador.

A representação do poder público está constituída pelas Prefeituras de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz e pelo Poder Legislativo de Candeias, Salvador e Simões Filho.

Nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2016, em Camaçari, foi realizada a Plenária Territorial com a presença de representantes de instituições públicas e da sociedade civil de dez municípios que procederam a votar a recomposição da coordenação executiva e a aprovar alterações no Regimento Interno¹¹.

Deve ser destacada a realização do I Encontro da Juventude Rural do TMS, acontecido em Camaçari, nos dias 16 e 17 de Abril de 2016. O evento teve a participação de aproximadamente 50 jovens que discutiram temas tais

¹¹ A Executiva ficou assim integrada: pela sociedade civil: Antonio Kahlemberg (Dias D'Ávila), Tarsis Souza (Camaçari), João Motta (Camaçari), Sílvia Oliveira (Vera Cruz), Eduardo Zanatta (Salvador), Cecília Ribeiro (Candeias), José Ferreira (Mata de São João), Samantha Ramos (São Sebastião do Passé), Priscielle Oliveira (Simões Filho) e Edmilson Menezes (São Francisco do Conde). Pelo poder público, foram indicados Karine Batista (São Sebastião do Passé), Paulo Moraes (Camaçari), Viviane Barreto (Mata de São João), José Filho (Vera Cruz) e José Paulo (Dias D'Ávila).

como Políticas Públicas para a juventude rural; a importância de ATER para a permanência do jovem no campo; Agroecologia e a Construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial da Juventude Rural. Também são marcos importantes na trajetória mais recente do TMS as Conferências Territoriais de ATER (dezembro de 2015), de Cultura (setembro de 2013) e de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar (agosto de 2015).

Poucos meses depois, no dia 08 de julho, no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), foi instalada a Câmara Técnica de Cultura do TMS com a missão de assessorar o Colegiado na temática específica, além de ser considerada um espaço de articulação de políticas públicas e de trocas dentro do TMS buscando o fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura. A Câmara ficou constituída por quinze representantes da sociedade civil e do poder público dos municípios de Mata de São João, Simões Filho, Salvador, Candeias, Camaçari, São Francisco do Conde e Lauro de Freitas.

3.3 Histórico do Território¹²

A “*antropofágica*” Salvador sempre foi o centro da sociedade e da economia baianas, concentrando poder material e simbólico, investimentos, renda, capital, trabalho e um conjunto diversificado de bens e serviços. Ao longo da sua história a cidade de Salvador, com seu largo entorno (Bahia de Todos os Santos, Recôncavo e Litoral), foi se constituindo num espaço com alto grau de homogeneidade cultural e uma pertinaz desigualdade social, econômica e política.

A história do Brasil começou na Bahia. Chamada na sua fundação de “São Salvador da Bahia de Todos os Santos”, o território foi ocupado pelos portugueses no ano de 1510 quando um navio naufragou. Salvo, Diogo Álvares, conhecido como Caramuru um dos mais importantes personagens

¹²<http://www.salvadorbahiaBrasil.com/historia-salvador.htm> (acessado em 27.08.2016);
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Salvador_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Salvador_(Bahia)) (acessado em 27.08.2016);
<http://historiacomgosto.blogspot.com.br/2013/05/historia-de-salvador-primeira-capital.html>
(acessado em 27.08.2016);
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia)) (acessado em 27.08.2016);
<http://www.salvadorbahiaBrasil.com/economia-salvador.htm> (acessado em 27.08.2016).
Falcão, Gustavo, A FACE HEGEMÔNICA DA BAHIA, in Panorama Cultural da Bahia Contemporânea, Publicações SEI. Salvador, 2012.

históricos da colonização baiana juntamente com a índia Paraguaçu, desempenhou importante papel como mediador das relações entre os colonizadores europeus e os nativos tupinambás.

A história do atual município de Camaçari¹³ começou em 1558, com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo pelos jesuítas da Companhia de Jesus para catequização dos índios tupinambás que viviam na região. Em 1624, a Aldeia do Divino Espírito Santo desempenhou um papel importante na expulsão dos holandeses que chegaram à Bahia. Foi emancipada em 28 de setembro de 1758, por meio de decreto do Marquês de Pombal, que alterou o nome do povoado para Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo e expulsou os jesuítas que viviam na região. Tempos depois, passou a ser chamada apenas de Vila de Abrantes.

O povoamento de Camaçari se originou em um pequeno núcleo fundado por jesuítas em 1560, onde hoje se localiza a Vila de Baiacu, então denominada como Vila do Senhor da Vera Cruz, onde se iniciou plantação de cana-de-açúcar, do trigo e tendo recebido os primeiros exemplares de gado bovino. A riqueza gerada nesse curto espaço de tempo levou a que corsários ingleses atacassem a ilha já em 1597. Entre os anos de 1600 e 1647 foi invadida pelos holandeses. Durante a última destas invasões, os holandeses construíram o Forte de São Lourenço. Em 1763, Itaparica, que era a maior ilha da colônia, foi incorporada pela Coroa. A maior atividade econômica da ilha foi a pesca da baleia, sobretudo durante os séculos XVII e XVIII, e era conhecida como Arraial da Ponta das Baleias. Neste período, antigos e belíssimos sobrados, existentes até hoje, hospedaram imperadores brasileiros como D. Pedro I e D. Pedro II.

Foi em Itaparica que se assentou a primeira máquina a vapor em terras brasileiras, no engenho de Ingá-Açu. A história do município de Lauro de Freiras se inicia em 1552, quando o então governador-geral, Tomé de Souza, cederam alguns lotes de terra do litoral baiano a Garcia D'Ávila. Na região, instalou-se uma missão jesuítica, que deu origem à freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, cuja população era formada por indígenas. Dada sua proximidade

¹³ O topônimo, que inicialmente se escrevia Camassary, tem origem tupi-guarani, e seu significado é *árvore que chora*, devido às folhas ficarem cobertas de gotículas.

com o mar, o que favorecia o escoamento da produção agrícola, instalaram-se na região engenhos de açúcar e, com eles, um grande contingente de escravos africanos. Ainda hoje é considerável o número de afro-descendentes na região, os quais procuram conservar os costumes africanos. Originalmente, Lauro de Freitas pertencia a Salvador, até que, em 1880 passou a ser distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932 retornou a Salvador, assim permanecendo até 1962, quando foi elevado à condição de município. Onze anos depois, passou a integrar a Região Metropolitana de Salvador.

Madre de Deus, situado na parte norte da Baía de Todos os Santos, era conhecida pelos povos indígenas como Ilha de Cururupepa, devido ao guerreiro chefe dos Tupinambás que enfrentou os portugueses colonizadores. Em 1947 passou à condição de distrito e foi anexada ao município de Salvador, funcionando como ponto de veraneio das famílias de classe média da capital e de outros municípios do recôncavo. Posteriormente se tornou moradia de trabalhadores que vieram de diversas partes do país em função da instalação de plataformas petrolíferas no município. Foi elevado à condição de município em 1989.

Em 1549, o bandeirante Garcia DÁvila chegou nas terras onde está situado o atual município de Pojuca, conquistando a região. Posteriormente, chegou a Mata de São João, onde edificou o *Castelo da Torre*. A primeira povoação data de 1684, quando se fixaram às margens do Rio Pojuca, onde está situada a cidade do mesmo nome, as famílias Freire de Carvalho, Veloso e Saraiva que construíram moradias e engenhos, atraindo diversos colonos.

A cidade de São Francisco do Conde nasce em 1698. Seu nome homenageia o padroeiro da cidade, conde Fernão Rodrigues, quem herdou o terreno do 3º governador-geral do Brasil, Mem de Sá. A região onde fica a cidade foi conquistada pelo império português em guerras travadas contra os índios que viviam no local. A riqueza da cidade se baseava nas plantações de cana de açúcar que deram início ao desenvolvimento econômico da área. A diversidade de povos que ajudou a construir São Francisco do Conde culturalmente está presente no cotidiano da cidade. As palmeiras imperiais, símbolo da administração portuguesa, estão por toda parte, as construções coloniais são majestosas e conservam a memória da região. Os Tupinambás e

os Caetés Negros deixaram de legado, entre outras coisas, uma rica gastronomia. O mingau de farinha de milho, a tapioca e o preparo do peixe assado na folha de bananeira são exemplos dessa herança. No município nasceu também Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 1931 passou a ser considerado como município.

Neste período a Bahia era a região que mais exportava açúcar. Os primeiros engenhos foram erguidos em Pirajá e Santo Amaro da Purificação. O açúcar, que impulsionou economicamente a colônia, foi responsável por mazelas que se entranharam no Brasil, tais como a devastação das matas, a escravização indígena em larga escala, o tráfico negreiro, os latifúndios e a monocultura, entre outros.

Salvador foi capital da administração colonial até 1763, quando a sede do império foi transferida para o Rio de Janeiro. Mesmo com a mudança, Salvador continuou a se destacar; em 1822 a capital baiana protagonizou uma luta que se prolongou mesmo após o Brasil ficar independente de Portugal. No dia 2 de julho de 1823 a Bahia pôde comemorar a independência brasileira e em 16 de novembro de 1889 foi proclamada a República na Bahia.

Se no período colonial a economia era movida pela exportação de produtos como o açúcar, desde final do século 19 a economia baiana cresceu a partir do cacau, nas terras de Ilhéus, que passou a ser o motor da economia. O crescimento da produção e da exportação do cacau viabilizou o surgimento de diversas iniciativas de industrialização. A partir dos anos de 1950 e 1960 a economia baiana teve um acelerado processo de crescimento, verificado pela instalação da Refinaria Nacional do Petróleo ou Refinaria de Mataripe, posteriormente chamada de Randulpho Alves, que passou a integrar o patrimônio da Petrobrás na Bahia, e pela criação do centro industrial de Aratu, localizado nos municípios de Candeias e Simões Filho e com a promoção da agricultura na bacia do São Francisco.

Nos anos seguintes a economia deslanchou devido à várias iniciativas políticas, como o Pólo Industrial de Camaçari instalado em 1978. Já nesse período, o turismo começou a tornar-se uma das principais bases da economia baiana e da Região Metropolitana de Salvador.

Centro econômico, industrial, administrativo e turístico, Salvador é também porto exportador. Ademais, é sede de importantes empresas regionais, nacionais e internacionais, tais como a Odebrecht, que em 2008 tornou-se o maior conglomerado de empresas do ramo da construção civil e petroquímica da América Latina, com escritórios em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e diversos países do mundo

Em 2013 Salvador tinha o maior PIB do Nordeste, seguido por Fortaleza e Recife. Em 2012, sua área metropolitana era a segunda mais rica do Norte - Nordeste em PIB, depois da área metropolitana de Recife. Salvador cresceu muito, mas junto com o crescimento permaneceu a desigualdade social. Na cidade convivem bairros com excelentes indicadores de IDH, comparáveis com a Noruega, e outros com indicadores piores que a África do Sul, Guiné e Tajiquistão.

É conhecida nacional e internacionalmente pela sua gastronomia, música e arquitetura. A influência africana em muitos aspectos culturais da cidade a torna o centro da cultura afro-brasileira. O Centro Histórico de Salvador, ironizado no bairro do Pelourinho, é conhecido pela sua arquitetura colonial portuguesa com monumentos históricos que datam do século XVII até o início do século XX, tendo sido declarado como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1985. Em agosto de 2015, Salvador candidatou-se a ser uma das cidades a integrarem a Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Foi chamada também de *Roma Negra* e *Meca da Negritude*, por ser uma metrópole com uma grande percentagem de população negra. Assim como Roma é o centro do catolicismo, Salvador seria o centro do culto aos orixás. Segundo dados de 2014, cerca de 82% da população de Salvador é negra.

3.4 Caracterização do Território

O TMS abrange 13 municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Simões Filho e

Vera Cruz. Ocupa uma área de 4.333.769 km², com uma densidade demográfica de 912,21 hab/km², a maior do Estado, sendo Salvador o município com maior densidade do TMS (3.859,44 hab/km²) e Mata de São João, o menor (63,46 hab/km²). A população total do Território é de 3.919.864 habitantes, ou seja 25,7% da população total do Estado da Bahia.

Faz divisa com os Territórios Litoral Norte e Agreste Baiano e do Recôncavo, com o Oceano Atlântico e a Baía de Todos os Santos. Dispõe de grande sistema viário, servido por várias rodovias estaduais e pela BR-324 que interliga a região aos dois principais eixos viários do Estado e do país, a BR-101 e a BR-116 (SEI).

3.5 Aspectos Físicos e Ambientais

Salvador, capital do Estado, é uma cidade adensada com sérios problemas ambientais, déficit enorme de moradia, de esgotamento, de abastecimento de água, de coleta de lixo, de tratamento de resíduos sólidos e de preservação dos mananciais hídricos e biomas.

3.5.1 Clima e Geologia

No TMS há predomínio do clima tropical úmido. O clima úmido na região possui índice hídrico de 40 a 20%, excedente hídrico de 300 a 600 mm, precipitação média maior que 2000 mm, concentradas no outono e inverno (PLANEHAB, 2012).

Quanto ao regime térmico, a região possui temperaturas máximas que variam de 24,3° a 31,2°C, valores mínimos de 14,4° a 22,5°C e as médias térmicas entre 18,4° a 31,3°C com amplitude térmica de 4,9° a 13,5°C.

As formas de relevo encontradas são as Planícies Litorâneas, Bacias Sedimentares e Planalto Costeiro. Nele estão presentes as unidades geomórficas das Baixadas Litorâneas, Planícies Marinhas e Fluviomarinhas, Tabuleiros do Recôncavo, Tabuleiros Pré-Litorâneo.

3.5.2 Biomas e Vegetação

A vegetação predominante é a Mata Atlântica com ligeiras incursões de exemplares característicos de Caatinga e até de Cerrado. A região litorânea é um complexo vegetacional que apresenta nichos ecológicos bem característicos da região e que se repetem ao longo de todo o litoral, como praias, restingas, lagunas e manguezais. A sua vegetação é caracterizada por uma grande diversidade de ecossistemas, campos rupestres, áreas de transição, além de florestas estacionais e os ecossistemas citados.

3.5.3 Recursos Hídricos

O estudo das bacias hidrográficas constitui ferramenta essencial dos processos de planejamento territorial, dados os impactos múltiplos que podem ser provocados pela impermeabilização do solo e pela ausência de saneamento básico adequado, que tendem a ocasionar, respectivamente, sobrecarga nos leitos e contaminação da água.

O Estado da Bahia foi dividido em 17 Regiões de Planejamento e Gestão de Águas (RPGAs). Devido à grande extensão da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, esta foi subdividida, na Bahia, em oito novas unidades compostas por sub-bacias de um ou mais afluentes. Em 2009, uma nova divisão hidrográfica foi instituída, aumentando de 17 para 26 RPGAs no Estado.

O TMS está inserido em três RPGAs:

- RPGA do Rio Paraguaçu, constituída pelas bacias hidrográficas do Rio Paraguaçu e de pequenos rios que deságuam na baía do Iguape até o Município de Salinas da Margarida (que deixou de pertencer ao TMS).
- RPGA do Recôncavo Norte, constituída pelas bacias hidrográficas dos rios que deságuam no Oceano Atlântico, em sua porção oriental, e na Baía de Todos os Santos, ao Sul, limitadas ao norte pela RPGA do Rio Itapicuru, e a oeste pela RPGA do Rio Paraguaçu.
- RPGA do Recôncavo Sul, constituída pelas bacias hidrográficas de rios estaduais que deságuam no Oceano Atlântico, na contra - costa da Ilha

de Itaparica, na contra - costa do Arquipélago de Tinharé - Boipeba e na Baía de Camamu, limitada ao norte e a oeste pela RPGA do Rio Paraguaçu, e ao sul e a sudoeste pela RPGA do Rio das Contas.

No TMS se identificam várias **unidades de conservação**: APA Baía de Todos os Santos, APA Joanes - Ipitanga, APA Lagoas e Dunas do Abaeté, APA Lagoas de Guarajuba, APA do Rio Capivara, APA da Bacia do Cobre / São Bartolomeu, além do ambiente marinho da Plataforma Continental do Litoral Norte e das bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe, Joanes - cuja represa é responsável pelo abastecimento de água de Salvador e adjacências, além dos rios Jacuípe, Imbassaí e Pojuca (SEI). São todas áreas de relevante interesse ecológico para proteção e conservação. Embora apresentem suas fragilidades ambientais no que diz respeito às atividades predatórias, mostram também suas potencialidades econômicas, as quais devem ser mais bem conduzidas para melhor utilização dos recursos existentes sem causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Extensas áreas se encontram legalmente protegidas. A área total protegida é equivalente a 159.560 há e corresponde a 57,41% da extensão do TMS. A unidade de maior destaque é a APA Baía de Todos os Santos, que contempla em torno de 97.727 ha, correspondendo 61,25% das áreas protegidas do Território. Vale destacar também as áreas de proteção ambiental que se situam a norte do Território, muitas vezes confrontando-se com áreas de expansão residencial e comercial. São elas: APA Lagoas e Dunas do Abaeté, APA Joanes - Ipitanga e APA Lagoas de Guarajuba.

As dificuldades de preservação são similares em todo o Estado e acontecem em torno de questões recorrentes, sendo as principais delas a extração de bens naturais - seja pelo desmatamento, seja pela mineração ou pelo extrativismo vegetal e animal, seja pelo avanço dos perímetros urbanos ou pela falta de gestão e fiscalização por parte das instâncias competentes.

Em termos ambientais, os empreendimentos e atividades econômicas acumuladas ao longo dos anos no Território têm gerado fortes efeitos poluidores.

3.5.4 Indústrias

O TMS apresenta o maior número de indústrias quando comparado a outros Territórios, a maioria concentrada nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho. Em torno de **41%** das indústrias foram classificadas como sendo de **baixo potencial poluidor**.

As indústrias classificadas como de **médio potencial poluidor** representam **31%** do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se, mais uma vez, nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari. Os municípios de Salvador, Camaçari e Simões Filho apresentam atividades de recuperação de materiais metálicos e plásticos e de coleta de resíduos não perigosos. Especialmente em Salvador e também em Camaçari, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas, as atividades ligadas à construção civil são bastante representativas. Estes setores representam 61% de todos os empreendimentos do TMS que estão na categoria médio potencial poluidor. Outro segmento que possui destaque neste grupo é a fabricação, manutenção, reparação e instalação de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos e equipamentos de informática (18%).

As indústrias com **alto potencial poluidor** representam **28%** do total de indústrias existentes no TMS. O município de Simões Filho é o que possui o maior número de indústrias de alto potencial poluidor, com quase 60% dos seus empreendimentos. As atividades ligadas à indústria extrativista com alto potencial poluidor estão nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Com relação à geração de energia elétrica, a atividade está presente em Camaçari, Candeias e Salvador. Em Salvador e Lauro de Freitas se observam empreendimentos deste grupo associados à construção, especialmente relacionados ao saneamento básico. Ademais, os segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e material plástico, artefatos de minerais não metálicos, metalurgia e produtos de metal, respondendo por quase 50% dos empreendimentos deste grupo. O setor de fabricação de produtos

derivados do petróleo, de produtos químicos e farmacêuticos também se destaca, com 26% dos empreendimentos de alto potencial poluidor.

3.5.5 Agricultura

O TMS ocupa a 27ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, sendo o menos representativo, com apenas 0,05% da área destinada a esse uso.

Em relação à agricultura familiar, possui o menor número de estabelecimentos no Estado. Mais da metade dos estabelecimentos concentram-se em Camaçari, sendo que os municípios de Salvador, Madre de Deus, Vera Cruz e Itaparica possuem a menor quantidade de estabelecimentos familiares. Do mesmo modo, em comparação com os demais Territórios, o TMS é o menos representativo com relação à criação de bovinos (ZEE, 2014).

A pecuária extensiva também é classificada como de **médio potencial poluidor**. Candeias, Camaçari e Simões Filho destacam-se por concentrar em torno de 84% dos bovinos. Por outro lado, o município de Madre de Deus aparece como o menos expressivo.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo **alto potencial poluidor**, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila e Camaçari, este último, concentrando 49% do total de criações existentes no TMS. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de **alto potencial poluidor**. Destaque para o município de Camaçari que, sozinho, representa 42% do total de equinos no Território. A criação de bubalinos apresenta valores intermediários entre muares e equinos e também é destaque em Camaçari.

No grupo das criações confinadas com **potencial poluidor médio**, chama atenção o grupo das aves e Camaçari indica maior expressividade neste arranjo. A criação de suínos ocorre em quatro municípios, destaque para Camaçari com 44%. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem, entretanto de maneira menos expressiva, com 4.833 e 7.718 animais, respectivamente.

3.6 Aspectos Populacionais

3.6.1 Sistema social organizado

Os rumos assumidos pelo rural têm relação muito mais direta com o desenvolvimento nacional do que é comumente aceito. O rural é também espaço de vida e não apenas de produção. Os esforços de construção de políticas públicas de desenvolvimento rural passam a compreender o rural de forma mais ampla, em conjunto com as políticas agrícolas e fundiárias, atingindo milhares de famílias rurais.

Para avançar em direção a uma agricultura familiar multifuncional, geradora de emprego e renda, produtora de alimentos saudáveis e fator determinante para o desenvolvimento, faz-se necessário avançar em questões estruturantes, como o acesso à terra, à água, às florestas e a outros recursos naturais.

O TMS é lugar de vida, de moradia e de produção de comunidades de agricultores familiares, de diversos povos e comunidades tradicionais, tais como quilombolas, organizações de pescadores artesanais e marisqueiras (associações, grupos e sindicatos), povos indígenas e assentamentos de reforma agrária. A seguir, se apresenta um panorama da presença desses povos no TMS.

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – BA) existem no Território 11 Assentamentos de Reforma Agrária: Assu da Capivara e Cosme e Damião (Camaçari); União Estopa (Candeias); Euclides Neto, Barro Branco e Santa Maria (Mata de São João); Ana Rosa (Pojuca); 3 de Abril, Maju Maju, Panema e São Domingos (São Sebastião do Passé), totalizando **502 famílias** que ocupam 9.413 ha o que significa uma média de 18,75 ha, quantidade insuficiente para a reprodução social e econômica dos diversos componentes familiares. Um dado importante e a ter em conta em termos das estratégias do desenvolvimento do TMS é o elevado índice de Gini de concentração de terras: 0,743¹⁴.

¹⁴ ESTADO DA BAHIA - PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, 1985-2015. Fonte: SIPRA/INCRA, dezembro/2015. Elaboração: Projeto GeografAR (UFBA), dezembro/2015.

Às comunidades quilombolas deve ser dado um tratamento específico e reparatório, tanto pela sua condição de vida, que na maioria dos casos é muito precária, quanto para a manutenção e conservação de sua cultura, no sentido de saldar minimamente a histórica dívida da escravidão, fortemente implantada neste Território e na Bahia.

Conforme dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), 19 comunidades quilombolas estão regularizadas e certificadas no TMS, sendo elas: Cordoaria (Camaçari); Quingoma (Lauro de Freitas); João Barreiros, Pau Grande e Tapera (Mata de São João); Alto do Tororó, Bananeiras, Martelo, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Praia Grande (Salvador); Monte Recôncavo e Porto de Dom João (São Francisco do Conde); Palmeira da Água Boa (São Sebastião do Passé); Dandá, Pitanga dos Palmares e Rio dos Macacos (Simões Filho); Maragojipinho e Tereré (Vera Cruz).¹⁵

Conforme o Censo (IBGE, 2010), o TMS contava com 9.827 pessoas auto declaradas indígenas, numero significativo para que o Estado venha a intervir com ações de valorização e afirmação da ancestralidade e cultura indígenas no mundo contemporâneo. Porém, há evidências de que há mais indígenas do que os informados pelo Censo, seja por nascimentos, seja por terem migrado de outros territórios vindo morar no TMS, ou por estarem camuflados sob o rótulo de pardos[1]. Em termos de povos indígenas, foi identificada a etnia Kiriri Xocó-Fulni-Ô, com 9 famílias localizadas na comunidade Tha-fene, em Lauro de Freitas.¹⁶

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, (UFBA, 2011), há Colônias de Pescadores nos seguintes municípios: Camaçari (Z-14 – Arembepe); Candeias (Z-54); Itaparica (Z-12); Lauro de Freitas (Z-57); Madre de Deus (Z-48); Mata de São João (Z-38- Praia do Forte); Salvador (Z-01 – Rio Vermelho, Z-02 - Itapagipe, Z-03 - Bom Jesus dos Passos, Z-04 - Ilha de Maré, Z-06 – Itapuã); São Francisco do Conde (Z-05); Simões Filho (Z-58); Vera Cruz (Z-08 - Conceição, Z-10 - Caixa Prego, Z-11 – Baiacú).

¹⁵ Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), atualizada até a Portaria nº 104/2016, publicada no DOU de 20.05.2016.

¹⁶ Distribuição Espacial dos Povos Indígenas a Bahia - Relação 2014-2015. Realizada em parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar e a Coordenação Executiva de Políticas para Povos Indígenas do Estado da Bahia, em consulta direta com lideranças indígenas.

A pesca artesanal é uma atividade extrativa que, historicamente, antecede à atividade agrícola. Essa atividade insere-se numa dinâmica muito complexa que envolve desde os pescadores artesanais e suas organizações até o Estado e suas diversas políticas públicas, os grupos empresariais que promovem a pesca industrial e a aquicultura e os proprietários de terras. A pesca artesanal deve ser entendida com uma atividade que se desenvolve tanto na terra como na água, uma vez que o acesso à água é mediado pelo acesso à terra. Não é possível pescar quando o pescador vive a quilômetros de distância do mar ou do rio. Além disso, muitos pescadores complementam sua renda com atividades agrícolas, mantendo um modo de vida particular.

Os pescadores artesanais estão perdendo gradativamente o acesso à terra e, conseqüentemente à água, por causa da especulação imobiliária e da ocupação por grandes projetos turísticos que acontecem de forma crescente nas áreas costeiras. Outro aspecto que vem interferindo na manutenção do pescador artesanal em seu local de origem é o processo de concentração de terras que expulsa pessoas do campo para a cidade, bem como os impactos ambientais que acontecem nas áreas que utilizam para sobreviver.

E da mesma forma também estão perdendo o acesso à água por causa dos grandes projetos de aquicultura que vem crescendo expressivamente nos últimos anos. Tal atividade se desenvolve nas áreas tradicionalmente usadas por pescadores artesanais e marisqueiras impondo ao espaço outra lógica que desorganiza a atividade destes.

A exceção do município de Salvador, os outros 12 que integram o TMS possuem Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Em todos os municípios do TMS há empreendimentos da agricultura familiar e de agricultura periurbana, principalmente em Salvador.

Existe também uma forte representação sindical urbana, tanto de trabalhadores quanto de empresários. Dentre os sindicatos de trabalhadores sobressaem os do comércio, da indústria e do setor de serviços. Em relação aos sindicatos patronais foram identificados representantes da agricultura, da indústria e do setor de serviços¹⁷.

¹⁷ Observa-se que a quantidade de sindicatos patronais nos setores da indústria e de serviços é maior que os da agricultura, isso porque Salvador, Camaçari, Candeias e outros municípios

Conforme pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre agosto de 2007 e março de 2008, quase 32.000 pessoas viviam em situação de rua, abandonadas em rodoviárias, praias, túneis, depósitos, lixões ou pernoitando em instituição como albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio.

Esta população tem como característica ser predominantemente masculina, com mais da metade das pessoas tendo entre 25 e 40 anos. O nível de renda identificado pelo governo federal girava entre R\$ 20,00 a R\$ 80,00 mensais e 74% sabiam ler e escrever.

A situação encontrada nas metrópoles brasileiras serve para ilustrar a realidade existente em Salvador, onde a população de rua começou a se organizar no ano de 1999. O amadurecimento da identidade social da população de rua resultou no processo de organização do movimento na capital baiana e na sua posterior institucionalização a partir de 2010 como associações civis, sem fins lucrativos, apartidária e com autonomia administrativa e financeira (a Ruatua). Em 2013, conforme pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS), Esporte e Combate à Pobreza, estimou-se a população de rua em cerca de 3.500 pessoas, das quais 50% se declaram negras (30% pardas e 20% brancas).

3.6.2 Capacidade de Governança Institucional no TMS

A análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos do TMS alerta para uma situação paradoxal: presença de um amplo ambiente institucional de políticas públicas no nível dos municípios, junto à fragilidade dos espaços territoriais, Colegiado, Consórcios, assim como fragmentação e ausência de diálogo entre as representações da sociedade civil. Embora se perceba uma malha estendida de Conselhos de Políticas Públicas (Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano, Saúde, Habitação e Moradia Popular, Educação, Assistência Social, Cultura, Direitos da Mulher) parece difícil afirmar a existência de uma governança sócio-territorial na

do TMS concentram o maior número de estabelecimento industriais do Estado, o que conseqüentemente, fomenta o setor de serviços e aumenta a representação das empresas.

perspectiva da configuração do fortalecimento de uma esfera pública com protagonismo dos atores locais.

Entende-se por capacidade de governança a elaboração, negociação e gestão compartilhada de **instrumentos de planejamento, gestão e monitoramento das políticas públicas setoriais**. Até 2015, o mapa dos Conselhos no TMS estava assim desenhado:

- Desenvolvimento Rural: seis municípios com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS) homologados: Camaçari (com ressalvas), Candeias, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde e São Sebastião de Passe; um município em processo de homologação: Vera Cruz; e seis que não têm: Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho.

- Desenvolvimento Urbano: Candeias, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho;

- Saúde: todos os municípios dispõem de Conselho Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde, com exceção de Camaçari;

- Educação: todos os municípios do TMS possuem Conselho Municipal de Educação;

- Direitos da Mulher: apenas instituídos em Camaçari e Salvador. Camaçari ainda possui a Secretaria da Mulher. Os demais municípios integrantes da 1ª Conferência Intermunicipal de Políticas para as Mulheres (Dias D'Ávila, Itaparica, Madre de Deus, Vera Cruz) não possuem Conselho Municipal dos Direitos da Mulher ou organismos específicos de políticas para as mulheres, exceto Candeias, que tem um Núcleo de Atendimento à Mulher (NAM).

- Cultura: em Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Vera Cruz. Entretanto, o campo da Cultura apresenta singularidades. Em 2007, a Secretaria de Cultura do Estado (SECULT) passou a acompanhar a estruturação do Sistema Nacional de Cultura, dividindo as responsabilidades das ações com o Ministério da Cultura (MinC). Desde esse momento, diversos atos legislativos e administrativos, tais como a sanção da Lei Orgânica de Cultura que instituiu o Sistema Estadual de Cultura e posteriormente o Plano Estadual de Cultura da Bahia, contribuíram para consolidar gradativamente o

Sistema Nacional de Cultura no Estado¹⁸. A Secretaria de Cultura (SECULT) tem se demonstrado desde sua institucionalização uma grande parceira da política de Desenvolvimento Territorial. A participação de representantes territoriais da SECULT no TMS qualificou o trabalho do Colegiado e contribuiu para a gestão de políticas públicas de Cultura. As principais atribuições das representantes são: articular redes territoriais do âmbito artístico e cultural; mobilizar públicos e redes para as ações e projetos da SECULT; difundir e divulgar projetos e ações da Secretaria; realizar levantamento de informações e dados das práticas e manifestações culturais presentes no TMS; estimular a gestão participativa da cultura nos municípios do TMS; prestar assessoria aos dirigentes municipais de cultura para a implantação dos Sistemas e Planos Municipais de Cultura; promover e apoiar a articulação e o diálogo contínuos com representações do Estado e organizações da sociedade civil.

- Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Vera Cruz. As ZEIS são áreas demarcadas no território de uma cidade para assentamentos habitacionais de população de baixa renda. Devem estar previstas no Plano Diretor e demarcadas na Lei de Zoneamento. Podem ser áreas já ocupadas por assentamentos precários, e podem também ser demarcadas sobre terrenos vazios. Assim como esses, há outros instrumentos de política urbana relacionados com a execução e a gestão, por exemplo, Plano Diretor, Parcelamento do Solo e o Zoneamento.

3.6.3 Agenda para o Desenvolvimento dos Territórios da Bahia – AG – TER

Embora não se trate perfeitamente de um ambiente institucional e sim de um espaço de proposições de programas e projetos para o desenvolvimento. Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado no sentido de articular ações para o desenvolvimento dos Territórios, mediante a integração de esforços entre diversos atores públicos e privados de diferentes

¹⁸ Em 2011 é aprovada a Lei Orgânica de Cultura da Bahia (Nº 12.365, de 30 de novembro), que instituiu o Sistema Estadual de Cultura, e em 2014 o Plano Estadual de Cultura da Bahia (Lei 20.864/2014), documento que segue a lógica do Plano Nacional de Cultura e trabalha com um horizonte de 10 anos.

segmentos para viabilizar a implantação de empreendimentos produtivos e fomento da cultura empreendedora, a fim de promover a geração de renda e a melhoria das condições de vida da população baiana.

Como se verá ao longo deste documento, a AG – TER sintoniza com vários dos desafios e das estratégias e metas elaboradas pelo Colegiado do TMS, no sentido de promover ações integradas que impactem positivamente os contextos territoriais, incentivando a captação de investimentos e empreendimentos e articulando a assistência técnica e a infraestrutura pública de apoio à produção.

3.6.4 Entidade da Região Metropolitana de Salvador

A Entidade Metropolitana¹⁹ funciona como uma autarquia intergovernamental, com caráter deliberativo e normativo, e reúne representantes do Governo do Estado e de 12 municípios da RMS. Tem como finalidade exercer as competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum aos municípios integrantes da Região Metropolitana de Salvador, priorizando e integrando fortes investimentos nas áreas de mobilidade urbana, infraestrutura, saúde, esporte e habitação e segurança pública.

3.7 Demografia

O TMS apresentava para o ano de 2015 uma população estimada de 3.919.864 habitantes (Tabela 1), sendo que destes 89% residiam predominantemente em centros urbanos. A extensão total do Território alcança 4.353.769 km², (IBGE 2015).

Quanto ao porte de seus municípios, o TMS possui:

- ✓ Sete municípios na faixa entre 20.000 e 50.000: Itaparica, Madre de Deus, Mata do São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Vera Cruz.

- ✓ Dois municípios com populações entre 50.000 e 100.000 habitantes: Candeias e Dias D'Ávila;

¹⁹ Criada pela Lei Complementar nº 41, de 13 de junho de 2014.

✓ Três municípios com populações até 300.000 habitantes: Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho;

✓ A metrópole, Salvador, com quase 3 milhões de habitantes;

O TMS registrou um grau de urbanização de 98,1% (Censo Demográfico, IBGE, 2010), o maior do Estado, com 25% da população estadual residindo em suas fronteiras.

A estimativa da taxa média de crescimento anual do TMS entre 2011 e 2015 foi superior à do Estado: enquanto o TMS cresceu 2,34%, a Bahia registrou apenas 1,91%. Enquanto Salvador cresceu 2,06%, alguns municípios do Território se sobressaíram: São Francisco do Conde, com 4,01%, foi o município que mais cresceu durante o período analisado, seguido de Camaçari (3,7%) e Dias D'Ávila (3,6%). Já Candeias, com 1,51%, foi o que teve a menor taxa de crescimento (Gráfico 1).

Quanto à distribuição por situação de domicílio a população urbana do TMS era de 3.506.152 e a rural, de apenas 67.821 habitantes (Tabela 2). Analisando a situação por sexo, o TMS acompanha a tendência do Estado: na área urbana, o número de mulheres é maior que o dos homens: **1.851.382** e **1.654.770** respectivamente, porém ocorre o contrário quando se observa a zona rural: nesse caso o número de mulheres é levemente inferior ao dos homens (Tabela 2. e Gráfico 2).

A tabela demonstra a predominância do sexo feminino em todos os municípios do TMS no ano de 2010: 1.851.382 (mulheres) frente a 1.654.770 (homens). Este é um fenômeno tipicamente urbano, pois a análise dos territórios rurais mostra que neles predomina o sexo masculino, revelando uma tendência de caráter nacional à masculinização do mundo rural. Isso significa que as condições de vida e de trabalho na zona rural são desfavoráveis para as mulheres e que elas estão migrando mais do que o sexo oposto.

Quando se analisa a população por cor ou raça, percebe-se a auto identificação da população como parda, a qual alcança 53% no TMS. Esse percentual se repete no Estado e na cidade de Salvador. O percentual de pessoas que se autodeclaram negras e pardas no TMS alcança 71% (Gráfico 3).

O TMS apresenta peculiaridades em relação à sua pirâmide etária: o número de crianças e adolescentes até 14 anos é inferior à média verificada na Bahia (21,9% contra 25,6%) e o número de idosos também é menor (8,7% contra 10,3% na Bahia). Essa relação é inversa quando se compara a população com idade entre 15 e 59 anos: enquanto o TMS tem 69,4% da população nessa faixa etária, o Estado registra 64%.

Pode se observar também que no período 2000 / 2010 houve um decréscimo na faixa de 0 a 14 anos, e aumentos nas faixas de 15 a 59 e de mais de 60. Obedecendo à tendência nacional e também estadual, há modificações na pirâmide etária: a base se estreita e o topo se alarga, alterando o perfil da demanda por serviços públicos (Gráfico 4). No decorrer da análise serão mostrados os números referentes ao decréscimo de matrículas nos estabelecimentos de educação infantil.

Quanto ao Índice de Envelhecimento do sexo masculino, os dados revelam que para todos os municípios do TMS houve uma participação crescente de idosos em relação aos jovens, quando comparados os anos de 2000 e 2010, o que significa um aumento da esperança de vida dos idosos. Os municípios de Salvador, Mata de São João e Itaparica são os que se encontram mais adiantados no processo de transição apresentando os maiores índices (Gráfico 5).

A aceleração do envelhecimento das populações rurais coloca a sucessão familiar na agenda de políticas públicas, tornando urgente a criação de políticas específicas para incentivar a permanência dos jovens no campo. Tornar o rural um espaço atrativo para a juventude significa viabilizar seu acesso à terra, desenvolver instrumentos adequados de apoio à produção e à gestão da propriedade e disponibilizar no meio rural as facilidades e serviços que tornam as áreas urbanas tão atrativas, como acesso à educação, à internet, à informação, à cultura e ao lazer (PNDRSS, 2014).

3.7.1 Juventude na Bahia

A população entre 15 e 29 anos no estado passou de 4,2 para 3,7 milhões, entre 2006 e 2014, uma redução que considera o natural envelhecimento populacional, sendo que 80,6% são negros e 18,9% são brancos. A taxa de desocupação apontada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os jovens de 15 a 29 anos cresceu entre

2006 (15,3%) e 2014 (17,4%). Na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de desocupação em 2014 foi ainda maior (20,8%).

Esse número é ainda maior entre as mulheres de 15 a 29 anos: a taxa de desocupação feminina para 2014 foi de 23,2%, evidenciando a necessidade de investir em políticas de geração de trabalho para este público, sendo a questão de gênero de grande relevância.

É preocupante o recorte populacional da juventude que não se encaixa e nenhuma das atividades observadas, ou seja, não estudam e nem trabalham: em 2014 eram 550 mil jovens. Apesar da redução da população jovem nesta condição ao longo do período 2006 / 2014, na faixa etária de 18 a 24 anos encontra-se a maior concentração: 291 mil. Ao que tudo indica, esses jovens não fazem parte das atuais políticas de geração de emprego e de profissionalização, pois não alcançam sequer os pré-requisitos para acessá-las ou não têm acesso à informação. Esses jovens podem estar sendo explorados pelo tráfico de drogas e sexual.

Mais uma vez, a PNAD revela forte disparidade na colocação de homens e mulheres na sociedade. Considerando a população que não está trabalhando e nem procurando emprego, na faixa entre 15 e 29 anos, e que também não frequenta a escola, o estudo revela que 24,8% são homens e 75,2% são mulheres (414 mil), sendo que a maioria dos homens se apresenta no papel de “filho” da residência entrevistada, enquanto a maioria das mulheres se apresenta como “cônjuge” (205 mil) neste domicílio. Os cônjuges homens nesta condição são apenas 3 mil. O total de “filhos” (homens e mulheres) que se apresentam fora da escola e do mercado de trabalho totalizam 205 mil jovens (SEI, Juventude Baiana: Informações sociais 2006 e 2014).

3.8 Aspectos Sociais

3.8.1 Vulnerabilidade Social²⁰

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH²¹ do TMS está em patamar médio, podendo ser considerado mais satisfatório do que alcançado

²⁰ Esse item referencia-se no Relatório do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social. http://www.zee.ba.gov.br/zee/?page_id=236 (acessado em 15.08.2016)

pela Bahia. Os melhores indicadores estão em Salvador (0,759) e em Lauro de Freitas (0,754). Somente Vera Cruz (0,645) tem índice inferior ao 0,660 alcançado pela Bahia. Em 2000, somente Salvador e Lauro de Freitas tinham indicador superior a 0,600.

Quanto à **educação**, o TMS apresenta a menor taxa de analfabetismo do Estado, **4,9%**. Os melhores percentuais se observam em Salvador (3,9%) Lauro de Freitas (4,6%) e Madre de Deus (4,9%). São Sebastião do Passé apresenta o pior desempenho: 14% (Gráfico 6).

É importante destacar que as taxas de analfabetismo a partir de 15 anos, apesar da melhora nos últimos 10 anos, é um reflexo da política educacional que, muitas vezes, mascara a realidade em relação à educação. Isso porque o Ministério de Educação (MEC) vincula recursos financeiros ao desempenho escolar, o que tem feito com que a “aprovação automática” seja utilizada de forma arbitrária para diminuir as taxas de reprovação e de evasão escolar, desconsiderando o analfabetismo funcional gerado a partir dessa situação.

Quanto à matrícula inicial na educação infantil no período 2007 / 2010, percebe-se cobertura em todos os municípios. Comparando os dados de 2007 com os de 2010 o número de estabelecimentos públicos²² na área urbana baixou de 37.377 a 30.592 (20,7%), e na área rural de 5.930 a 3.952 (33%) no mesmo período. E apenas 13% dos estabelecimentos escolares públicos estavam localizados na zona rural. O responsável por essa queda foi, principalmente, Salvador, pois o número de estabelecimentos aumentou em Candeias, Camaçari e Lauro de Freitas. Essa retração pode ser explicada pela alteração da pirâmide etária e provavelmente pelo regime de colaboração entre os sistemas, para efeito da transferência administrativa aos municípios, através dos processos de municipalização (Gráfico 7).

Dados muito semelhantes aparecem quando se analisa a matrícula inicial no ensino médio do TSM. Entretanto, chama a atenção a disparidade entre os estabelecimentos públicos de ensino médio localizados na área

²¹ O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador de qualidade de vida de uma população. Compõem o IDH a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e a renda per capita. O IDH entre 0 e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e, acima de 0,800, o nível de desenvolvimento é alto.

²² Escolas federais, estaduais e municipais.

urbana comparados com os da zona rural: 2.976 e 0 respectivamente²³ (Gráfico 8).

Em relação ao ensino superior percebe-se um processo de descentralização de unidades de terceiro grau e universitárias que até pouco tempo só havia na capital, Salvador.

O cenário atual conta com uma estrutura de campus e faculdades em vários municípios, tais como Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Mata de São João e Salvador.

Obviamente, na metrópole estão presentes todos os cursos em todas as áreas do conhecimento, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Além da ampla rede de equipamentos oferecida pela capital, os municípios que compõem o Território também se destacam do restante do estado nesta oferta de instituições de ensino.

Entre as principais faculdades e cursos se destacam o campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Camaçari, com os cursos de Ciências Contábeis e Direito; a Faculdade de Tecnologia e Ciência; a Faculdade Metropolitana de Camaçari com cursos de Direito, Administração, Ciências Biológicas, Comunicação Social, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Física, Fisioterapia, Letras, Matemática, Oceanografia, Pedagogia, Psicologia, Química; a Faculdade Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional, com cursos em Formação de Professores em Educação Básica e em Matérias Específicas.

No município de Candeias há a Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras ofertando Pedagogia, Sistema de Informação, Enfermagem e Administração; a Faculdade de Tecnologia e Ciências e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que estabeleceu convenio de cooperação técnica, acadêmica e cultural com a Prefeitura Municipal de Candeias, buscando a realização de ações voltadas à promoção da educação, da qualificação e do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do município.

²³ Dados elaborados para 9 municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, S. Filho, Veracruz.

Em Lauro de Freitas, a União Metropolitana de Educação e Cultura disponibiliza uma enorme variedade de cursos universitários e terciários, alguns dos quais: Gestão da Informação, Comércio Exterior, Agronegócios, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Design de Moda, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Hotelaria, Marketing, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Produção Fonográfica, Produção Multimídia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Secretariado, Sistemas de Informação, Turismo.

O município de São João da Mata começou a oferecer o ensino universitário por meio do programa UAB (Universidade Aberta do Brasil) que garante cursos de educação à distância. São quatro cursos: graduação em hotelaria, pedagogia e administração, além da pós graduação em educação ambiental; todos desenvolvidos em parceria com instituições federais, como as Universidades de Paraná e Ouro Preto e o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) de Alagoas. Os cursos são gratuitos e a UAB disponibiliza salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, espaço de convivência e sala de vídeo conferencia.

No tocante à **saúde**, a maior parte dos municípios do TMS dispõe de cobertura hospitalar. A soma de rede pública e privada totalizava em 2010 8.608 leitos hospitalares dos quais 90% estão em Salvador.

Nesse mesmo ano, o índice médio de leito por mil habitantes era de 2,5. O maior índice era o de Salvador (2,91) e o menor, o de Simões Filho (0,58). Verificava-se uma significativa heterogeneidade entre os municípios, sendo explícita a diferença no atendimento de saúde em Salvador e Itaparica, frente aos demais municípios (Tabela 3). Comparado com o Estado, o TMS contava com pouco mais de 30% de leitos por mil habitantes.

Quanto ao número de profissionais de saúde (médicos), dos 8.494 existentes no TMS em 2015, 84,3% trabalhavam em estabelecimentos localizados no município de Salvador. Em relação à Bahia, o TMS abrigava 51% dos 16.643 profissionais contabilizados no Estado (Gráfico 9).

No caso da **mortalidade infantil**, e acompanhando a evolução do Estado, o TMS apresentou redução das taxas no período de 2005–2015: 16,2

mortes/mil nascidos vivos. É um número um pouco acima da média nacional (15,6 mortes/mil nascidos vivos), porém abaixo da média do Estado da Bahia (16,4 mortes/mil nascidos vivos) (Gráfico 10). São Francisco do Conde é o município que apresenta melhor desempenho, com uma taxa de 6,1, e Itaparica o pior, 29.1, quase o dobro da taxa nacional.

Os dados de **óbitos** por causa externa também são preocupantes. A violência, causa de óbitos nesse caso, está diretamente ligada ao processo de urbanização desordenado, à falta de perspectiva entre os jovens, à disseminação de drogas e a baixa renda da população. É, portanto, um preocupante problema estrutural. A análise dos grupos de óbitos por causa aponta como as de maior incidência: doenças do aparelho circulatório; causas externas e neoplasias.

Quanto aos casos notificados de **Zika Virus (ZikV)** no ano de 2015, o TMS apresentou um total de 6.662 casos (20%) dos quase 36.000 do Estado. Já os casos notificados de **Chikungunya** no TMS foram de 4.923, representando 18,5% dos 26.670 registrados na Bahia no ano de 2015.

No TMS se observa um percentual insuficiente de atendimento no Programa Saúde da Família. O município de Salvador é o que apresenta pior desempenho: 5774 famílias / equipe PSF, seguido por Candeias: 3.565 famílias / equipe PSF, quer dizer, o número de equipes não é suficiente para atender a demanda.

De um modo geral, as políticas públicas implantadas no Estado na última década, ainda não conseguiram sanar todos os problemas enfrentados pelos setores de educação e saúde.

Quanto às condições gerais de vida da população, Salvador possui o melhor desempenho do Estado da Bahia, com uma reduzida taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida satisfatória, e um percentual mediano de gravidez na adolescência, seguido de Madre de Deus e Lauro de Freitas. Dados do DATASUS (2008) apontam em Salvador um percentual de 1,2% de crianças desnutridas e 94% de crianças até 2 anos com a carteira de vacinação em dia. Segundo a mesma fonte, o percentual de mães adolescentes em Salvador é de 15%, um dos menores do Estado.

Entretanto, ao analisar o rendimento domiciliar per capita, revela-se o componente da desigualdade no TMS, que registra índice de concentração de renda superior à média da Bahia. Aplicando o índice de Gini, percebe-se que entre 2000 e 2010, não obstante a sintonia das políticas públicas federais e estaduais, a desigualdade se reduziu muito pouco no Território: passou de 0,656 para 0,644. E nos municípios de Salvador, Camaçari, Itaparica, Madre de Deus e Mata de São João, a desigualdade em termos do rendimento domiciliar per capita só fez aumentar (Gráfico 11).

Em parte, a melhoria nesses indicadores é fruto da redução da extrema pobreza no Território²⁴. Entre 2000 e 2010, o percentual da população nessa situação se reduziu de 12,6% para 6,1%. Os municípios com percentuais menores são Salvador (5,2%) e Camaçari (7,5%). Já os números mais elevados foram registrados em Vera Cruz (16,1%) e Itaparica (15,5%) (Gráfico 12).

Políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) são responsáveis, em parte, pela redução da extrema pobreza no Território. No TMS, 296 mil famílias eram beneficiárias do programa no ano de 2015. O município com maior número de beneficiários é Salvador, com 200,1 mil famílias cadastradas, seguido de Simões Filho e Lauro de Freitas (Tabela 4 e Gráfico 13).

Entre 2004 e 2015 os municípios do TMS melhoraram seu desempenho se consideradas algumas variáveis de condição de vida. O número de habitantes sem rendimento sofreu um decréscimo considerável, pois teve o apoio do governo federal com programas sociais como o PBF, beneficiando famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Uma parcela da população que em 2004 se encontrava em situação de miséria e sem rendimentos, somou-se ao número de habitantes com renda de até um salário mínimo em 2015, visto que houve um decréscimo dos que viviam sem rendimento e um relativo aumento dos que recebiam um salário mínimo. Outra variável que reflete o apoio do PBF se refere à diminuição na

²⁴ De acordo com o IBGE, os extremamente pobres são aqueles com renda per capita inferior a R\$ 70, em valores de 2010.

taxa de analfabetismo, uma vez que um pré-requisito para ter direito a recebê-lo é a frequência e permanência das crianças e adolescentes estudando.

Segundo levantamento da antiga Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), em 2012, os menores percentuais de famílias assistidas pelo PBF se encontravam nos municípios de Candeias, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas e Salvador. Os municípios com maior percentual de famílias beneficiadas eram Itaparica, com 47,13% e Vera Cruz com 40,22%. Salvador era o município com o menor percentual de famílias beneficiadas pelo PBF.

Em relação ao **abastecimento de água** o TMS apresenta um bom desempenho, sendo que em Madre de Deus atinge quase 100%. Para o indicador **presença de sanitário** o TMS registra o melhor desempenho do Estado, pois quase a totalidade dos municípios apresenta um desempenho superior a 80%. Novamente, o melhor desempenho se verifica em Madre de Deus (99,32%). E em relação ao **destino do lixo domiciliar**, o melhor desempenho também é registrado em Madre de Deus (99,32%) (Gráfico 14).

Somando as variáveis “Coletado diretamente por serviço de limpeza” e “Colocado em Caçamba de serviço de limpeza”, o TSM totalizava em 2010 quase **95,5%** dos domicílios atendidos, contra **76,2%** do Estado da Bahia. Em 2000, esses percentuais de domicílios por destino do lixo eram menores, tanto no TMS quanto na Bahia: **90%** contra **62%** (Gráfico 14).

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, o melhor desempenho é no município de Salvador (99,79%). E relação ao **esgotamento sanitário** o melhor desempenho também é de Salvador (93,10%) (Gráfico 15).

Somando as variáveis “Rede Geral de Esgoto ou Pluvial” e “Fossa Séptica”, o TSM totalizava em 2010 **87,7%** dos domicílios atendidos, contra **56,2%** do Estado da Bahia. Essa diferença se explica pelo elevado percentual da variável “Fossa Rudimentar” na Bahia: **37,2%** contra **7,7%**.

3.9 Aspectos Econômicos – Produtivos

3.9.1 A Economia Urbana do TMS

Ainda que o Plano privilegie os aspectos relacionados ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar, os principais vetores do

dinamismo econômico do TMS são o setor de serviços (comércio e turismo), a indústria automobilística e a petroquímica. O TMS abriga dois grandes polos industriais, o Polo Industrial de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu – CIA, nos municípios de Simões Filho e Candeias, e três importantes portos marítimos: Porto de Salvador, Porto de Aratu e Terminal Miguel de Oliveira (Porto da Ford). O TMS abriga os municípios com melhores condições econômicas do Estado: Camaçari, Lauro de Freitas e Salvador. Esse melhor desempenho econômico - produtivo, quando comparado com os outros territórios, se explica pelas atividades do Pólo Industrial de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu.

No entanto, o histórico de políticas públicas espacialmente discriminatórias tem resultado na conformação de um Estado sistematicamente desigual, com forte concentração econômica e social no TMS (43,2% do PIB e 25% da população), e algumas “ilhas de prosperidade” no Litoral Sul (remanescente da cultura cacaueira), Oeste Baiano (grãos para exportação), Norte do estado (fruticultura irrigada) e Extremo Sul (silvicultura e indústria da celulose)²⁵ (AG – TER, 2016).

O TMS é responsável por 77,79% da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) do Estado. Enquanto que outros Territórios com grandes potencialidades participam de forma pífia: o Baixo Sul, com terras extremamente férteis para diversos tipos de cultura e com chuvas regulares, contribui com 0,42% da arrecadação estadual; a Chapada Diamantina, com suas riquezas minerais e naturais e potencial turístico mundialmente reconhecido, 0,16%; e o Velho Chico, onde o Rio São Francisco percorre longitudinalmente seus quase mil quilômetros de extensão territorial, com apenas 0,13% (AG – TER, 2016).

Também são destaques Dias D’Ávila, relevante para a conservação dos recursos hídricos e um dos principais polos fornecedores de mão de obra para as indústrias de seu entorno, concentrando grande parte da

²⁵ Por exemplo, Lauro de Freitas tem o IDS (Índice de Desenvolvimento Social) mais elevado do Estado e detém a 4ª posição no IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico). Salvador, o 1º IDE e o 2º IDS do Estado, contudo apresenta aspectos em educação e saúde de baixo desempenho.

moradia dos trabalhadores da região. O município tem vários distritos na área rural.

Madre de Deus, localizada em um dos pontos estratégicos da Baía de Todos os Santos, sedia um dos terminais marítimos da Petrobrás, além de ser uma área expressiva de veraneio, pesca e mariscagem. É uma região marcada por fortes agressões ecológicas oriundas da indústria petrolífera. Itaparica e Vera Cruz têm o turismo como principal atividade econômica, junto com a pesca e a mariscagem.

Esse dinamismo econômico se reflete também no número de postos formais de trabalho gerados (Gráfico 16).

No ano de 2014, o número de empregos formais gerados no setor de **Serviços** atingiu 532.072, representando **67,3%** dos **789.493** empregos gerados no Estado da Bahia. O maior percentual de pessoal ocupa do no setor de serviços é o de Lauro de Freitas (**63%**), seguido de Salvador (**41%**).

Em segundo lugar se destaca a **Administração Pública: 237.271**, significando quase **40%** dos **600.072** do total da Bahia, o qual se explica porque a maior parte dos órgãos públicos federais e estaduais, da administração direta e indireta, está localizada na cidade de Salvador. Além deste, os maiores percentuais de pessoal ocupado na Administração Pública estão em Madre de Deus (60%) e Itaparica, Candeias e Vera Cruz, com pouco mais de 50%, a grande maioria empregos municipais.

Já o setor **Comércio** alcançou o número de **186.805**, o que representa **40,3%** dos **462.522** empregos gerados na Bahia. Os maiores percentuais estão em Lauro de Freitas e Salvador (**16%**), embora nesse setor observe-se uma homogeneidade entre os municípios, uma vez que a média do Território se situa em torno dos 15%.

3.9.2 O Desenvolvimento Rural e a Agricultura Familiar no TMS

As atividades relacionadas com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural precisam ser fortalecidas no TMS. Comparada com os outros setores da economia e com a atividade agropecuária do Estado da Bahia, demonstra pouca expressividade TMS (Gráfico 17).

Entretanto, esses e outros dados que se referem “ao perfil e características urbanas do TMS”, devem ser cuidadosamente ponderados e interpretados. O PTDRSS deve se esforçar em retirar da invisibilidade a agricultura familiar, quebrando o senso comum do que do TMS é só comércio, indústria e serviços.

Neste sentido, deve se reconhecer o trabalho do SETAF (Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar), órgão da Bahiater / SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural), no acompanhamento e fortalecimento de diversas experiências da agricultura familiar no TMS, assim como da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) por meio de editais dos Programas Vida Melhor e Bahia Produtiva.

No entanto, é evidente a necessidade de um grande e permanente *mutirão* conduzido tanto pelo Governo do Estado, via SETAF, quanto pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), no sentido de emitir o maior número de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAPs) para o conjunto dos agricultores familiares do TMS.

Quantidade de DAP's Ativas e Inativas por Município no TMS

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários / IBGE (Unidades)	DAP ATIVA (SEAFDA até 25 de outubro de 2016)	DAP INATIVA (SEAFDA até 25 de outubro de 2016)
Camaçari	1.035	2.208	413
Candeias	383	142	83
Dias D'Ávila	45	148	43
Itaparica	10	270	171
São Francisco do Conde	282	153	181
São Sebastião do Passé	848	264	196
Lauro de Freitas	48	191	84
Mata de São João	215	406	413
Madre de Deus	-	67	9
Pojuca	298	634	250

Salvador	8	819	144
Simões Filho	363	517	97
Vera Cruz	13	873	382
TOTAL	3.548	6.692	2.466
Total no Estado da Bahia	665.767	652.280	263.878

Fonte: Diretoria Operacional BAHATER / SDR.

Já os dados da tabela a seguir mostram a quantidade de recursos destinados pelo governo federal às Prefeituras do TMS para compra de alimentos para a merenda escolar das escolas municipais e o percentual efetivo de recursos destinados pelas Prefeituras Municipais para a compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**Valores Investidos na Aquisição de Gêneros Alimentícios
diretamente da Agricultura Familiar**

Prefeitura Municipal	Anos	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
Camaçari	2011	3.311.400,00	502.400,00	15,17%
	2012	3.470.208,00	385.917,20	11,12%
	2013	3.076.434,00	487.573,00	15,85%
	2014	3.074.438,40	83.300,00	2,71%
Candeias	2011	1.599.060,00	-	-
	2012	1.645.200,00	-	-
	2013	1.482.432,00	-	-
	2014	1.543.140,00	-	-
Dias D'Ávila	2011	948.720,00	163.544,71	17,24%
	2012	1.022.664,00	326.498,88	31,93%
	2013	1.069.340,00	93.979,17	8,79%
	2014	1.050.192,00	409.224,35	38,97%
Itaparica	2011	409.080,00	-	-
	2012	421.500,00	-	-
	2013	418.492,00	-	-
	2014	564.490,00	-	-
Lauro de Freitas	2011	2.495.460,00		-
	2012	2.580.120,00		
	2013	2.577.388,00		
	2014	2.591.562,00	300.489,85	11,59%

Prefeitura Municipal	Anos	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
Madre de Deus	2011	219.960,00	-	
	2012	208.764,00	-	-
	2013	222.580,00		-
	2014	235.098,00	-	-
Mata de São João	2011	931.200,00	300.831,55	32,31%
	2012	1.076.388,00	218.782,46	20,33%
	2013	1.188.320,00	419.875,61	35,33%
	2014	1.350.396,00	484.732,22	35,90%
Pojuca	2013	397.828,00	152.511,73	38,34%
	2014	314.512,00	-	
Salvador	2011	13.148.760,00	266.380,00	2,03%
	2012	14.219.508,00	3.511.208,49	24,69%
	2013	14.078.908,00	508.744,60	3,61%
	2014	13.543.602,00	3.330.844,00	24,59%
São Francisco do Conde	2011	660.660,00	84.823,71	12,84%
	2012	820.584,00	91.999,26	11,21%
	2013	925.972,00	50.789,90	5,49%
	2014	714.096,00	189.147,44	26,49%
São Sebastião do Passé	2011	517.176,00	-	
	2013	621.692,00	-	-
	2014	652.784,00	138.589,57	21,23%
	2011	1.895.700,00	252.069,75	13,30%

Prefeitura Municipal	Anos	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
Simões Filho	2012	2.010.084,00	245.688,40	12,22%
	2013	2.000.702,00	128.916,60	6,44%
	2014	1.370.104,00	584.997,50	42,70%
	2011	717.960,00	12.270,24	1,71%
Vera Cruz	2012	764.904,00	127.766,62	16,70%
	2013	800.036,00	123.281,60	15,41%
	2014	1.040.070,00	110.321,40	10,61%
	2011	86.054.280,00	587.326,47	0,68%
Secretaria de Educação da Bahia	2012	86.776.824,00	1.494.207,60	1,72%
	2013	82.845.396,00	3.725.676,48	4,50%
	2014	63.704.700,00	4.770.355,07	7,49%

Fonte: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Diretoria de Ações Educacional (DIRAE) - Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar (CGPAE).

Das 13 Prefeituras, 7 (Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz) receberam partidas do PNAE nos quatro anos assinalados e destinaram recursos para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Outras 3 (Lauro de Freitas, Pojuca e São Sebastião do Passé) o fizeram, porém de forma mais irregular, e 3 (Candeias, Itaparica e Madre de Deus) destinaram 0% à compra de gêneros da agricultura familiar.

No ano de 2014, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca e Simões Filho superaram o percentual mínimo de 30% estabelecido pela lei. Respectivamente, esses municípios utilizaram 38,97%, 35,90 %, 38,34 % e 42,70% dos recursos para compra de produtos da agricultura familiar. No entanto, durante o período mencionado, a maioria das Prefeituras não ultrapassou a média de 20% – 25%. Chama a atenção o reduzido valor

destinado pela Secretaria de Educação do Estado à aquisição de alimentos das famílias ou cooperativas de agricultores, o maior percentual foi 7,49% em 2014.

Já no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nos anos 2013, 2014 e 2016, os municípios que apresentaram propostas foram Camaçari e Lauro de Freitas, por um total de R\$ 4.434.773, abrangendo 933 agricultores familiares associados a 71 organizações. Camaçari tem um alto índice de execução de recursos, quase 100% das propostas dos anos de 2013 e 2014, e 43% do valor de 2016 (R\$ 840.000,00), o qual pode ser executado até março de 2017. Camaçari ocupa o 7º lugar entre os 110 municípios baianos em termos de cumprimento das metas propostas.

Por meio de parcerias com o SENAR e o SEBRAE, o SETAF vem investindo em cursos de capacitação para agricultores familiares dos municípios de Candeias, Camaçari, São Sebastião do Passé, Mata de São João e São Francisco do Conde. Também na área de capacitação foi realizado o Seminário de Empreendedorismo para a Agricultura Familiar em parceria com o SEBRAE e a Secretária de Desenvolvimento e Pesca de Camaçari, onde foram abordadas temas como comercialização dos produtos da agricultura familiar no TMS e gestão municipal de compras públicas, cursos sobre empreendedorismo na apicultura e meliponicultura e a viabilidade dos seus produtos para o PAA e o PNAE.

O SETAF tem realizado também cursos de hortas orgânicas e galinha caipira com o uso de homeopatia. Este curso foi desenvolvido no Quilombo Kingoma, de Lauro de Freitas, no Assentamento Pau Brasil e nas Comunidades Açú da Capivara, Jóia do Rio, Rancho Alegre, das Cancelas, todas do município de Camaçari e na própria sede do SETAF, também em Camaçari, totalizando um público 122 participantes. Outra atividade tem sido o acompanhamento aos agricultores urbanos e periurbanos, aos projetos em Centros Sociais Urbanos e da Base Aérea de Salvador, onde serão implantadas hortas agroecológicas, assim como o apoio técnico nas escolas Luiz Fernando, no Bairro de Cajazeira VII, e escola Quilombola do Cabula.

A distribuição de sementes tem sido outra ação de interesse do SETAF. Nesse ano de 2016 se distribuíram 3500 kg de sementes de feijão vigna e 3500 kg de sementes de milho em 10 municípios do TMS.

O Programa Vida Melhor tem estabelecido convênios com diversas organizações sociais (Centro de Estudos e Ação Social – CEAS; Federação de Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia; Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP e a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU) voltados principalmente para assistência técnica e capacitação em empreendimentos de economia solidária, oficina de corte e costura com os correspondentes equipamentos, melhorias de trechos de estrada, cozinha comunitária e apoio à produção e comercialização de alimentos.

O Bahia Produtiva vem apoiando desde 2015 projetos de fruticultura irrigada, apicultura, casa de farinha, criação de galinhas e aquicultura, tanto no tema de capacitação quanto no de infraestrutura e equipamentos nos municípios de Mata de São João, Camaçari e Vera Cruz, envolvendo 164 agricultores familiares. Alguns desses convênios são: i) Casa de Farinha e fornecimento de 20 barracas para comercialização em feiras livres na comunidade de Cancelas, distrito de Monte Gordo, no valor de R\$ 300.000,00; ii) 20 kits para criação de frango caipira na comunidade de Açu da Capivara, distrito de Abrantes, valor aprovado R\$ 300.000,00, ambos no município de Camaçari. Todos os 8 convênios estão em fase de contratação e alcançam um valor total de R\$ 1.222.749,50

No TMS também se destacam diversas iniciativas de desenvolvimento rural e de promoção da agricultura familiar. São inúmeras as experiências de famílias agricultoras que individualmente ou por meio de grupos e associações comunitárias praticam uma agricultura saudável, de médio nível tecnológico, preocupadas principalmente com a produção de alimentos limpos ou em processo de transição agroecológica. Outras são acompanhadas e assessoradas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), algumas das quais apresentamos a seguir.

A Associação Sol Nascente (ASN), fundada em 2007, está sediada no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, e estende suas ações pelos Territórios Metropolitano e do Recôncavo. A ASN caracteriza-se por incentivar a formação de redes sócio-produtivas no campo da Economia Solidária e do Comércio Justo. Na sua atuação articula associações, poder público e

movimentos sociais buscando qualificar a produção, beneficiamento e comercialização das populações discriminadas - mulheres, marisqueiras, pescadores artesanais, agricultores familiares, quilombolas e jovens.

Acompanha aproximadamente 90 famílias agricultoras no município de Vera Cruz (distritos de Conceição, Barra do Pote, Barra Grande, Ponta Grossa, Tairú, Matange, Matarandiba e Jiribatuba) e Itaparica (Misericórdia) na produção, processamento e beneficiamento de alimentos. Os principais produtos comercializados nos mercados institucionais (PNAE, PAA, EBAL) são mel, polpa de frutas, biscoito, tempero e coco ralada, movimentando entre 2011 e 2016 um total de **R\$ 1.214.903,00**.

A ASN participa de diversas políticas públicas de inclusão social e produtiva, se destacando as de apoio a projetos produtivos para mulheres rurais. Vem concorrendo em Editais Públicos de diversos órgãos estaduais e federais (SETRE, SPM, SUAF / SEAGRI, EBDA, SDR, SEPROMI, SECULT, MINC), que lhe possibilitaram aceder a diversos equipamentos, tais como Unidade Simplificada de Beneficiamento de Frutas; kits para implantação de Quintais Produtivos; Unidade de Beneficiamento de Mel e Kits Produtivos, junto com capacitações e cursos em Apicultura e Meliponicultura; Caminhão baú para comercialização dos produtos da Agricultura Familiar do TMS.

²⁷ Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE) - Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar (CGPAE).

Vendas Institucionais Temperos Sabor do Amor (ASN)

ANO	REFERÊNCIA MERCADO	VALOR R\$
	INSTITUCIONAL	
2011	PNAE Prefeitura SSA	30.000,00
	PNAE Prefeitura Vera Cruz	87.445,00
2012	PNAE Prefeitura Vera Cruz	300.000,00
	PAA CONAB (CPR Doação)	100.000,00
2013	EBAL	9.600,00
2014	EBAL	60.750,00
	PNAE Vera Cruz	13.000,00
	PNAE Secretaria Estadual de Educação	155.102,00
2015	EBAL	39.326,00
	PNAE Vera Cruz	55.000,00
	PNAE Secretaria Estadual de Educação	254.351,00
2016	EBAL	15.000,00
	PNAE Vera Cruz	95.329,00
TOTAL		1.214.903,00

A ASN participou como proponente do projeto Arte Rede Solidária (Rede ARSOL) que congrega experiências de artesanato em renda, madeira, cerâmica, fibras naturais, vidros, materiais reciclados, papel, calçados, roupas e acessórios dos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

A Rede ARSOL tem viabilizado um espaço de diálogo, discussão, produção e comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária, baseado na autogestão, na cooperação e na solidariedade, consolidando numa

proposta de integração e organização dos empreendimentos, ao promover a aquisição de equipamentos e insumos e a capacitação para a produção e comercialização coletiva.²⁶

Outra organização que trabalha no TMS é o **MSPB / Filhos do Mundo** – Movimento Social dos Povos Brasileiros – surgido em 2013 a partir de uma articulação de territórios nos estados da Bahia, Piauí e Santa Catarina, para atender demandas de caráter social, cultural, ecológico e econômico no marco da economia solidária.

No TMS atua junto a 2.000 famílias por meio de ações nas linhas: Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER; Assistência Técnica em Economia Solidária – ATESOL; Comunicação - Formação, Arte e Cultura.

No campo da ATER desenvolve o Projeto RHOL (Rede de Horto de Plantas Medicinais e Litúrgicas). Sabe-se que no universo das Religiões de Matriz Africana, as plantas são fundamentais para as práticas rituais e terapêuticas, pois os espaços naturais são entendidos como sagrados. O acervo de espécies utilizadas pelos Povos Tradicionais de Terreiros em áreas de mata vem sendo comprometido pelo crescimento demográfico e a especulação imobiliária.

Para minimizar esses problemas às culturas ancestrais são implementados serviços de ATER continuada de hortos agroecológicos em 11 Terreiros de Candomblé para produção e beneficiamento de plantas de usos medicinais e litúrgicos, incentivando as formas associativas e cooperativas e gerando alternativas de ocupação e renda no contexto da Economia Solidária. O projeto RHOL presta serviços de ATER a terreiros em 5 municípios (Dias D'Ávila, Salvador, Cachoeira – que não pertence ao TMS, Lauro de Freitas e Itaparica). Além das plantas medicinais e litúrgicas, se produzem cosméticos naturais para geração de renda. Parte da produção é utilizada nos próprios terreiros e o excedente é comercializado em feiras ou diretamente ao consumidor, no próprio espaço do terreiro.

²⁶ CB Abrantes (Camaçari); Associação Das Rendeiras De Dias D'ávila – RENDAVAN; Associação dos Artesãos de Lauro de Freitas – AALF; Cooperativa Arte Mãos; CrieArte (Criação Artesanal); Criação & Cia; Eclético; Arte do Povo; Feito a Mão; Sol Nascente; Quituteiras do Nordeste; Associação de Comunicação e Formação Pérola Negra; Centro Cultural Bombocado; Sabor e Arte e COOPS (Salvador).

Ainda na temática de ATER, neste ano de 2016, o MSPB iniciou trabalhos produtivos com 200 famílias das Associações Unidos para Vencer, Atrikma e Amate nos municípios de Itaparica e Vera Cruz, apoiando a implantação de duas hortas comunitárias e ampliando e organizando o processo produtivo da agricultura familiar. Com esse apoio, as associações já iniciaram as primeiras ações de comercialização que, no primeiro mês, renderam cerca de R\$ 1.500,00.

Outra ação importante são os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), espaços que promovem ações de intercâmbio cultural e formação para a construção de estratégias de comercialização para os empreendimentos. Desde 2013, o Centro Público do TMS vem prestando assistência técnica a 161 empreendimentos de Economia Solidária, alcançando cerca de 800 famílias. Eles criam ferramentas de gestão socioprodutiva, de captação de recursos e de comunicação direcionadas às necessidades de cada grupo, promovendo também a comercialização. Oferecem consultorias específicas nas áreas de direito, contábil e recursos humanos. Atualmente, está na gestão de três espaços de comercialização, articulando em rede mais de 150 empreendimentos econômicos solidários e gerando um incremento médio de renda de cerca de 400%.

Articuladas com os CESOL's, 80 empreendimentos econômicos solidários do TMS comercializam produtos de artesanato e costura no Shopping Salvador e no Salvador Norte Shopping, gerando uma receita média mensal de 100 mil reais. Também se comercializam produtos manufaturados da agricultura familiar (geléias, compotas, doces, chocolatado, frutas secas, cachaças) em parceria com o Projeto Quitanda Vida, que é uma estratégia de articulação urbano-rural que opera no formato de feiras e mercados varejistas e atacadistas de produtos agroecológicos, oriundos de cerca de 50 empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária da Bahia.

Na temática de Comunicação - Formação, Arte e Cultura se inscreve o inovador Canal da Cidadania. Em 2015 a organização Filhos do Mundo alcançou uma concessão pública de comunicação para inserir programas na frequência da TV Cultura Bahia, atuando em parceria com entidades, movimentos sociais e temáticos, comunidades quilombolas, grupos e

associações culturais, grupos feministas, LGBTT's, entre outros. O canal, com o nome de Kirimurê²⁷ se organiza como empreendimento econômico solidário. A programação, a captação de recursos e a estrutura para transmissão estão em fase de finalização.

Conforme seus idealizadores, o canal é uma construção que busca reafirmar a identidade territorial e a valoração das expressões culturais. Os coletivos territoriais e suas instancias consultivas e deliberativas poderão ocupar vagas no Conselho. Pensa-se em uma programação dedicada a iluminar as riquezas e diversidades dos povos dos territórios.

O MSPB integra um amplo espectro de ambientes institucionais de governança compartilhada, dentre os quais o Fórum Baiano de Agricultura Familiar, o Fórum Baiano da Economia Solidária e a organização dos Territórios de Identidade, além de possuir uma cadeira no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CEDRS).

3.9.3 Vocação Turística

Da região turística Baía de Todos os Santos fazem parte quatro dos treze municípios do Território: Salvador (2º destino turístico do país), Candeias, Itaparica e Vera Cruz.

Já Camaçari, com as praias de Arembepe e Barra do Jucuípe, e Lauro de Freitas pertencem à Região Turística Costa dos Coqueiros. Trata-se uma região de turismo estruturado para lazer e de condomínios de luxo. É forte o fator propulsor do setor de alimentos, diretamente associado ao setor turístico, segmento importante do complexo turístico que é o de alojamento (hotéis, pousadas e campings).

As atividades turísticas existentes nesses municípios fortalecem e dinamizam suas economias, pois podem produzir localmente o conjunto de bens e serviços que elas demandam. Isso inclui desde os serviços de alojamento, de transporte e alimentação (que são os mais básicos) até

²⁷ Kirimurê é um nome Indígena Tupinambá, relata a historia de uma ave gigante que voava buscando o local apropriado para seu descanso, porém caiu de cansada e formou a Baía de todos os Santos. Esta aves se chamava Kirimurê, que significa o grande mar aberto dos Tupinambás. Conta a lenda que as asas brancas da ave transformaram-se nas praias de areias brancas, seu sangue fecundou a terra gerando toda a vida dentro e ao redor da Baía.

outros mais diferenciados, demandados pelos turistas e/ou pelas empresas envolvidas com o turismo. Por exemplo: produção local de alimentos e bebidas voltadas ao fornecimento turístico e serviços como os de saúde, financeiros, informática, manutenção de equipamentos, oficina mecânica, dentre outros. É estratégica a incorporação nesse mercado de serviços turísticos diferenciados e ancorados na agricultura familiar e na paisagem rural.

3.10 Desenvolvimento Sustentável do Território

Neste item do PTDRSS, após a apresentação e problematização do conjunto de aspectos do diagnóstico, se organizaram e sistematizaram os principais elementos físicos, ambientais, populacionais e demográficos, sociais e econômicos – produtivos, para, ancorados nas dimensões do desenvolvimento rural sustentável, ir delineando as principais Estratégias e Metas do PTDRSS.

Buscou-se focar nas questões centrais relacionadas aos limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável, de forma que delas possam ser extraídas as principais ideias para a formulação de objetivos, estratégias e metas.

Entende-se por **Sustentabilidade** ou **Desenvolvimento Sustentável** um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esta concepção começa a se estabelecer e difundir junto com o questionamento do estilo de desenvolvimento altamente produtivista adotado, quando se constata que este é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com geração de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e altamente questionável respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies.²⁸

²⁸ Sachs, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

Basicamente, o conceito de sustentabilidade comporta quatro dimensões principais, a saber:

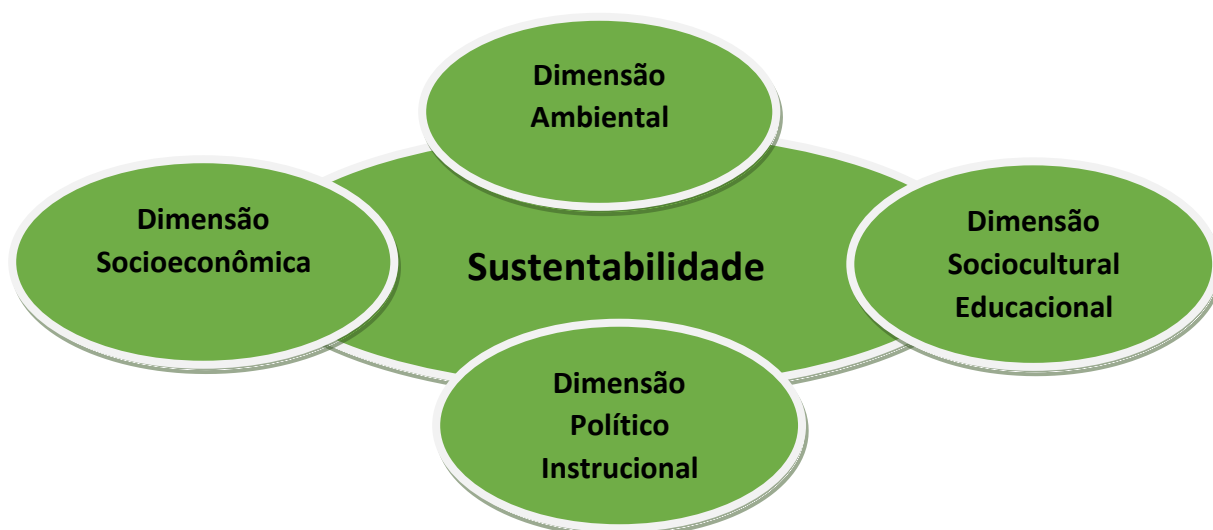
- **Sustentabilidade Social e Cultural**, significando a melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e diminuição das diferenças sociais, participação e organização popular; respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais;

- **Sustentabilidade Econômica** - investimentos públicos e privados, regularização do fluxo desses investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia; equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente, manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada;

- **Sustentabilidade Política e Institucional** - evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos;

- **Sustentabilidade Ambiental e Ecológica** - conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social; uso dos recursos naturais e minimização dos danos aos sistemas de sustentação da vida: redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e de maior eficiência e regras para uma adequada proteção ambiental.

Figura 1 – Sustentabilidade e desenvolvimento territorial



A Dimensão Socioeconômica busca a organização social e econômica do TMS segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras da sua sustentabilidade. Caracteriza-se por dois processos: a organização social das potencialidades do TMS e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes.

Quais as principais atividades produtivas e econômicas do Território?

Agricultura, pecuária, extrativismo, pesca, agroindústria, artesanato, indústria, comércio, serviços, silvicultura, turismo, inclusão produtiva, emprego, geração de renda, empreendedorismo, economia solidária, cooperativismo, micro pequenas e médias empresas, capacitação técnica e para o trabalho, investimentos públicos, acesso à terra e água para produção, crédito, assistência técnica, cadeias produtivas, integração produtiva, parcerias público-privadas, consumo, abastecimento, armazenamento e comercialização, considerando os temas transversais – mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

A Dimensão Sociocultural e Educacional procura identificar e resgatar a história da formação do território e as características sociodemográficas da

diversidade sociocultural, suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural. A educação deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos, imaginários e simbólicos da sustentabilidade do território. Acesso a serviços e infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate a pobreza, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos, migrantes, memória coletiva, artes, gastronomia, música, literatura.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente do território e seus biomas, assim como a identificação dos passivos ambientais; água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental, desertificação, erosão, desmatamento, aquíferos, rios, degradação e manejo do solo.

A Dimensão Político - Institucional analisa as estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos territoriais para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam e a governança sócio-territorial na perspectiva da configuração de uma esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais; institucionalidades públicas, governo local, conselhos municipais e territoriais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social, representação política nos espaços estaduais e federal.

3.10.1 Fontes de Referência das informações sobre Desafios e Potencialidades

Dimensões	Desafios	Potencialidades
i) dimensão socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> - PTDS do TMS. - Conferencia Territorial de ATER Território Metropolitano de Salvador; - PPA 2016-2019, Plan 08 - Atendimento das Propostas da Escuta TMS. - ZEE – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social (págs. 239 – 251); - PLANEHAB; Estatísticas dos Municípios Baianos. Território de Identidade nº 26 Metropolitano de Salvador, vol. 4, nº 1, SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, 2013; - Conferencia Territorial das Mulheres, 2015; - SEI, Juventude Baiana: Informações sociais 2006 e 2014. - SDR, Território Metropolitano de Salvador. Perfil Sintético. Bahia, 2015; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Território Metropolitano de Salvador; - PPA 2016-2019, Plan 08 - Atendimento das Propostas da Escuta TMS. - ZEE (págs. 114 – 117); - PLANEHAB; Agenda Territorial da Bahia (AG – TER); - Conferencia Territorial das Mulheres, 2015; - SDR, Território Metropolitano de Salvador. Perfil Sintético. Bahia, 2015;
ii) dimensão sociocultural educacional	<ul style="list-style-type: none"> - PTDS do TMS; - ZEE – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social (págs. 239 – 251); - PLANEHAB; Estatísticas dos Municípios Baianos. Território de Identidade nº 26 Metropolitano de Salvador, vol. 4, nº 1, SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, 2013; - Conferência Territorial de Cultura, 2013; - Falcão, Gustavo, A FACE HEGEMÔNICA DA BAHIA, in Panorama Cultural da Bahia Contemporânea, Publicações SEI. Salvador, 2012; 	<ul style="list-style-type: none"> - PPA 2016-2019, Plan 08 - Atendimento das Propostas da Escuta TMS. - Conferência Territorial de Cultura, 2013; PLANEHAB; Agenda Territorial da Bahia (AG – TER); - ZEE – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social (págs.239 – 251); - Falcão, Gustavo, A FACE HEGEMÔNICA DA BAHIA, in Panorama Cultural da Bahia Contemporânea, Publicações SEI. Salvador, 2012;
iii) dimensão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - PTDS do TMS - ZEE (págs. 114 – 117); - PLANEHAB; 	<ul style="list-style-type: none"> - ZEE (págs. 114 – 117); - PPA 2016-2019, Plan 08 - Atendimento das Propostas da Escuta TMS; Estatísticas dos Municípios Baianos. Território de Identidade nº 26 Metropolitano de Salvador, vol. 4, nº 1, SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, 2013; Agenda Territorial da Bahia (AG – TER);
iv) dimensão político institucional.	<ul style="list-style-type: none"> - PTDS do TMS; - ZEE – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social (págs. 239 – 251); - Conferencia Territorial das Mulheres, 2015; - Conferencia Territorial de ATER Território Metropolitano de Salvador; 	<ul style="list-style-type: none"> - PPA2016-2019, Plan 08 - Atendimento das Propostas da Escuta TMS; - PLANEHAB; - Agenda Territorial da Bahia (AG – TER); - Conferencia Territorial das Mulheres, 2015;

3.10.2 Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica²⁹

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida expressividade da agricultura familiar no TMS: representa apenas 0,05% da área destinada a esse uso e possui o menor número de estabelecimentos familiares, ocupando a 27ª posição no Estado (ZEE); - Invisibilidade social e política da agricultura familiar do TMS; - Insuficiente política de ATER para agricultura familiar nas comunidades rurais e periurbanas (Conferencia Territorial de ATER TMS); - Propostas de ATER que aproveitem e priorizem aos profissionais oriundos do Pronera e das Escolas Família Agrícola, a agroecologia, a preservação e integração do meio ambiente, o bioma e os recursos naturais (Conferencia Territorial de ATER TMS); - Desequilíbrios técnicos e operacionais na implementação do Sistema Estadual e Nacional de ATER e na articulação com as políticas para o desenvolvimento rural sustentável e os diversos sujeitos da agricultura familiar, tais como o PRONAF (linhas Mulher e Jovem), PNAE, PAA, Mais Alimentos, PNHR, entre outros (Conferencia Territorial de ATER TMS); - Baixo nível de organização dos agricultores familiares tanto no âmbito da produção e da oferta de alimentos, das diversas cadeias produtivas, quanto da gestão com controle social na execução e comercialização dos produtos (PTDS TMS); - Insuficientes programas de financiamentos públicos para os empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária, considerando aquisição de equipamentos e assistência técnica para produção e gestão dos projetos (Consultor); - Ausência de políticas integradas para a aquicultura e a pesca artesanal visando o ordenamento pesqueiro: modernização da frota pesqueira, profissionalização dos pescadores artesanais e implantação de centros de beneficiamento do pescado (PPA e Consultor); - Fragilidade na implementação de políticas para as mulheres rurais, dificultando sua autonomia, o fortalecimento de sua organização produtiva e a garantia dos direitos econômicos (PNDRSS e Consultor); - Precariedade nas políticas de promoção da autonomia e emancipação da juventude rural, focando o tema da sucessão rural, articulado com estratégias de qualificação, inclusão produtiva e geração de renda e de emprego (PNDRSS e Consultor); - Ausência dos jovens em idade economicamente ativa das atuais políticas de geração de emprego e de profissionalização, por carecerem dos pré-requisitos mínimos para acessá-las ou por não terem acesso à informação, sendo potenciais vítimas do tráfico e da trata (SEI); - Forte desigualdade de gênero e étnicorracial no acesso aos mercados de trabalho, oportunidades de emprego e níveis de remuneração entre a juventude em idade economicamente ativa (PTDS TMS, SEI) 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de experiências da agricultura familiar e economia solidária consolidadas e em processo de transição agroecológica; - Existência de experiências diversas de OSCs articuladas com comunidades de agricultores familiares e poder público desenvolvendo iniciativas de produção, beneficiamento e comercialização; - Cumprimento da lei para obrigatoriedade da compra de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para o PNAE por parte das Prefeituras Municipais do TMS; - Associações e colônias de pesca artesanal distribuídas em quase todo o TMS e que representam a maior produção pesqueira em relação a toda faixa litorânea do estado da Bahia (ZEE); - Existência de espaços de comercialização para a agricultura familiar no TMS (PTDS TMS); - Participação do TMS na construção do Plano Estadual de Abastecimento e Comercialização; - Participação do Governo do Estado (SDR Bahiater, CAR) na implantação da logística apropriada para dinamizar as ações de abastecimento e comercialização nos Territórios; - Existência de Empreendimentos de Economia Solidária do TMS participando nos processos de compras públicas (PNAE, PAA); - Desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades dos Territórios, das cadeias produtivas, as necessidades de gênero, raça/etnia, das comunidades tradicionais e das pessoas em situação de vulnerabilidade social (PPA); - Apoio e serviços técnicos na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários, estimulando a participação dos povos e comunidades tradicionais (PPA); - Fortalecimento das atividades de pesca e aquicultura por meio da implantação de unidades produtivas, de beneficiamento de aquicultura e da distribuição de equipamentos e petrechos de pesca (PPA); - Fomento dos sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais, disponibilizando serviços de ATER (PPA); - Ampliação da infraestrutura e serviços rurais (produção, beneficiamento e comercialização) para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária (PPA); - Os recursos naturais e a infraestrutura social, econômica e comercial existentes no TMS favorecem a prática do ecoturismo, do turismo rural e turismo de eventos (PLANEHAB); - Regularização fundiária das áreas ocupadas, priorizando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e empreendimentos da economia solidária garantindo PPA.

²⁹ **Desafios** significam o conjunto de situações que corresponde a obstáculos, barreiras, entraves, empecilhos e óbices para o desenvolvimento sustentável do Território nesta dimensão. **Potencialidades**, as situações identificadas com possibilidades, aptidões, virtualidades, capacidades e faculdades, para promover desenvolvimento sustentável no Território.

3.10.3 Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Precariedade no desenho e operacionalização das políticas públicas de saúde e educação, levando em consideração os recortes de gênero e étnico racial, assim como pessoas idosas e com deficiência e mobilidade reduzida (ZEE e PDTs); - Insuficiência de programas e políticas para ampliação dos leitos hospitalares nas redes conveniadas, bem como para o enfrentamento de problemas relacionados à gravidez na adolescência, tratamento de dependentes químicos e álcool, HIV, doenças do aparelho circulatório e outras, tanto no meio urbano quanto no rural: assentamentos, acampamentos, comunidades tradicionais (PTDS, PLANEHAB); - Insuficientes e precárias condições das estruturas física e pedagógicas das unidades universitárias, assim como reduzida oferta de ensino primário em tempo integral com formação artística e cultural, de cursos profissionalizantes e técnicos no nível médio estadual e de políticas voltadas para a educação e alfabetização de jovens e adultos (PTDS); - Insuficiência de Centros de Educação Profissional, de quadro de professores, de profissionais da educação e de servidores públicos em geral, com formação continuada e qualificada para atendimento à população respeitando a diversidade étnicorracial, de gênero, orientação sexual, geracional e pessoas com limitações (PTDS TMS); - Qualificação das profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres na perspectiva transversal de gênero e etnia, em situação de violência LBTT (lésbicas, bissexuais, transgêneros e transexuais) e o combate ao racismo, machismo, sexismo e lesbofobia institucionais, assim como à invisibilidade das mulheres em situação de prostituição e de tráfico (Conferência Territorial de Mulheres); - Insensibilidade política dos gestores municipais e deficiências técnicas e operacionais quanto à implantação dos Sistemas Municipais de Cultura (Conferência Territorial de Cultura, 2013); - Insuficiência e/ou falta de qualidade na prestação de serviços à população do Território nas áreas de educação e cultura, que se reflete na diminuição do número de matrículas de educação infantil, na exposição às drogas e à violência entre os adolescentes (PTDS TMS, PLANEHAB); 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da equidade e humanização no cuidado à saúde das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas (PPA); - Ações tendentes à elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono, ampliando a oferta de educação de tempo integral na educação básica na rede estadual de ensino (PPA); - Existência de políticas públicas importantes como o SUS, Bolsa Família, Programa Saúde da Família, Água Para Todos (PPA); - A diversidade cultural e expressões artísticas do Território (Conferência Territorial de Cultura); - Implantação do Sistema Estadual de Cultura e dos Sistemas Municipais de Cultura (em andamento); - Instituição da Câmara Técnica de Cultura; - Existência de Patrimônios Culturais e Religiosos no Território; - Recursos e espaços propensos ao desenvolvimento do Turismo Rural e do Ecoturismo; - Existência da UPB (União dos Prefeitos da Bahia); - Existência do Colegiado Territorial; - Canal de televisão Kirimurê com programação voltada para os movimentos sociais, disponibilizado para os Territórios; - Acordos de cooperação técnica, acadêmica e cultural entre Universidades públicas e privadas e municípios do TMS;

3.10.4 Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Precariedade e deficiências na integração dos diversos elementos que compõem o sistema metropolitano de transporte de massa, considerando terminal hidroviário e rodoviário; - Necessidade de recuperação e ampliação da malha e do transporte ferroviário (trens leves), para redução dos congestionamentos urbanos, diminuição da emissão dos gases poluentes (“efeito estufa”), promovendo a utilização das energias “limpas” e facilitando a circulação mais rápida de produtos e passageiros no TMS (PTDS TMS); - Fortes efeitos poluidores de empreendimentos e atividades econômicas acumuladas ao longo dos anos no TMS: quase 60% das indústrias existentes no TMS são consideradas de médio e alto potencial poluidor, sendo as principais ligadas à indústria extrativista, ao setor de fabricação de produtos derivados do petróleo, de produtos químicos e farmacêuticos e de artefatos de borracha e material plástico, dentre outros (ZEE); - Fragilidade na implantação, operacionalização e gestão das políticas de preservação e manutenção de mananciais hídricos do Território (PPA); - Elevado índice de concentração de terras no TMS 0,743 (ZEE - Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social); - Elevada ocupação de áreas de pesca artesanal e de mariscação por grandes projetos de aquicultura e turísticos nas áreas costeiras, provocando agressões ambientais nas áreas de sobrevivência dos pescadores artesanais: pesca predatória, poluição urbana e aquecimento global (ZEE – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social (págs. 239 – 251); - Continua extração de bens naturais - seja pelo desmatamento, seja pela mineração ou pelo extrativismo vegetal e animal, seja pelo avanço dos perímetros urbanos ou pela falta de gestão e fiscalização por parte das instâncias competentes (PLANEHAB). 	<ul style="list-style-type: none"> - A área total protegida corresponde a 58% da extensão do TMS. Todas as unidades de conservação são de uso sustentável e apenas duas delas são de competência federal (ZEE); - Unidades de conservação de interesse ecológico e econômico para o desenvolvimento sustentável; - Diversidade de riquezas naturais; - Existência de Regiões de Planejamento e Gestão de Águas (RPGAs) no TMS (ZEE e PLANEHAB);

3.10.5 Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Baixo índice de articulação e capacidade institucional entre os níveis federal, estadual e municipal na gestão das políticas públicas; - Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais e de instituições públicas no Colegiado Territorial, resultando em baixo nível de acompanhamento nas ações territoriais; - Frágil funcionamento das instâncias do Colegiado Territorial e da sociedade civil para participar da gestão social dos projetos e ações no TMS; - Carência de equipes técnicas para elaboração, gestão e monitoramento de projetos de amplitude territorial; - Persistência das desigualdades de gênero e fragilidade dos movimentos de mulheres e dos Conselhos dos Direitos das Mulheres no âmbito municipal, dificultando a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades (Conferência Territorial das Mulheres); - Subrepresentação das mulheres em espaços de poder e decisão em âmbito territorial, disso resultando a fragilização das estruturas institucionais e dificultando o estabelecimento de ações transversais que promovam a equidade, a diversidade e a autonomia (Conferência Municipal das Mulheres de Salvador); - Baixa participação das mulheres nos espaços de poder, dificultando a ampliação da representação das mulheres nas três esferas e nos três poderes e não garantindo a paridade entre mulheres e homens nas candidaturas e nas legendas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de comunidades quilombolas e de povos de terreiro; associações comunitárias da agricultura familiar, colônias de pescadores e associações de marisqueiras; - Existência de organizações de classe no TMS (sindicatos de trabalhadores e empresários dos setores industriais, da agricultura familiar e serviços) (ZEE); - Existência de ambientes de diálogo e monitoramento das políticas públicas no TMS (Conselhos das Cidades, de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Rural, dos Direitos da Mulher) (PLANEHAB); - Proposta de criação do Fundo Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, garantindo autonomia na gestão destas políticas e elaboração, implementação e avaliação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres; - Pactuação entre Estado e Município para a criação de órgãos responsáveis pelas políticas públicas para Mulheres; - Presença de instâncias e órgãos institucionais de Políticas para as Mulheres no âmbito Federal, Estadual e Municipal (Centros de Referência de Atendimento à Mulher e Núcleos nos Municípios e Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher – DEAM);

CAPÍTULO II

1. MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

Este capítulo aborda o tema central do PTDRSS, pois trata do planejamento propriamente dito do território, apresentado em formato de uma Matriz que vincula os Eixos do Desenvolvimento Territorial Sustentável a seus respectivos objetivos, estratégias e metas.

O PTDRSS é o instrumento de planejamento estratégico, enquanto os Planos Operacionais ou Agendas de Desenvolvimento Territorial, derivadas do PTDRSS, serão os instrumentos de planejamento operacional (ações, programas e projetos) que serão elaborados posteriormente. É a Matriz a que permite estabelecer um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, na medida em que as Plano ou Agendas seguirão a organização da Matriz. Portanto é importante avaliar e ponderar a correspondência temática e metodológica entre objetivo, estratégia e meta isto é, se a estratégia e a meta contribuem para que o objetivo seja alcançado em determinado período de tempo.

A Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas está estruturada em quatro grandes Eixos: I) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, II) Governança Fundiária e Acesso à Terra, III) Formação e Organização Social e IV) Infraestrutura e Serviços Públicos. Esses são os Eixos que foram aprovados na 2ª CNDRSS, realizada em Brasília em 2013 e que estão na base de formulação de todos os PTDRSS do Brasil.

Eixos de Planejamento da Matriz	Principais Dimensões do Desenvolvimento contempladas
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
Governança Fundiária e Acesso à Terra	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
Formação e Organização Social	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
Infraestrutura e Serviços Públicos	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional

E lembrando que:

Objetivo significa **o que deve ser feito**, ou seja, as situações que devem ser modificadas pela implementação de um conjunto de iniciativas no Território. É o grande propósito a ser alcançado pelos atores territoriais. O Plano deve apresentar os objetivos que podem estar entre os definidos no PNDRSS ou novos objetivos criados para o PTDRSS. O objetivo tende a ser algo mais amplo, sendo a estratégia o momento de criar meios mais detalhados.

Estratégia é o conjunto integrado de ações estruturadas e posicionamentos assumidos e implementados para atingir os objetivos. São os caminhos mais gerais do “**como fazer**” para se chegar aos objetivos. Para cada estratégia, devem ser estabelecidas metas;

Meta é uma medida que pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Cada objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas.

É necessário fazer o esforço de colocar valores nas metas (números, percentuais), de maneira a precisar melhor o resultado esperado e oferecer elementos concretos para estabelecer indicadores de acompanhamento e

monitoramento. Porém, pode haver metas de caráter qualitativo ou de natureza muito geral, do tipo: estruturação e fortalecimento do Colegiado Territorial, dos Conselhos Municipais, dos Comitês e dos Fóruns Setoriais. Neste exemplo, no plano operacional serão estabelecidas quantidades de ações a serem realizadas. A meta fica geral para evitar um nível de detalhamento desnecessário no PTDRSS, que é um plano estratégico.

1.1 A 2ª CNDRSS

Nas discussões das diversas etapas da 2ª CNDRSS (municipais, setoriais, territoriais e estaduais) os participantes buscaram qualificar o diagnóstico sobre o desenvolvimento territorial à luz das questões nacionais trazidas pelo Documento de Referência. A partir de esse Documento inicial, foram formuladas proposições com a recomendação de que sejam adequadas às realidades dos Planos municipais, territoriais e estaduais. Das conferências territoriais, intermunicipais, setoriais e estaduais, originaram-se 338 propostas que foram submetidas à Conferência Nacional.

Essas propostas foram debatidas em comissões temáticas organizadas a partir dos quatro eixos gerais da Conferência. Os *eixos transversais de autonomia das mulheres rurais, etnodesenvolvimento e juventude rural* foram debatidos juntamente com os demais. Essa metodologia foi utilizada desde as etapas preparatórias como estratégia de integração das propostas transversais / específicas ao conjunto das discussões da Conferência.

O processo de construção das propostas da 2ª CNDRSS teve como ponto de partida as 283 conferências territoriais e intermunicipais, das quais saíram 11.320 propostas que foram sistematizadas para alimentar os debates nas 27 conferências estaduais e distrital. Durante o processo de debates se priorizaram 1.080 para envio à Conferência Nacional, as quais, somadas às 80 propostas vindas das 8 conferências setoriais e temáticas, totalizaram 1.160 que foram sistematizadas e agrupadas nas 388 propostas finais encaminhadas para debate na Conferência Nacional.

Do conjunto das propostas submetidas à etapa nacional foram aprovadas 100 que constituem a referência programática para a elaboração do

PNDRSS. Com base nos resultados da Conferência, o CONDRAF identificou objetivos estratégicos, estratégias e iniciativas que compõem o PNDRSS.

A 2ª CNDRSS foi estruturada em sete eixos temáticos, com a definição dos quatro primeiros como eixos gerais e os três últimos como eixos transversais, organização que orientou as discussões em todas as etapas do processo.

É importante compreender que os 4 Eixos gerais os 3 Eixos transversais³⁰ incorporam as dimensões sustentáveis do desenvolvimento territorial tratadas no capítulo anterior.

³⁰ Quais sejam: Autonomia das Mulheres Rurais; Autonomia e Emancipação da Juventude Rural e Promoção do Etnodesenvolvimento.

1.2 TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR - MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS e METAS

Eixo I Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivos	Estratégias	Metas ³¹
1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.	1.1. Estruturar e capacitar equipes multidisciplinares de ATER e de outras instituições integrantes da PNATER, de forma a atender o conjunto das famílias agricultoras, assentados, acampados e povos tradicionais;	1.1.1. Ampliar a oferta dos serviços de ATER pública, gratuita e continuada para 75% dos 4.050 estabelecimentos de agricultores familiares, assentados de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, no prazo de 5 anos; 1.1.2. Promover a formação continuada em ATER agroecológica para 100% dos técnicos e agentes de desenvolvimento rural que atuam no TMS, até 2018;
	1.2. Incentivar e fomentar a agroecologia e a produção, disponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis para as famílias agricultoras, povos e comunidades tradicionais;	1.2.1. Promover a adesão dos 4.050 estabelecimentos familiares existentes no TMS à transição agroecológica e produção de alimentos saudáveis; 1.2.2. Promover a inserção da disciplina Educação Ambiental com uma concepção dialógica e crítica em pelo menos 70% das escolas dos municipais que compõem o TMS; 1.2.3. Realizar 70 encontros de trocas de experiências em Agroecologia no TMS; 1.2.4. Adequar 50% das escolas municipais do TMS como espaços pedagógicos sustentáveis no prazo de 4 anos;
	1.3. Ampliar a renda com agregação de valor à produção;	1.3.1. Fortalecer o conjunto dos sistemas produtivos da agricultura familiar do TMS; 1.3.2. Aumentar em 50% os equipamentos de beneficiamento e agroindustrialização dos produtos da AF existentes no TMS;
	1.4. Criar um sistema de certificação dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos;	1.4.1. Certificar 100% dos agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais do TMS;
	1.5. Estruturar e fortalecer a política de agricultura urbana e periurbana;	1.5.1. Mapear e sistematizar as experiências de agricultura urbana e periurbana existentes no TMS;
	1.6. Implantação de projetos de alcance territorial para cada um dos sistemas produtivos prioritários com assessoria técnica, equipamentos e infraestrutura, seguindo as instruções e especificações normativas	1.6.1. Implantar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos 13 municípios do TMS; 1.6.2. Viabilizar 2 centrais de abastecimento para comercialização dos produtos da agricultura familiar; 1.6.3. Implantar 4 tanques de resfriamento de leite em núcleos produtivos

³¹ As metas são definidas para serem alcançadas em 08 anos, portanto podem acontecer em um tempo superior ao que está previsto no atual PPA que é para 04 anos.

	correspondentes;	estratégicos do TMS; 1.6.4. Implantar 2 abatedouros, sendo um para aves e outro para animais de médio porte;
	1.7. Criar bancos e organizar feiras de sementes nativas e mudas para distribuição às famílias agricultoras, na perspectiva da soberania alimentar;	1.7.1. Implantar bancos de sementes em pelo menos 50% das comunidades de agricultores familiares na perspectiva da transição para sementes crioulas e melhoramento genético; 1.7.2. Realizar 2 feiras territoriais de sementes crioulas por ano;
	1.8. Estabelecer convênios com órgãos e institutos para desenvolvimento de pesquisas, estudos aplicados e tecnologias sociais para os sistemas produtivos da agricultura familiar;	1.8.1. Implantar farmácias verdes para aplicação de fitoterapia em 50% das comunidades do TMS até 2020; 1.8.2. Construir 1 central de produção e distribuição de medicamentos homeopáticos até 2019; 1.8.3. Realizar 2 encontros territoriais por ano para troca de experiências e divulgação da fitoterapia;
	1.9. Ampliar os espaços de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária, viabilizando a regularização das compras institucionais em parceria com o Colegiado e municípios;	1.9.1. Aumentar até R\$ 60 milhões (70%) o valor das compras dos produtos da agricultura familiar para as prefeituras municipais e órgãos dos governos estadual e federal instalados no TMS até 2018; 1.9.2. Promover cursos de capacitação para elaboração de projetos e participação nos Editais de Chamadas Públicas por sistemas produtivos;
	1.10. Desenvolver o sistema de comercialização da agricultura familiar e economia solidária no âmbito do TMS articulado com os sistemas estadual e nacional;	1.10.1. Criar a rede territorial de comercialização (atacado e varejo) da agricultura familiar e da economia solidária até 2018; 1.10.2. Realização de 1 feira / exposição da agropecuária familiar e economia solidária territorial uma vez por ano; 1.10.3. Implantar nos 13 municípios do TMS estruturas de feiras livres da agricultura familiar agroecológicas até o ano de 2018; 1.10.4. Revitalização dos 4 Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no TMS 1.10.5.; Alinhamento do TMS com o Plano Estadual de Abastecimento e Comercialização (em construção);
	1.11. Qualificar os EES e entidades representativas dos agricultores para habilitação e participação no processo de compras públicas (PNAE, PAA);	1.11.1. Capacitar técnicos de 70 entidades representativas da agricultura familiar do TMS; 1.11.2. Assegurar assessoria técnica a 100% dos EES nas temáticas administrativa, fiscal e contábil; 1.11.3. Realizar cursos e capacitações em administração e gestão social de empreendimentos;

1.12. Fomentar o acesso dos agricultores familiares ao PRONAF e outras linhas de crédito e investimento para a agricultura familiar;	1.12.1. Ampliar em 50% nos próximos 5 anos o volume de crédito rural de custeio e investimento destinado aos sistemas produtivos priorizados no TMS;
1.13. Estimular a criação de Fundos municipais para o desenvolvimento rural e da agricultura familiar;	1.14.1 Implantar os CMDRS's em todos os municípios do TMS até 2018; 1.14.2. Gestão dos Fundos municipais para o desenvolvimento rural realizada pelos CMDRS's em todos os municípios do Território;
1.14. Profissionalização dos pescadores artesanais, modernização da frota pesqueira e implantação de centros de beneficiamento do pescado;	1.14.1. Mapeamento e diagnóstico das organizações representativas da pesca; 1.14.2. Capacitação dos pescadores e marisqueiras; 1.14.3. Elaboração do plano territorial da pesca;
1.15. Identificar, valorizar e dinamizar o potencial das diversas possibilidades turísticas do TMS;	1.15.1. Implementar 3 experiências de turismo rural e ecológico geridas por unidades de produção da agricultura familiar ou associadas com outros empreendedores; 1.15.2 Formar 200 guias turísticos na temática rural e agroecológico e de culturas identitárias até 2020;
1.16. Dinamização da economia criativa do turismo a partir do fomento de atividades como a Capoeira e dos Centros e Terreiros de Cultos aos Ancestrais;	1.16.1. Realizar mapeamento em zonas rurais e periurbanas para identificar grupos que praticam a capoeira e os terreiros existentes; 1.16.2. Realizar no mínimo 2 oficinas por ano tratando do temático turismo, cultura, religião, economia criativa e ruralidade; 1.16.3. Realizar 3 cursos de capacitação por ano na temática de economia criativa do turismo e preservação cultural, visando oportunidades de emprego e renda;
1.17. Implantação dos planos municipais de resíduos sólidos no TMS;	1.17.1 Elaborar diagnóstico sobre a problemática dos resíduos sólidos; 1.17.2. Construir ou reestruturar unidades para seleção, processamento e reciclagem de resíduos sólidos em todos os municípios do TMS;
1.18. Ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo, incluindo os empreendimentos produtivos comunitários, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural;	1.18.1. Perfurar 50 poços artesianos com captação, armazenamento e distribuição para consumo humano e produção agropecuária; 1.18.2. Implantar 3 modelos de tecnologias sociais para captação e reserva de água de chuva para produção de alimentos (hortas e quintais produtivos);
1.19. Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário compreendendo coleta, tratamento e destinação adequados;	1.19.1. Ampliar os Sistemas de Esgotamento Sanitário em todos os municípios do TMS até 2020;

	1.20. Diminuir os impactos ambientais causados pelo crescimento econômico desordenado e os efeitos das mudanças climáticas no território;	1.20.1 Realizar diagnóstico socioambiental para qualificar informações e dados da realidade municipal e territorial; 1.20.2. Estabelecer grupo de trabalho integrado por representantes da Coordenação Executiva e de técnicos especializados da SEI, SDR, SEMA e outros;
2. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica.	2.1. Implementar políticas para as mulheres rurais, fortalecendo sua autonomia, a organização produtiva e a garantia dos direitos econômicos;	2.1.1. Ampliar os serviços de ATER pública, gratuita e continuada para atender as demandas apresentadas por mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais; 2.1.2. Promover capacitação para mulheres da agricultura familiar, incentivando a criação de grupos produtivos, ajudando na produção, no beneficiamento e comercialização; 2.1.3. Ampliar em 50% as compras do PNAE e do PAA por órgãos públicos e que sejam adquiridos de grupos de mulheres;
	2.2. Promover a autonomia e emancipação da juventude rural por meio de estratégias de qualificação, inclusão produtiva e geração de renda e de emprego;	2.2.1. Ampliar em 30% a quantidade de projetos produtivos financiados com recursos públicos para jovens de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar; 2.2.2. Capacitação de 50 jovens rurais por município como agentes multiplicadores em desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos;

1.3 TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR - MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS e METAS

Eixo II Governança Fundiária e Acesso à Terra

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;	1.1. Promover a reforma agrária e a regularização fundiária de assentados, acampados, povos tradicionais e agricultores familiares em situações precárias de ocupação;	1.1.1. Realizar diagnóstico das áreas de assentamento e ocupação no TMS; 1.1.2. Assentar 3.000 famílias em projetos de reforma agrária até 2022; 1.1.3. Regularizar todos os assentamentos da reforma agrária até 2022; 1.1.4. Implantação das infraestruturas sociais e produtivas básicas nos 11 assentamentos de reforma agrária do TMS (habitação, água para consumo humano e produção, energia); 1.1.5. Assegurar ATEs às 502 famílias assentadas no TMS;
	1.2. Facilitar e desburocratizar a regularização fundiária e o licenciamento ambiental para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais;	1.2.1. Regularização fundiária de todos os imóveis rurais do TMS até 2022; 1.2.2. Titulação de todas as propriedades com até 4 módulos fiscais; 1.2.3. Reduzir à metade o tempo dos processos e procedimentos para regularização fundiária no TMS;
2. Promover o Etno desenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra;	2.1. Facilitar os processos de demarcação e delimitação dos territórios de povos e comunidades tradicionais e sua regularização fundiária para garantir acesso às políticas públicas;	2.1.1. Regularizar e certificar 100% das áreas quilombolas do Território; 2.1.2. Regularização de 100% dos Centros e Terreiros de Cultos aos Ancestrais; 2.1.3. Assentar 300 jovens da AF até 2020 aproveitando os mecanismos institucionais de acesso à terra;

1.4 TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR - MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS e METAS

Eixo III Formação Cidadã e Organização Social

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas;	1.1. Estabelecer mecanismos de articulação institucional entre as esferas do poder público e a sociedade civil na gestão das políticas públicas;	1.1.1. Acompanhar e monitorar 3 espaços ou instâncias territoriais de Gestão de Políticas Públicas, tais como Câmaras Temáticas ou Fóruns Setoriais; 1.1.2. Promover, junto com a CET e outros parceiros, a criação do Fundo de Apoio ao Funcionamento das Instâncias Territoriais de Gestão Participativa de Políticas Públicas; 1.1.3. Promover a instalação de pelo menos 3 Conselhos Municipais de Políticas Públicas a cada 2 anos nos municípios do TMS;
	1.2. Estimular a participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais e de instituições públicas no Colegiado Territorial;	1.2.1. Promover a participação de pelo menos 60% de gestores municipais (prefeitos, secretários ou assessores) nas plenárias territoriais do TMS;
	1.3. Promover a participação das instâncias do Colegiado Territorial na gestão social dos Planos Operacionais do TMS;	1.3.1. Estimular a implantação do NEDET ou de estrutura pedagógica com atribuições semelhantes até 2018; 1.3.2. Viabilizar a criação da equipe técnica do TMS para elaboração, gestão e monitoramento de projetos junto com a Executiva Territorial; 1.3.3. Elaborar Programa de Formação em Desenvolvimento e Abordagem Territorial das Políticas Públicas; 1.3.4. Promover a realização de 2 cursos / ano em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social de Políticas Públicas para os integrantes do Colegiado e outros agentes;
	1.4. Fortalecer a governança socioterritorial do Colegiado na implementação das políticas públicas;	1.4.1. Assegurar a participação de pelo menos representantes de 50% das Secretarias que integram o CEDETER em todas as plenárias do Colegiado do TMS; 1.4.2. Incentivar a instalação do Grupo Permanente de Pesquisa para atualização e elaboração de informações, dados e documentos sobre o TMS; 1.4.3. Estruturar o Sistema de Informações e Indicadores Territoriais; 1.4.4. Qualificar os agentes do Colegiado para desempenharem o

		<p>trabalho de planejamento e monitoramento do PTDRSS;</p> <p>1.4.5. Promover a qualificação dos integrantes do CAPPA para assumirem o monitoramento do PPA P em representação do Colegiado Territorial;</p>
	1.5. Fortalecer os Centros Públicos de Economia Solidária;	1.5.1. Implantar e ampliar as estruturas dos CESOL's no TMS por meio de editais públicos anuais;
2. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania;	2.1. Estimular a participação de mulheres, jovens de povos e comunidades tradicionais nas diversas instâncias e espaços institucionais do desenvolvimento territorial;	<p>2.1.1. Aumentar em 50% a participação das mulheres nos espaços e instâncias de gestão de políticas públicas no TMS;</p> <p>2.1.2. Aumentar em 50% a participação de jovens nos espaços e instâncias de gestão de políticas públicas no TMS;</p> <p>2.1.3. Atribuir 1/3 das vagas para povos e comunidades tradicionais nos espaços e instâncias de gestão de políticas públicas no TMS;</p>
	2.2. Fortalecer os processos formativos e as oportunidades de empoderamento social de jovens e mulheres de povos e comunidades tradicionais;	<p>2.2.1. Garantir 30% das vagas para mulheres de povos e comunidades tradicionais nos eventos de formação sobre as temáticas de Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial das Políticas Públicas;</p> <p>2.2.2. Assegurar 30% das vagas para jovens de povos e comunidades tradicionais nos eventos de formação sobre as temáticas de Desenvolvimento Rural com Abordagem Territorial das Políticas Públicas;</p>

1.5 TERRITÓRIO METROPOLITANO DE SALVADOR - MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS e METAS

EIXO IV - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivos	Estratégias	Metas
	1.1. Construir e melhorar a infraestrutura e acessibilidade física nas escolas, universidades e estabelecimentos de educação terciária;	1.1.1. Implantar infraestrutura de acesso para pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida em 70% das escolas municipais do TMS até 2020;
	1.2. Promover a implantação de núcleos multiprofissionais nas escolas para fortalecer programas de assistência escolar de acompanhamento de docentes, discentes, famílias e comunidades;	1.2.1. Aplicar as Leis 10.639 e 11.645 que tratam de História e Cultura Afro-Brasileira e de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial de todas as escolas das redes municipais de ensino do TMS, até 2018; 1.2.2. Promover a formação continuada de todos os profissionais da rede pública em relações etnicoraciais;
	1.3. Universalização do ensino em tempo integral, aliado à formação profissionalizante, artística e cultural e esportiva;	1.3.1 Ampliar em no mínimo 70% a oferta de ensino integrado à educação profissional; 1.3.2 Ampliar e modernizar 70% dos equipamentos culturais para intercâmbios e trocas de saberes entre gestores culturais, público e artistas; 1.3.3 Realizar mapeamento das manifestações e tradições culturais do TMS;
	1.4. Potencializar ações para utilização dos recursos disponibilizados pelo FNDE e por outros vinculados a diversas políticas públicas;	1.4.1. Incluir conteúdos de agroecologia e do desenvolvimento sustentável no currículo de todas as escolas das redes municipais de ensino do TMS; 1.4.2. Editar cartilhas sobre Agricultura Sustentável e Alimentação Saudável por parte das 13 SEDUCs municipais; 1.4.3. Promover a participação de 100% dos Conselheiros Escolares em cursos de formação, capacitação e qualificação promovidos pelo FNDE;
	1.5. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes, públicos e gratuitos, do ensino técnico no nível médio estadual;	1.5.1. Construir e operacionalizar 5 Escolas Famílias Agrícolas com metodologia condizente às diretrizes curriculares da Educação do Campo até 2018; 1.5.2. Fortalecer as diversas políticas públicas de educação em articulação com os CETEPs e a Superintendência de Educação Profissional do Estado (SUPROF);

1. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interfederativa. (PNDRS)	1.6. Instituir cursos de formação, especialização, mestrado e doutorado voltados para as demandas e interesses da população rural;	1.6.1. Ampliar em 50% a oferta de vagas para a população dos povos do campo nos cursos de instituições de ensino superior de graduação e pós-graduação;
	1.7. Formação continuada de educadores populares e de agentes de desenvolvimento em planejamento territorial de políticas públicas, governança e gestão participativa;	1.7.1. Formar 1 turma / ano de educadores populares e agentes de desenvolvimento em planejamento territorial de políticas públicas, governança e gestão participativa, em parceria com Universidades e OSCs, a partir de 2017;
	1.8. Promover o fortalecimento dos Conselhos Escolares e a articulação dos diferentes Conselhos Municipais no Território;	1.8.1. Realizar 3 Cursos de Capacitação para Gestores Escolares Municipais por ano; 1.8.2. Criação da Câmara Técnica de Educação do TMS até 2017; 1.8.3. Implantação de eleições diretas para diretores de todas as escolas municipais do TMS;
	1.9. Descentralização da administração pública no Território;	1.9.1. Implantar em 5 municípios do TMS o modelo “delegacias da Prefeitura nos bairros” existente em Salvador; 1.9.2. Criação de 3 SAC's em 3 municípios do TMS;
	1.10. Ampliação e adequação dos espaços e equipamentos públicos para efetivação da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e idosa (teatros, museus, casa de shows, transportes públicos e órgãos públicos);	1.10.1. Todos os espaços e equipamentos públicos do TMS atendendo as necessidades deste público;
	1.11. Implementar programas de proteção e atendimento a idosos, crianças e adolescentes no enfrentamento à exploração sexual e uso de substâncias psicoativas;	1.11.1. Implantar Núcleos de Atendimento ao Idoso em todos os municípios do TMS e garantindo funcionamento em tempo integral; 1.11.2. Implantar centros de referência da saúde da criança, do adolescente e do idoso, de assistência médica e psicossocial e de tratamento e reabilitação de dependentes químicos na metade dos municípios do TMS até 2018; 1.11.3. Aumentar o atendimento a 80% dos jovens em situação de drogadição, oferecendo atendimento psicológico para a família; 1.11.4. Capacitar e/ou e qualificar 1.300 jovens do TMS por ano objetivando a geração de emprego e renda e reintegração social; 1.11.5. Ampliar e descentralizar todos os centros de educação, recuperação e reintegração social para menores e jovens infratores do TMS até 2020;
	1.12. Assegurar que as políticas e projetos sociais	1.12.1. Ampliar os CRAS para todos os municípios do TMS com equipes

	contemplem todas as comunidades carentes e melhorem a qualidade de vida nestes locais;	multidisciplinares e qualificadas; 1.12.2. Cadastrar todas as famílias com perfil correspondente para participarem do Programa Bolsa Família (Busca Ativa);
	1.13. Incentivar os jovens e adultos da zona rural e periurbana para participarem de ações promovidas pelo Governo do Estado;	1.13.1. Realizar 1 encontro territorial semestral das Secretarias de Governo do Estado com jovens e adultos da zona rural e periurbana.
	1.14. Implementar ações para conscientização do controle de natalidade e prevenção de gravidez na adolescência;	1.14.1. Realizar 5 oficinas, cursos e palestras, por ano, em cada município do TMS, com as temáticas de controle da natalidade e gravidez na adolescência; 1.14.2. Ampliar em 80% a cobertura da rede de atendimento à mulher vítima de violência;
	1.15. Ampliar O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, priorizando a moradia de interesse social, com infraestrutura de educação, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer, e geração de emprego e renda;	1.15.1. Reduzir em 80% o déficit habitacional no TMS; 1.15.2. Atender em 50% o déficit habitacional da população de baixa renda e da população em situação de rua; 1.15.3. Construir e/ou ampliar em 50% o número de moradias nas zonas rurais do TMS;
	1.16. Estabelecer parcerias entre empresas, indústrias, municípios e Colegiado Territorial para garantir contrapartidas e estimular investimentos em políticas socioculturais, educacionais e ambientais;	1.16.1. Apoiar 10 iniciativas e experiências sociais públicas no TMS; 1.16.2. Patrocinar 100 adolescentes do TMS em modalidades educativas, culturais, artísticas e esportivas concorrendo em diferentes concursos, congressos e olimpíadas;
	1.17. Produção de documentários com conteúdos pedagógicos que valorizem as iniciativas e experiências dos povos do TMS;	1.17.1. Assegurar que 2 representantes da Executiva Territorial participem do Conselho da TV Kirimurê; 1.17.2. Produzir 2 documentários em parceria com o MSPB valorizando a história e trajetória dos povos e comunidades do TMS, até 2018; 1.17.3. Formar 150 jovens do TMS em pedagogia de audiovisuais, rádio comunitária e programação de web até 2018;
	1.18. Facilitar processos e mobilizações para que as diferentes populações tenham conhecimento e acesso às políticas e programas públicos;	1.18.1. Realizar 1 vez ao ano a Semana de Mobilização Territorial (SEMOT) para que prefeituras e governo do Estado divulguem e executem as principais políticas públicas;
	1.19. Fortalecer e articular ações para preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, e para o desenvolvimento de diversas	1.19.1. Viabilizar parcerias entre as Secretarias Municipais de Cultura, Secretarias de Governo, IPAC, Universidades e Colegiado Territorial; 1.19.2. Mapeamento para identificar locais, espaços, comunidades e

	modalidades de turismo nas regiões do TMS;	regiões com potencial para desenvolverem esses segmentos turísticos; 1.20.3. Estruturar 3 experiências de turismo rural, cultural, arqueológico, religioso ecológico e no TMS; 1.20.4. Produzir documentário em parceria com a TV Kirimurê sobre as experiências turísticas rurais, culturais, arqueológicas, religiosas e ecológicas existentes no TMS;
2. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS)	2.1. Estimular a participação de mulheres, jovens e povos de comunidades tradicionais nas diversas instâncias e espaços institucionais e de formação do desenvolvimento territorial;	2.2.1. Mapeamento para identificação de mulheres, jovens e povos de comunidades tradicionais da zona rural e periurbana do TMS; 2.2.2. Realizar 3 cursos anuais de formação em Cidadania e Políticas Públicas, em cada município do território, em parceria com Universidades, Associações, Sindicatos, OSCs, etc. 2.2.3. Criar e / ou manter espaços de formação e debates em temáticas relativas à cidadania, empoderamento e autonomia dos sujeitos sociais no TMS; 2.2.4. Fortalecer os processos formativos e as oportunidades de empoderamento social de jovens e mulheres de povos e comunidades tradicionais;

CAPÍTULO III

1. GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDRSS DO TMS

Este é o último capítulo do Plano. Pressupõe-se que seja elaborado com o protagonismo do Colegiado Territorial em Oficinas e reuniões setoriais dos Eixos / Dimensões. A aprovação e execução do Plano será responsabilidade política do Colegiado Territorial do TMS, cujas principais atribuições são a gestão executiva e social do Plano, assim como seu monitoramento e avaliação das ações a serem realizadas.

Após o processo de elaboração, reflexão, debate e validação do PTDRSS, inicia-se uma nova etapa, a de acompanhamento e monitoramento, na qual, resumidamente, se procederá a observar e avaliar resultados, comparando aquilo que foi planejado com o que foi efetivamente executado, possibilitando adequações e correções necessárias ao longo da vigência do Plano.

No entanto, o acompanhamento e monitoramento do PTDRSS diz respeito também ao empoderamento social dos sujeitos do TMS e à maior apropriação desse importante instrumento de gestão social, se consolidando a partir da sua legitimidade e reconhecimento dentro e fora do território.

Entende-se por monitoramento do PTDRSS o processo permanente de acompanhamento da sua execução, buscando identificar eventuais lacunas e contribuindo para a adoção de medidas corretivas para ajuste das atividades planejadas.

É importante ressaltar que a Gestão, Acompanhamento e Monitoramento se caracterizam por dois processos simultâneos e inter-relacionados, um interno e outro externo: i) o processo interno que consiste na capacidade de pactuação do Colegiado Territorial ao assumir a gestão e o controle social dos objetivos, metas, responsáveis e resultados; ii) o processo externo consistente na competência do Colegiado Territorial ao procurar maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores nas diversas esferas de concertação.

1.2 Gestão do PTDRSS

A gestão executiva e social do Plano é de responsabilidade do Colegiado Territorial e consiste em uma das suas principais atribuições na política de desenvolvimento territorial. Além da execução operacional que deve ter início logo após o PTDRSS ter sido aprovado, o Colegiado do TMS é responsável pelo monitoramento e avaliação das ações a serem realizadas.

A implantação do Plano ocorrerá mediante a elaboração e execução de Agendas ou Territoriais de Desenvolvimento ou Planos Operacionais, quando as estratégias e metas do PTDRSS serão transformadas em ações monitoradas pelo Colegiado Territorial e suas instâncias administrativas (Coordenação Executiva, Núcleo Técnico) e suas instâncias auxiliares (Câmaras Temáticas, Comissões Setoriais, Grupos de Trabalho e Comissões Especiais) ou, sob a sua supervisão, por redes, fóruns e entidades parceiras existentes no território.

Propõe-se que o Colegiado Territorial elabore, em parceria com agentes públicos e da sociedade civil, uma agenda operacional para cada um dos Eixos de Desenvolvimento, conforme definido na Matriz de Planejamento: i) Agenda de Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva, ii) Agenda de Estrutura Fundiária e Acesso à Terra, iii) Agenda de Formação e Organização Social e iv) Agenda de Infraestrutura e Serviços Públicos. Nas agendas devem estar definidas as responsabilidades, os prazos, os recursos, os instrumentos de controle social e arranjos institucionais para garantir execução com sinergia entre os projetos, programas, ações e iniciativas.

1.3 Acompanhamento e Monitoramento do PTDRSS

A etapa de acompanhamento e monitoramento de um Plano é, basicamente, um procedimento técnico e político para acompanhar e avaliar resultados, comparando aquilo que foi planejado com o que foi efetivamente executado, permitindo adequações e correções necessárias ao longo da vigência do Plano.

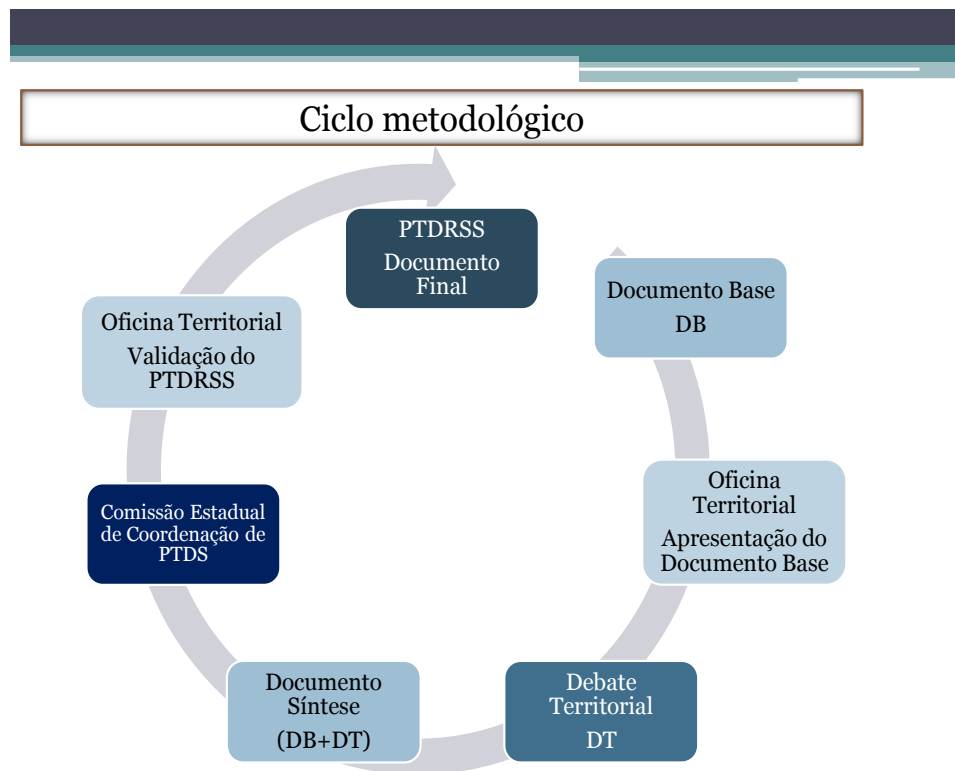
Para ter eficiência e eficácia na concretização de objetivos, estratégias e metas é necessária a construção social de indicadores. Os indicadores são parâmetros qualitativos e quantitativos que servem para detalhar em que medida os objetivos foram alcançados, dentro de um prazo de tempo no território. Desta maneira facilitam o controle social no território.

É importante ressaltar que o processo de Gestão, Acompanhamento e Monitoramento se caracteriza por dois processos simultâneos e inter-relacionados, um interno e outro externo: i) o processo interno que consiste na capacidade de pactuação que o Colegiado Territorial se atribui ao assumir a gestão, no sentido de fazer o controle social dos objetivos, metas, responsáveis e resultados; ii) o processo externo consistente na competência social política do Colegiado Territorial buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores nas diversas esferas de concertação. A gestão sócio territorial alcançará maior legitimidade se o Colegiado Territorial articular as condições internas para implementação de ações e iniciativas e, ao mesmo tempo, realizar as negociações externas visando a mobilização e atração de recursos (financeiros, humanos e materiais) e políticas públicas.

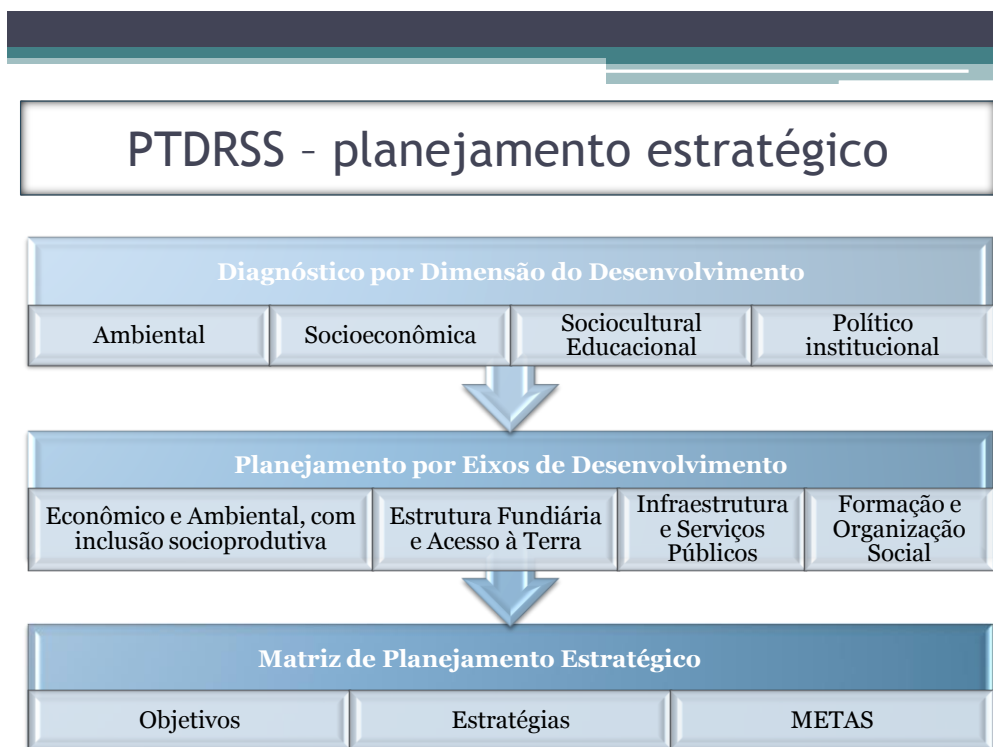
Finalmente, o PTDRSS deverá definir um cronograma com as principais atividades de acompanhamento e monitoramento do Plano e dos projetos operacionais, assim como apontar as instâncias responsáveis e preferencialmente definir as pessoas que serão incumbidas de coordenar essas atividades, que devem ser diferentes das pessoas que assumirão responsabilidades com a execução do Plano e das Agendas. Alternativamente pode ser constituído um grupo de acompanhamento e monitoramento em nível do Colegiado para exercer esse papel específico, com apoio de assessores técnicos. Sugere-se atividades semestrais para monitoramento do planos e projetos e anuais para monitoramento do PTDRSS.

A seguir se apresenta uma série de laminas que facilitam a visualização do processo de elaboração do PTDRSS do TMS, desde o ciclo inicial de construção, até a sugestão de passos e momentos necessários para organizar seu processo monitoramento e consolidação.

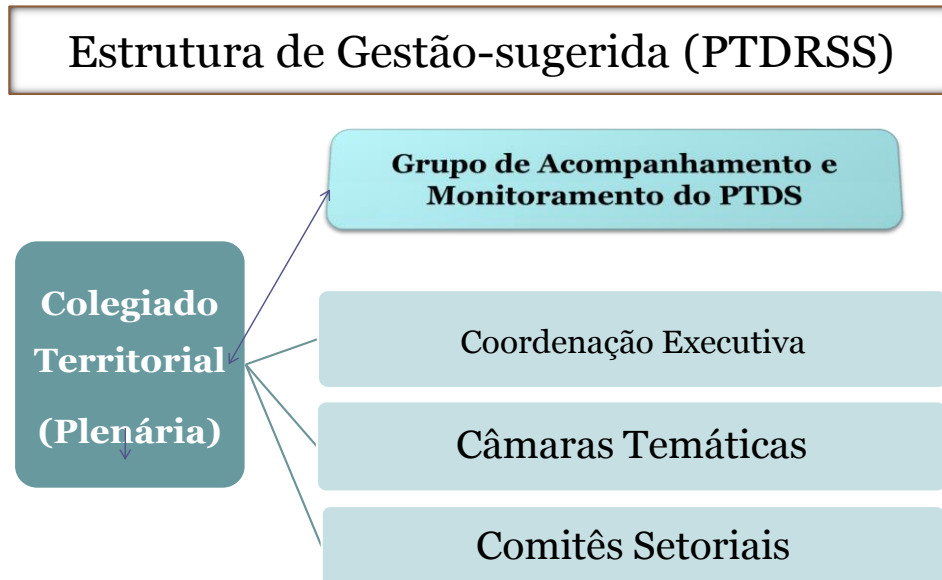
1.3.1 FLUXO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PTDRSS



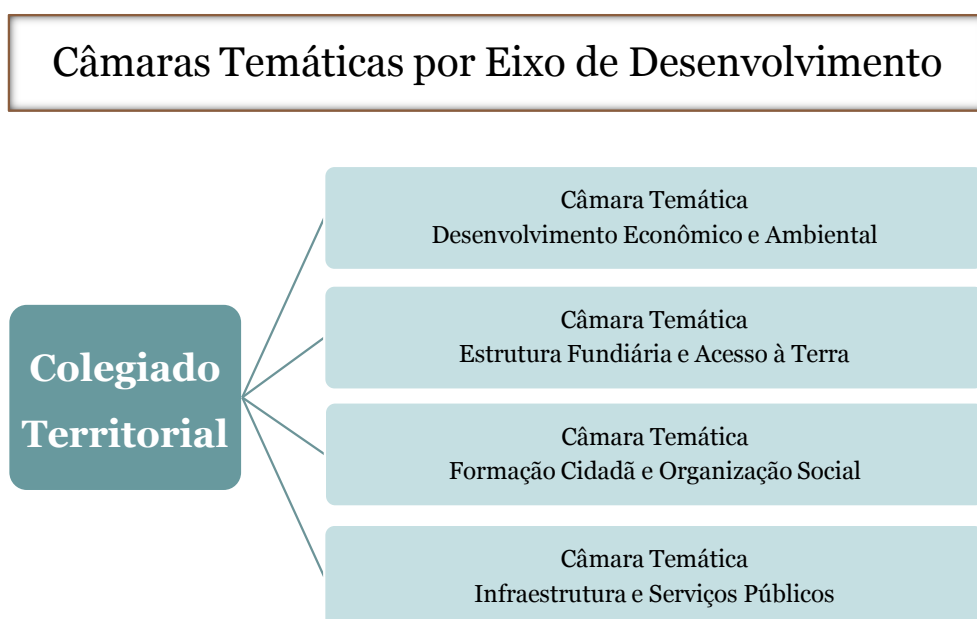
1.3.2 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO E MATRIZ DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



1.3.3 PROPOSTA DE MODELAGEM DA GESTÃO SOCIAL DO PTDRSS



1.3.4 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO POR EIXO



1.3. 5 ARTICULAÇÃO DAS INSTÂNCIAS SÓCIO – PRODUTIVAS NO TMS



2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração do PTDRSS do TMS possibilitou, a partir da sua dinâmica metodológica, reagrupar coletivos e atores sociais tanto da sociedade civil quanto do poder público que estavam dispersos e desconectados uns dos outros. As oficinas e as reuniões dos grupos de trabalho trouxeram à tona o espírito e o sentimento de pertença que é um dos rasgos identitários marcantes da concepção de Território como espaço de vida, de história e de cultura.

O processo participativo, deliberativo e democrático, que é um dos princípios constitutivos da abordagem territorial, mostrou-se, ao longo da elaboração do Plano, como desafio e ao mesmo tempo como oportunidade. Participação dos atores e nos grupos de trabalho, claro que o trabalho nem a qualidade foram homogêneos, mas houve um compromisso e um espírito e uma atitude de pertença que não podem se perder.

Desafio no sentido de entender e qualificar tecnicamente as vivências e experiências que vinham sendo desenvolvidas no Território; desafio também no sentido dos aprendizados, dos encontros pedagógicos e do debate de contraditórios; desafio, por fim, no difícil caminho da negociação e da construção de consensos.

Oportunidade, pois o PTDRSS é também (e quiçá principalmente) uma peça e um instrumento político que contém o desenho de uma **visão de futuro** que irá se concretizando na medida em que ele se materialize em programas, projetos e ações que mudem ou alterem a realidade na direção sinalizada pelos objetivos, estratégias e metas identificadas e sinalizadas no Plano. Portanto, é altamente necessário que o Colegiado Territorial se aproprie desse documento, dos seus conteúdos técnicos e implicações políticas e inicie um vigoroso trabalho de gestão, articulação e convencimento junto às diversas Secretarias do Governo do Estado e junto às Prefeituras para torná-las parceiras e, sobretudo, compromissá-las com a execução do PTDRSS do TMS.

O Plano revelou atores e povos que representam e vivenciam a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável, visibilizando uma

atividade e produtiva e um modo de sociabilidade e de vida que, mesmo com pouco apoio dos governos, tem teimosamente resistido e se reproduzido, demonstrando suas diversas potencialidades que emergem a partir da abordagem multidimensional, com destaque para a articulação produção, meio ambientes e cultura.

O TMS não nega seu lado urbano de hiper metrópole, mas ao mesmo tempo afirma a importâncias da sua dimensão rural, moderna e contemporânea, assim como a necessidade de reivindicação dos direitos à vida, ao território, ao trabalho, à produção e à renda dos povos e comunidades tradicionais. A nova ruralidade se apresenta como um tema político e sociológico contemporâneo que coloca enormes desafios para o conjunto de atores públicos e da sociedade civil que pensam e estão comprometidos com o desenvolvimento sustentável e com um mundo mais justo, humano e solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Governo do Estado. Plano PluriAnual (PPA) 2016-2019, Plan 08 - Atendimento das Propostas da Escuta Território Metropolitano de Salvador.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CONDRAF). Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2013.
- FALCÃO, Gustavo. A FACE HEGEMÔNICA DA BAHIA, in Panorama Cultural da Bahia Contemporânea, Publicações SEI. Bahia, 2012;
- HISTORIA COM GOSTO. Disponível em <http://historiacomgosto.blogspot.com.br/2013/05/historia-de-salvador-primeira-capital.html>. (acesso em 27.08.2016).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Censo Populacional 2010.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA (IICA). Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras. Fórum DRS, Vol. 21. 2013. p. 413 – 458.
- SALVADOR, BAHIA, BRASIL. A Economia de Salvador. Disponível em <http://www.salvadorbahiabrasil.com/economia-salvador.htm>. (acesso em 27.08.2016).
- SALVADOR, BAHIA, BRASIL. Disponível em <http://www.salvadorbahiabrasil.com/historia-salvador.htm> (acesso em 27.08.2016).
- SCHNEIDER, Sérgio. Ciências sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v.4, n. 7, p. 24-62. Fevereiro, 2009.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). Território Metropolitano de Salvador. Perfil Sintético. Bahia, 2015;
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SEDUR). PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. VOLUMES I – REFERENCIAL TEORICO, e III – CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE. Bahia, 2012.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). Zoneamento Econômico Ecológico, Volumes 4 – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural, Volume 6 – Caracterização dos Territórios de Identidade e Volume 7 - Avaliação das Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento. Bahia, 2012.
- SERPA, Ângelo. (Org.). Territórios da Bahia. Regionalização, Cultura e Identidade. Edufa. Bahia, 2015.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Estatísticas dos Municípios Baianos. Território de Identidade nº 26 Metropolitano de Salvador, vol. 4, nº 1, SEI –. Bahia, 2013;
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Juventude Baiana: Informações sociais 2006 e 2014.

- Território Metropolitano de Salvador. Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Bahia, 2015.
- Território Metropolitano de Salvador. Conferência Territorial das Mulheres. Bahia 2015.
- Território Metropolitano de Salvador. Conferência Territorial de ATER. Bahia, 2015.
- Território Metropolitano de Salvador. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Bahia, 2012.
- Território Metropolitano de Salvador. Regimento Interno. 2016.
- UZEDA, Danilo da Cruz. Estado, Desenvolvimento e Política Pública: Espaços Participativos na Gestão dos Territórios de Identidade da Bahia. Egea. Bahia, 2015.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/178/174>. (acesso em 08.10.2016).
- WILKIPEDIA. A história livre. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Salvador_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Salvador_(Bahia)). (acesso em 27.08.2016).
- WILKIPEDIA. A história livre. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia)). (acesso em 27.08.2016).

ANEXOS

**Tabela 1: Estimativas populacionais, segundo municípios do Território de Identidade
Metropolitano de Salvador, Bahia, 2011 a 2015**

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	14.097.534	14.175.341	15.044.137	15.126.371	15.203.934
Metropolitano de Salvador_total	3.573.973	3.608.902	3.642.682	3.884.435	3.919.864
Camaçari	242.970	249.206	255.238	275.575	281.413
Candeias	83.158	83.648	84.121	89.419	88.308
Dias D'Ávila	66.440	68.061	69.628	75.103	76.624
Itaparica	20.725	20.862	20.994	22.329	22.476
Lauro de Freitas	163.449	167.309	171.042	184.383	188.013
Madre de Deus	17.376	17.786	18.183	19.600	19.985
Mata de São João	40.183	40.866	41.527	44.538	45.194
Pojuca	33.066	33.595	34.106	36.551	37.061
Salvador	2.675.656	2.693.606	2.710.968	2.883.682	2.902.927
São Francisco do Conde	33.183	33.713	34.226	36.677	38.838
São Sebastião do Passé	42.153	42.322	42.485	45.090	45.292
Simões Filho	118.047	119.760	121.416	129.964	131.630
Vera Cruz	37.567	38.168	38.748	41.524	42.103

Fonte: DATASUS.

Tabela 2: População, por situação de domicílio e sexo, segundo os municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador - Bahia, 2010.

UF / Território / Município	2010						
	Total	Urbana			Rural		
		Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Bahia	14.016.906	10.103.022	4.840.962	5.262.060	3.913.884	2.037.304	1.876.580
Metropolitano de Salvador (total)	3.573.973	3.506.152	1.654.770	1.851.382	67.821	35.385	32.436
Camaçari	242.970	231.973	114.874	117.099	10.997	5.830	5.167
Candeias	83.158	75.994	36.606	9.388	7.164	3.708	3.456
Dias D'Ávila	66.440	62.473	30.734	1.739	3.967	2.084	1.883
Itaparica	20.725	20.725	10.166	0.559	-	-	-
Lauro de Freitas	163.449	163.449	79.276	84.173	-	-	-
Madre de Deus	17.376	16.854	8.117	8.737	522	260	262
Mata de São João	40.183	29.825	14.454	15.371	10.358	5.425	4.933
Pojuca	33.066	28.378	13.603	14.775	4.688	2.475	2.213
Salvador	2.675.656	2.674.923	1.248.513	1.426.410	733	384	349
São Francisco do Conde	33.183	27.391	13.340	14.051	5.792	2.863	2.929
São Sebastião do Passé	42.153	33.112	15.941	17.171	9.041	4.767	4.274
Simões Filho	118.047	105.811	51.624	54.187	12.236	6.389	5.847
Vera Cruz	37.567	35.244	17.522	17.722	2.323	1.200	1.123

Tabela 3: Leitos hospitalares, segundo dependência administrativa, segundo municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2010 a 2015.

UF / Território / Município	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Público	Particular	Público	Particular	Público	Particular	Público	Particular	Público	Particular	Público	Particular
Bahia	25.474	4.914	24.798	5.188	24.877	5.166	24.969	5.328	24.410	5.452	23.348	5.658
Metropolitano de Salvador_total	6.456	2.427	6.243	2.764	6.322	2.744	6.512	2.847	6.313	2.764	6.115	2.803
Camaçari	202	87	201	88	166	123	161	123	177	122	153	103
Candeias	50	17	50	39	65	34	66	43	63	43	72	43
Dias D'Ávila	35	13	35	13	38	13	38	13	62	13	24	13
Itaparica	52	-	52	-	52	-	52	-	52	-	52	-
Lauro de Freitas	108	105	109	123	109	70	109	96	109	96	129	126
Madre de Deus	30	-	30	-	30	-	29	-	29	-	29	-
Mata de São João	54	28	54	28	51	28	51	28	51	28	47	22
Pojuca	71	42	71	42	44	63	57	56	83	30	135	30
Salvador	5.664	2.135	5.457	2.430	5.600	2.412	5.789	2.487	5.537	2.431	5.324	2.465
São Francisco do Conde	43	-	37	1	37	1	35	1	35	1	35	1
São Sebastião do Passé	53	-	53	-	53	-	53	-	36	-	36	-
Simões Filho	68	-	68	-	51	-	46	-	53	-	53	-
Vera Cruz	26	-	26	-	26	-	26	-	26	-	26	-

Fonte: DATASUS.

Tabela 4: Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família por município do Território de Identidade Região Metropolitana de Salvador, para o ano de 2010.

Municípios	População	Domicílios permanentes	Famílias beneficiadas	Porcentagem de famílias beneficiadas
Camaçari	227.955	74.159	18.516	24,97%
Candeias	81.306	24.936	7.107	28,50%
Dias D'Ávila	56.600	19.948	5.659	28,37%
Itaparica	20.641	6.372	3.003	47,13%
Lauro de Freitas	153.016	49.545	15.101	30,48%
Madre de Deus	16.354	5.184	1.497	28,88%
Salinas da Margarida	13.850	3.843	1.609	41,87%
Salvador	2.948.733	860.846	167.886	19,50%
Simões Filho	114.649	35.087	9.014	25,69%
Vera Cruz	36.843	11.815	4.752	40,22%
TI Metropolitano de Salvador	3.669.947	1.091.735	234.144	21,45%

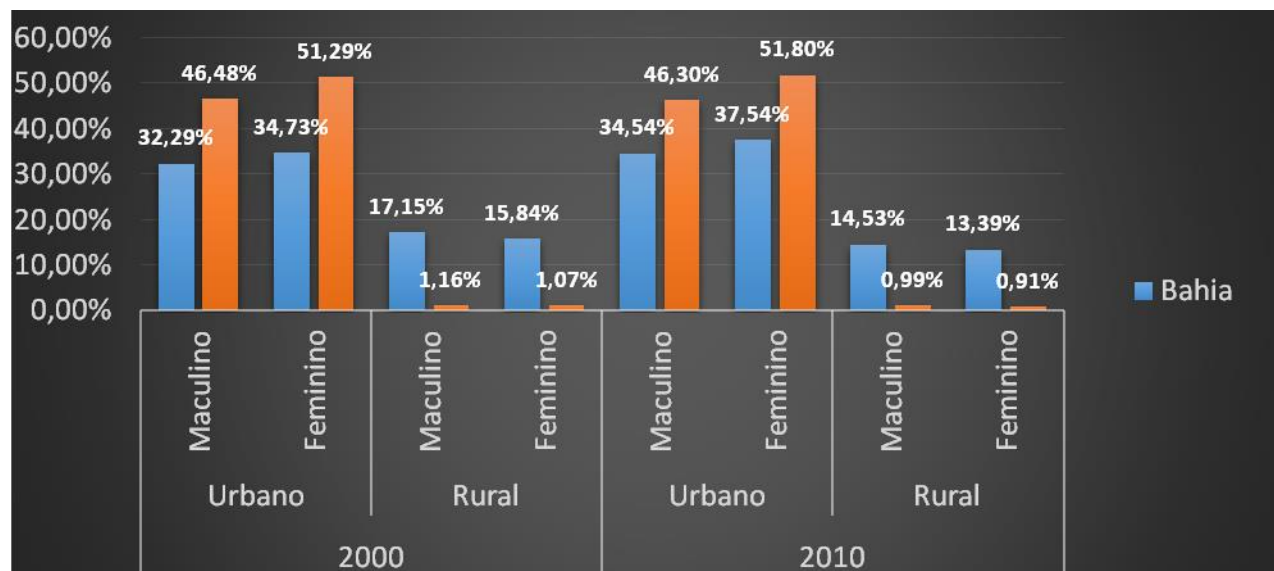
Fonte: MDS, 2011b. Elaboração: GTA, 2012.

Gráfico 1: Taxa de crescimento das estimativas populacionais, segundo municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2011 a 2015.



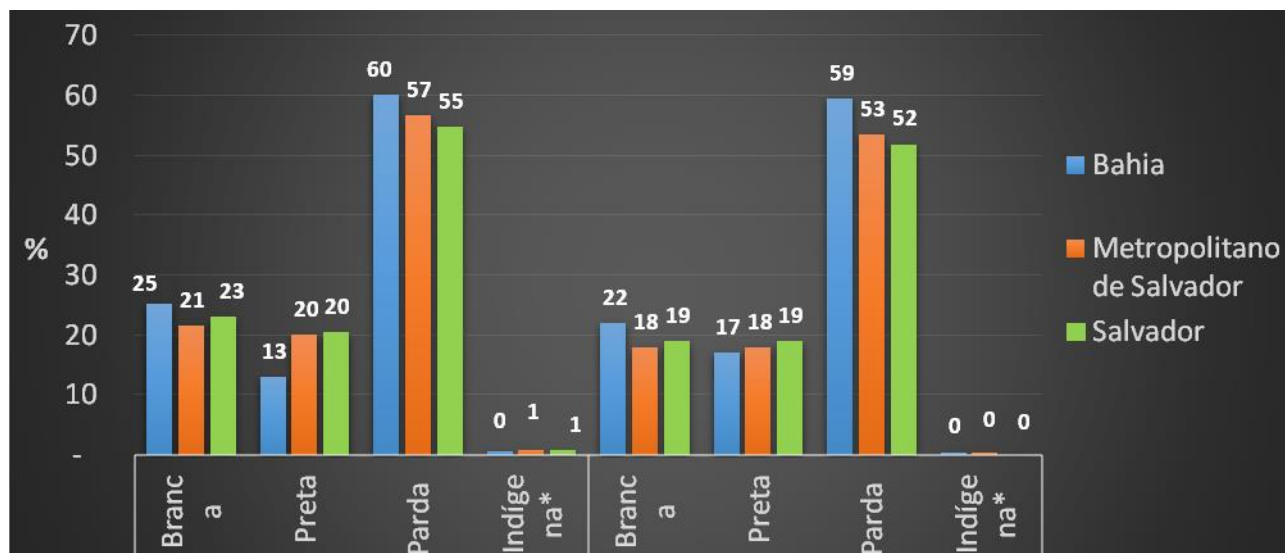
Fonte: DATASUS

Gráfico 2: Percentual da População, por situação de domicílio e sexo, segundo Território Metropolitano de Salvador e Bahia, 2000 e 2010.



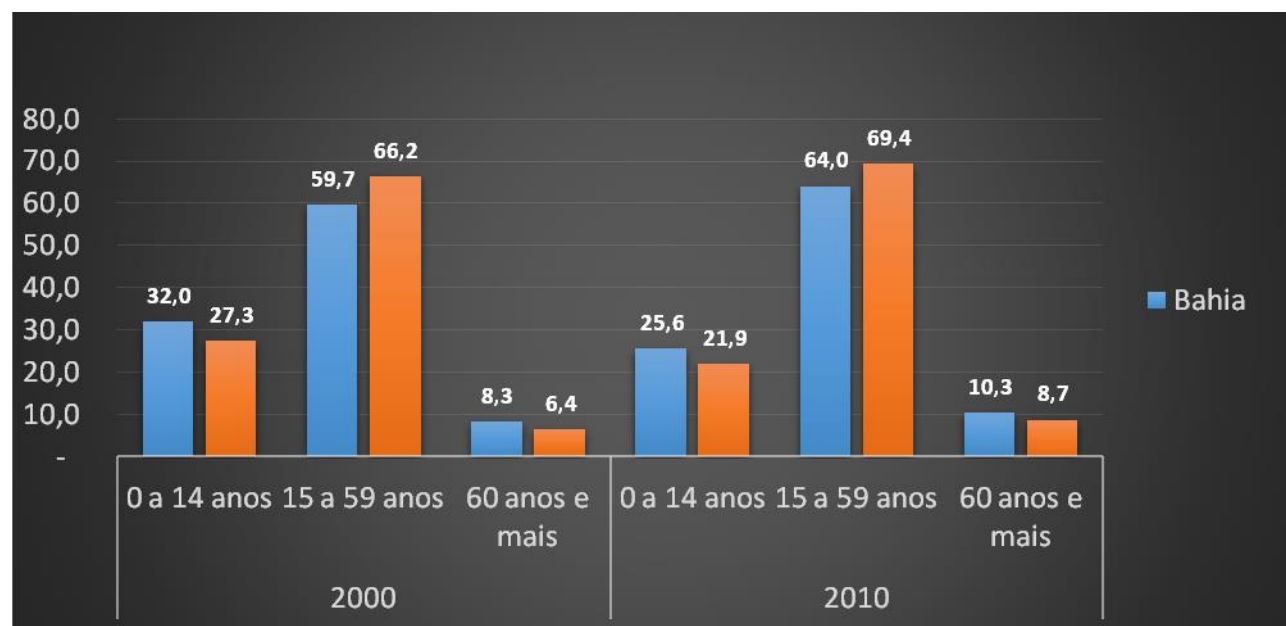
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 3 : Proporção da população, por cor ou raça, segundo Bahia e território Metropolitano de Salvador, 2000 e 2010.



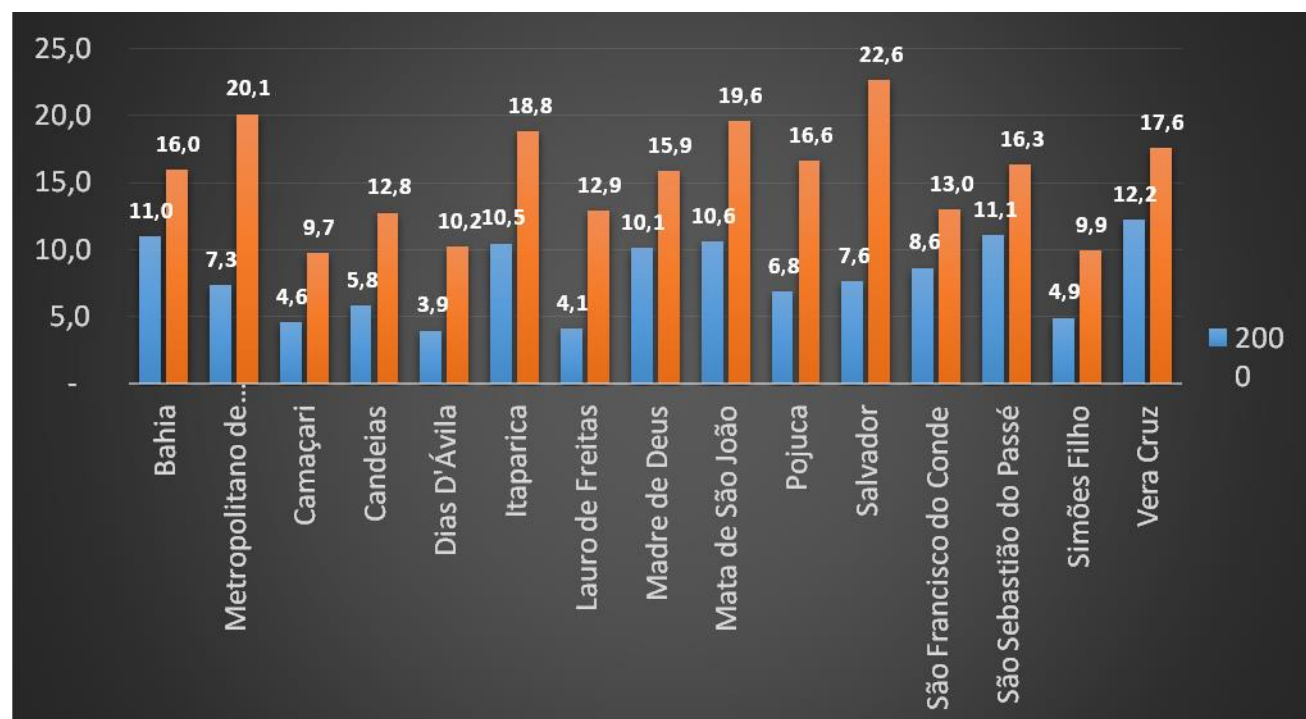
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 4: Proporção da população, por grandes grupos de idade, segundo Metropolitano de Salvador, Bahia, 2000 e 2010.



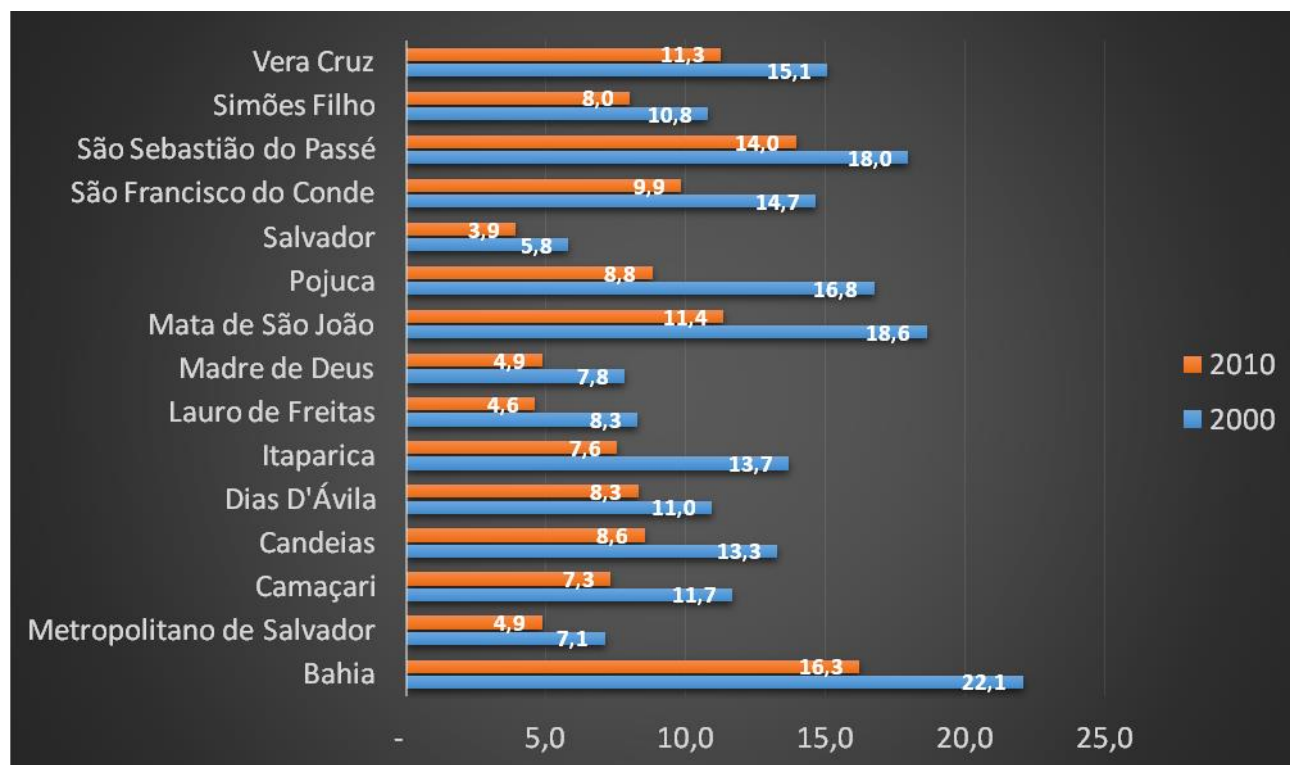
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 5: Índice de Envelhecimento* do sexo masculino, segundo municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, 2000 e 2010.



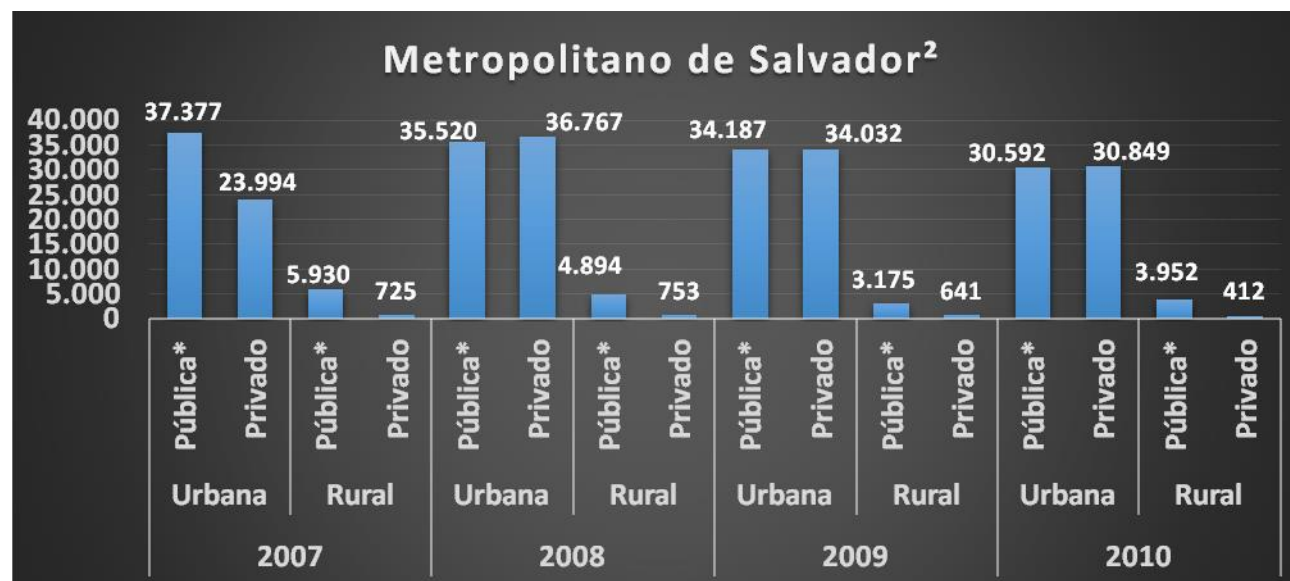
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI

Gráfico 6: Taxa de analfabetismo segundo os municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2000 e 2010.



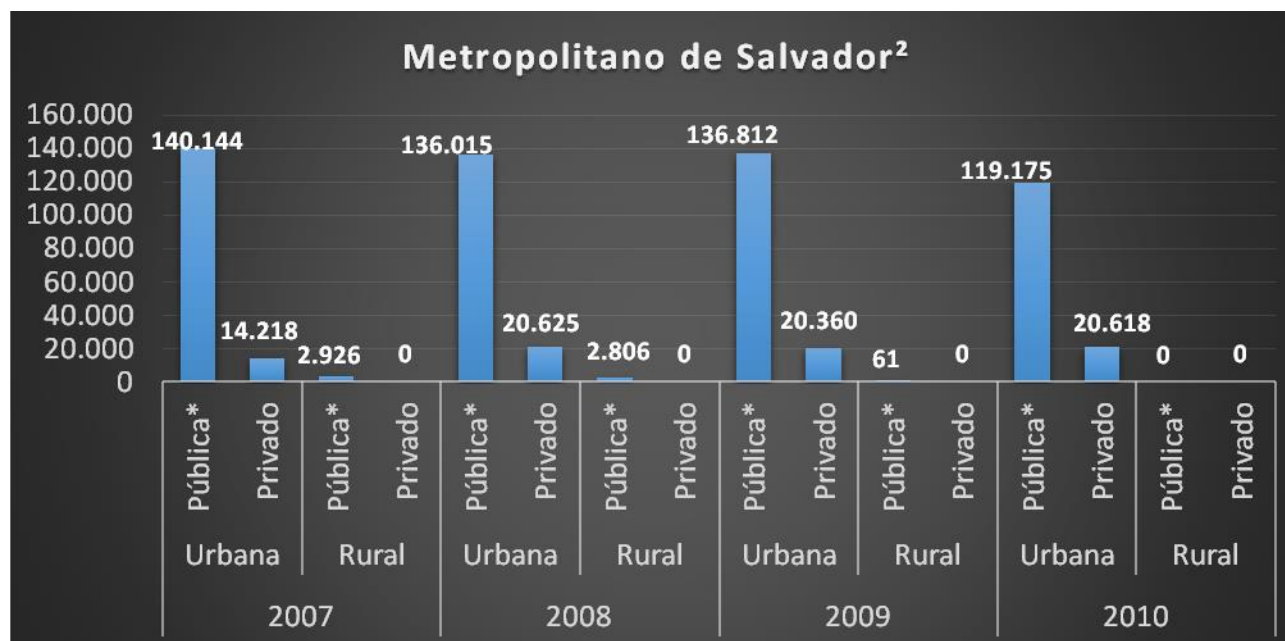
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 7: Matrícula inicial na educação infantil, por localização e dependência administrativa, no TMS – 2007-2010



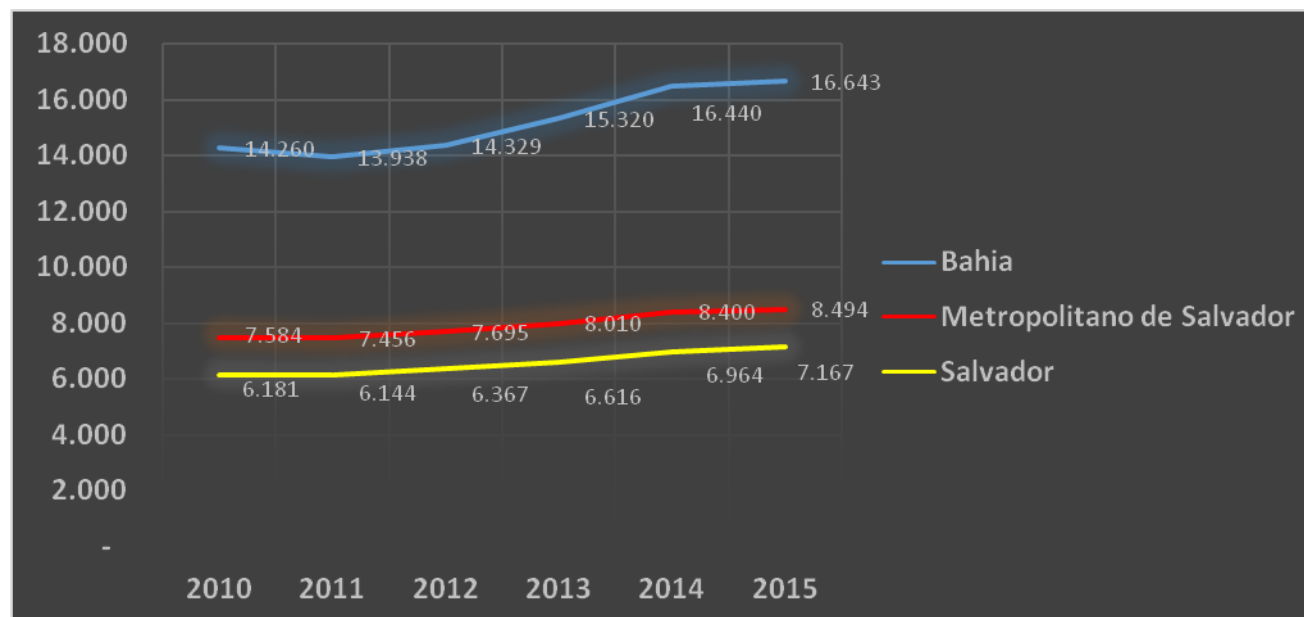
Fontes: SEC, MEC/INEP.

Gráfico 8: Matrícula inicial no ensino médio, por dependência administrativa, no Território de Identidade Metropolitano de Salvador 2007-2010.



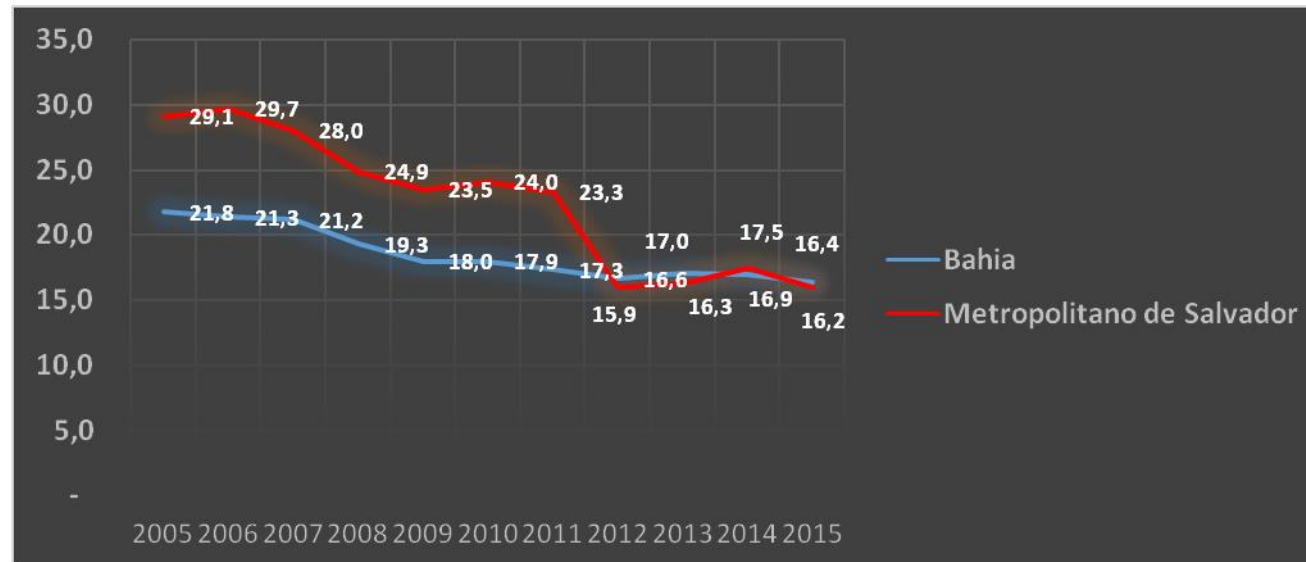
Fontes: SEC, MEC/Inep.

Gráfico 9: Profissionais de saúde, médicos, segundo o município de Salvador, Território de Identidade Metropolitano de Salvador e Bahia, 2010 a 2015.



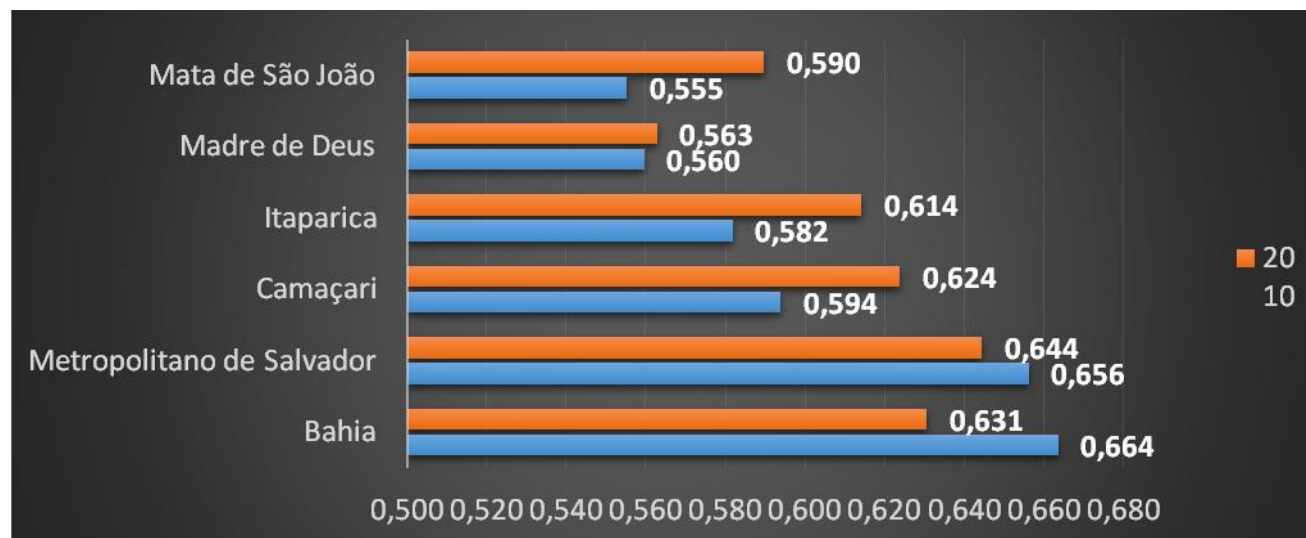
Fonte: DATASUS

Gráfico 10: Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, segundo Território Metropolitano de Salvador, Bahia, 2005 a 2015.



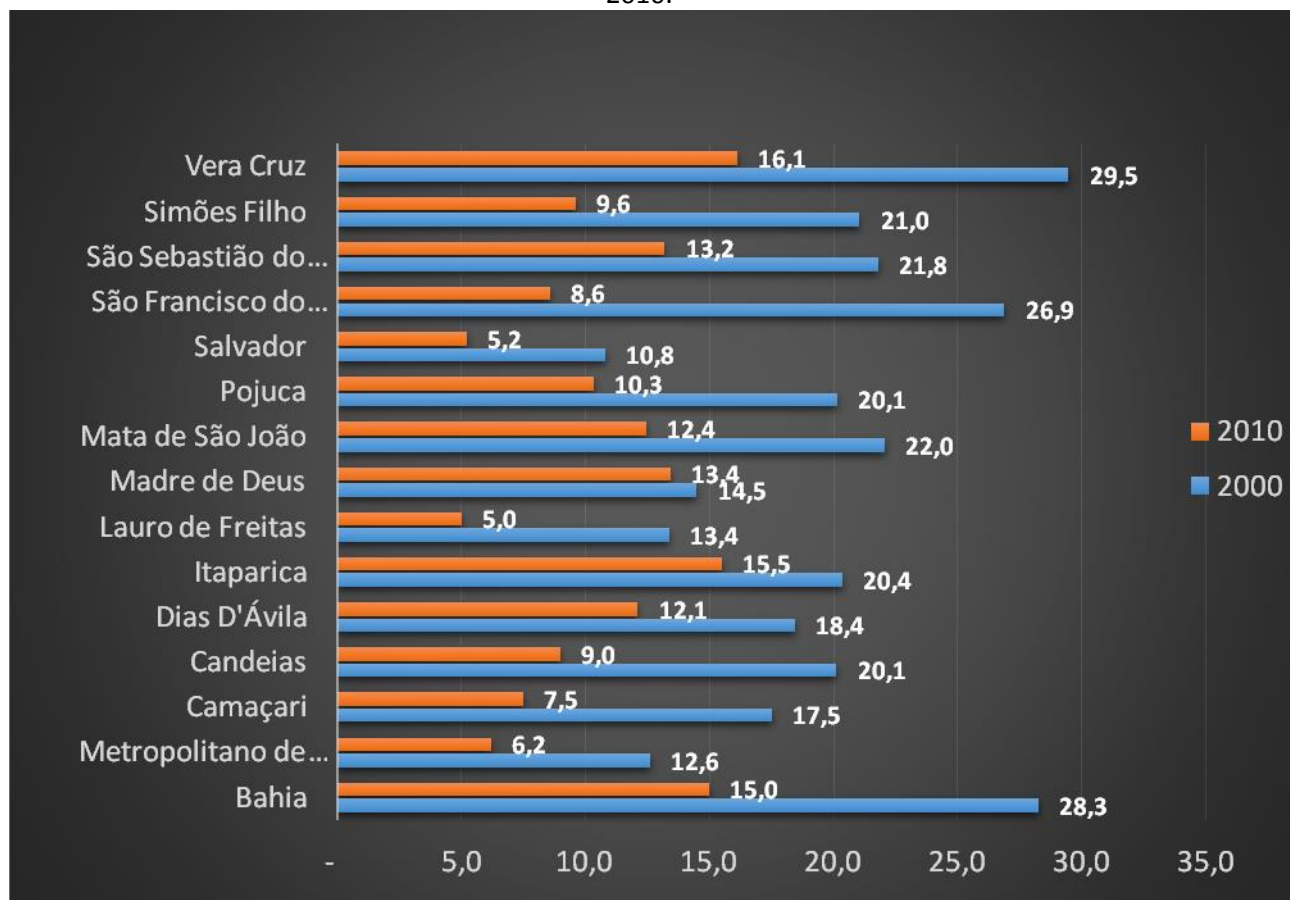
Fonte: DATASUS

Gráfico 11: Coeficiente de Gini, segundo municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2000 e 2010.



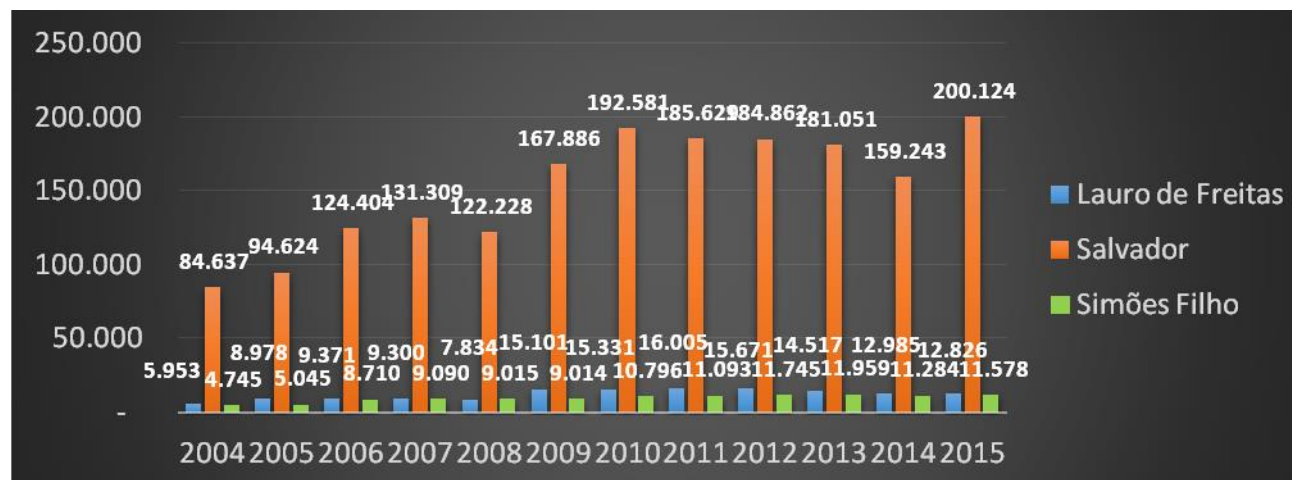
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 12: Percentual de pessoas extremamente pobres, segundo municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2000 e 2010.



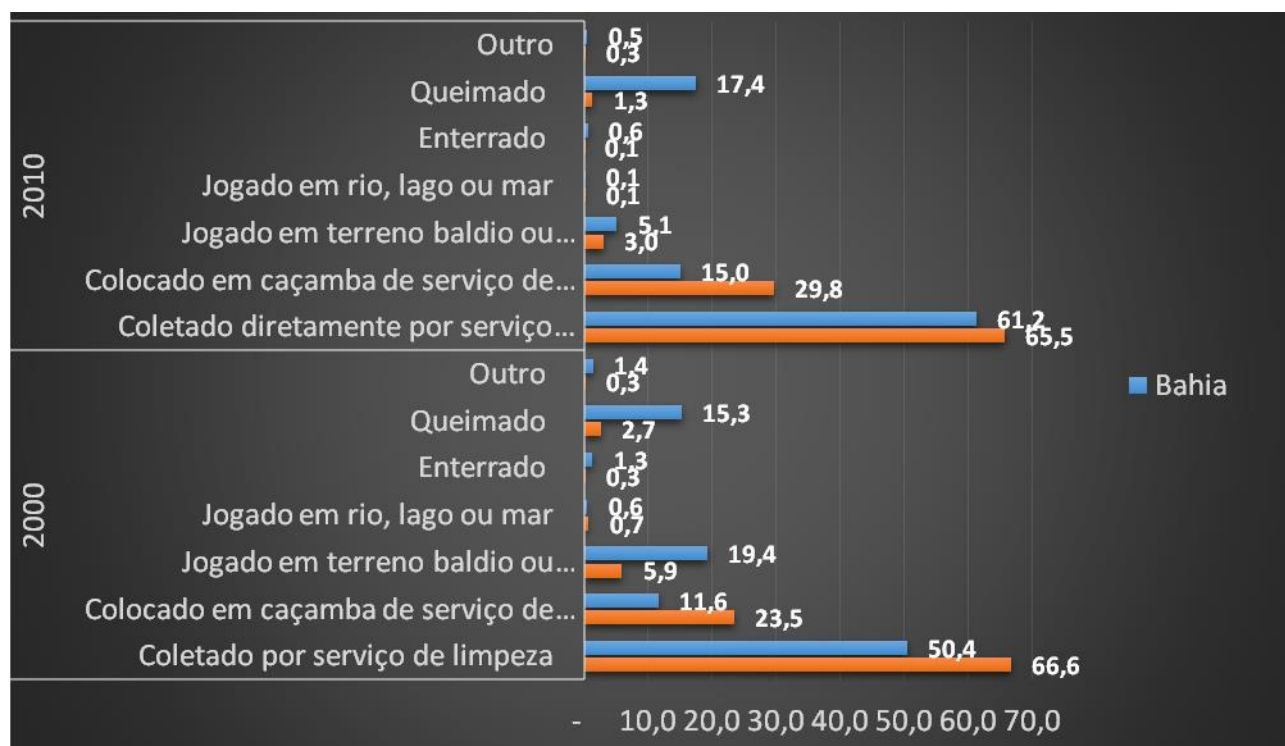
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 13: Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, segundo municípios de Lauro de Freitas, Salvador, Simões Filho, 2004 a 2015.



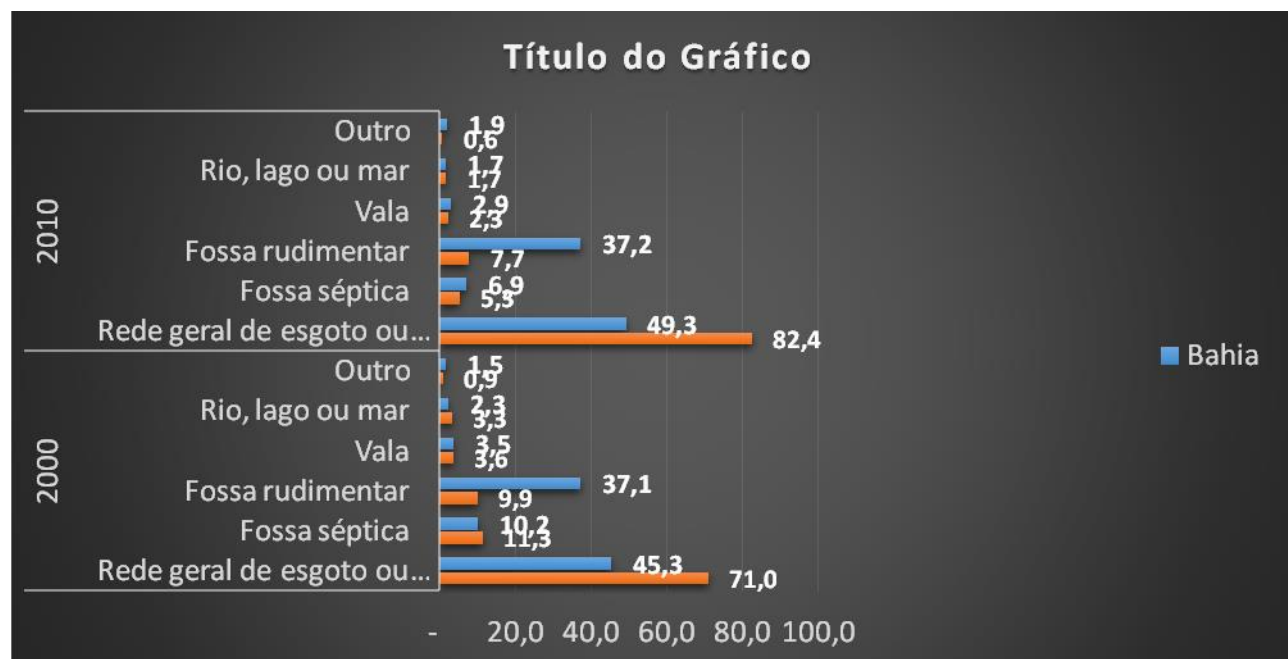
Fonte: MDS - CadÚnico.

Gráfico 14: Percentual de domicílios por destino do lixo, segundo o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 15: Percentual de domicílios por tipo de esgotamento sanitário, segundo o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, Bahia, 2000 e 2010.



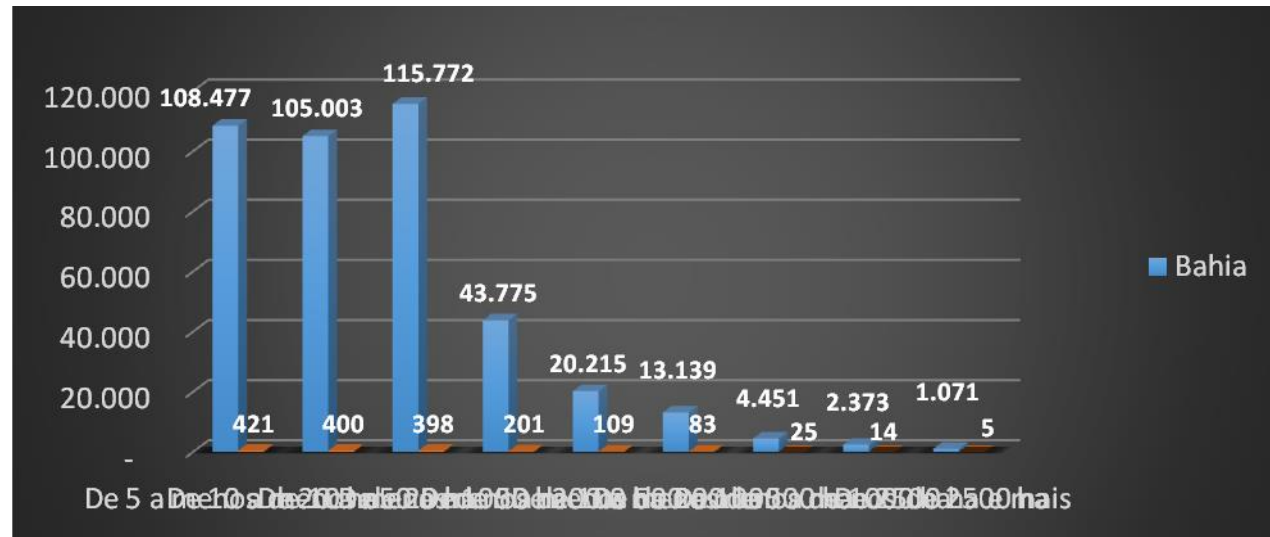
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Gráfico 16: Estoque de emprego formal segundo o setor de atividade econômica, segundo Território de Identidade Metropolitano de Salvador e Bahia, 2014.



Fonte: RAIS-MTE.

Gráfico 17: Estabelecimentos agrícolas por área, segundo o Território de Identidade Metropolitano de Salvador e Bahia, 2006.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Tabela de Correspondência: Temas Estratégicos do PPA-P x Objetivos do PTDSS

Temas Estratégicos do PPA-P Estadual	Objetivos do PTDSS (matriz do capítulo II)
I. Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho.	Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, por meio da ampliação da renda e agregação de valor à produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis; Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
II. Desenvolvimento rural e agricultura familiar	Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, por meio da ampliação da renda e agregação de valor à produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis; Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
III. Desenvolvimento urbano e rede de cidades	
IV. Saúde e assistência social	Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interfederativa;
V. Educação, conhecimento, cultura e esporte	Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interfederativa;
VI. Segurança pública cidadã	
VII. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual	
VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e	

sustentável	
IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional	
X. Meio ambiente segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade.	Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, por meio da ampliação da renda e agregação de valor à produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis;
XI. Mulheres, gênero e diversidade.	Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos;
XII. Igualdade racial e identidades	Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania; Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos;
XIII. Geração, cidadania e direitos humanos.	Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania;
XIV. Gestão governamental e governança socioeconômica	Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas; Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania;